



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

SILVANA BESERRA DA SILVA

**AÇÕES POLÍTICO-PEDAGÓGICAS, TAMBORES E RITMOS: O MOVIMENTO
SEM TERRA (MST) E A ESCOLA DE SAMBA UNIDOS DA LONA PRETA**

**CAMPINAS
2020**

SILVANA BESERRA DA SILVA

**AÇÕES POLÍTICO-PEDAGÓGICAS, TAMBORES E RITMOS: O
MOVIMENTO SEM TERRA (MST) E A ESCOLA DE SAMBA UNIDOS
DA LONA PRETA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestra em Educação, na área de concentração de Educação.

Orientadora: Prof.^a Dra. Nima Imaculada Spigolon

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELA ALUNA SILVANA BESERRA DA SILVA, E ORIENTADA PELA PROFA. DRA. NIMA IMACULADA SPIGOLON.

CAMPINAS

2020

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação
Rosemary Passos - CRB 8/5751

Si38a Silva, Silvana Beserra da, 1980-
Ações político - pedagógicas, tambores e ritmos : o Movimento Sem Terra (MST) e a Escola de Samba Unidos da Lona Preta / Silvana Beserra da Silva. – Campinas, SP : [s.n.], 2020.

Orientador: Nima Imaculada Spigolon.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Educação de jovens e adultos. 2. Escolas de samba. 3. Cultura. 4. Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). I. Spigolon, Nima Imaculada, 1971-. II. Spigolon, Nimas Imaculada. III. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. V. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Political - pedagogical actions, drums and rhythms : the landless workers Movement (MST) and the Samba School United of Black Canvas

Palavras-chave em inglês:

Youth and adult education

Samba School

Culture Circles

Movements of Landless Rural Workers (MST)

Área de concentração: Políticas, Administração e Sistemas Educacionais

Titulação: Mestra em Educação

Banca examinadora:

Nima Imaculada Spigolon [Orientador]

Debora Mazza

Catarina Farias de Oliveira

Data de defesa: 28-05-2020

Programa de Pós-Graduação: Educação

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: 0000-0003-3470-2150.

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/1613205904613303>

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Agência: CAPES – COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR Nº do Proc. nº 23038.013648/2018-5.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**AÇÕES POLÍTICO-PEDAGÓGICAS, TAMBORES E RITMOS: O
MOVIMENTO SEM TERRA (MST) E A ESCOLA DE SAMBA UNIDOS
DA LONA PRETA**

Silvana Beserra da Silva

COMISSÃO JULGADORA:

Profa. Dra. Nima Imaculada Spigolon
Profa. Dra. Catarina Tereza Farias de Oliveira
Profa. Dra. Debora Mazza

A Ata da Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de
Dissertação/Tese e na Secretaria do Programa da Unidade.

CAMPINAS

2020

Dedico esse trabalho à Irmã Alberta Girardi (in memoriam), aos coletivos de cultura popular, às educadoras e educadores da EJA, à militância do MST.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos coletivos dos quais pertenço. Este trabalho não seria possível sem a solidariedade da família, do Movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra – MST, Escola de Samba Unidos da Lona Preta e GEPEJA, e por acompanhar a trajetória das comunidades do MST na Grande São Paulo, todos que comparecem aos textos, compartilham deste amor à Luta, ao MST, ao Samba e ao conhecimento.

Primeiramente agradeço a minha mãe, Maria Alves, pelo incentivo, pela inspiração e tantos exemplos de luta, garra, seriedade nos estudos e na militância. Aos meus amados filhos Breno e Vitória, pelo carinho, solidariedade e amor incondicional. Pelos encontros raros, mas intensos como nossa relação de mãe e filhos, que também são meus melhores amigos.

Ao meu irmão Sidney e minha cunhada Deborah, às sobrinhas Bianca e Carolina, que juntas nos ensinam na prática a “pedagogia do afeto”.

Agradeço aos batuqueiros e batuqueiras, camaradas da Escola de Samba Unidos da Lona Preta, em especial às mulheres, que dedicaram seu tempo em depoimentos de forma poética, afetuosa e disponível.

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, por oportunizar processos formativos à classe trabalhadora em luta por direitos, por terra, trabalho e acesso à alimentos saudáveis.

À acolhida no GEPEJA e tantas contribuições em diversos momentos e de forma particular às trocas, compartilhamentos e solidariedade dos companheiros Max, Miranda, às companheiras Simone, Marli, Lucy, Bárbara e Laura (nossa Laurinha).

Agradeço em especial à Nima Spigolon, minha companheira neste projeto, que desde o início me acolheu de braços abertos, casa e coração, que o tempo todo não mediu esforços para ajudar em todos os aspectos, me fortaleceu, me incentivou, me orientou pacientemente e nunca “soltou” minha mão.

Aos cuidados, amizade, disponibilidade e solidariedade da amiga Catarina Farias, que em todo o processo deste trabalho me encorajou, aguçou a ampliação da minha sensibilidade e curiosidade; Catarina contribui de todas as formas nesta minha

“andarilhagem” pesquisadora-militante. Me faltam palavras para agradecer tanto amor.

Agradeço à Professora Debora Mazza, por acompanhar o processo desta pesquisadora e desta pesquisa.

Ao auxílio financeiro, da agência de fomento Capes/DS, Resolução CPG/FE 001/2017. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Agência: CAPES – COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR Nº do Proc. nº 23038.013648/2018-5.

RESUMO

A pesquisa apresenta as ações político-pedagógicas da Escola de Samba Unidos da Lona Preta, localizada na cidade de São Paulo. Para tanto, a pesquisa apresenta a origem, o desenvolvimento e os princípios, as estratégias da prática do Movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra - MST, bem como descreve os projetos de educação formal/não formal desenvolvida pelo Movimento que decorre da luta pela terra e pela Reforma Agrária. Disserta sobre o movimento dos acampamentos e assentamentos realizados no Brasil e em particular no estado de São Paulo, analiso o desafio da ocupação de terras devolutas e improdutivas no território rural e urbano e realizo uma pesquisa etnográfica da Escola de Samba Unidos da Lona Preta, oriunda das Comunas da Terra na Grande São Paulo. Seguindo uma abordagem histórica e qualitativa, aliado ao método etnográfico apresenta os autores, os processos educativos, as letras, as músicas, os ritmos, as melodias e a própria escola de samba segundo uma metodologia dos círculos de cultura. Como resultados, a pesquisa aponta que o MST ao lutar pela terra, como única alternativa de subsistência de inúmeras famílias desempregadas, exploradas e expulsas de processos de participação efetiva na sociedade capitalista se deparou com dinâmicas culturais e educacionais como instância de formação humana, que solidificam princípios, valores em comum e sentidos que perduram em grupos e transformam o mundo. Assim, a pedagogia de Paulo Freire aparece e comparece no imbricamento da luta econômica, política, sócio cultural, como componente de construção do novo homem e da nova mulher para uma nova sociedade. A música, o samba, o ritmo, a melodia, as letras são processos político - pedagógicos formais e não formais realizados pela Escola de Samba Unidos da Lona Preta.

Palavras chave: MST; Círculos de Cultura; EJA; Escola de Samba Unidos da Lona Preta.

ABSTRACT

The research presents the political-pedagogical actions of the Samba School Unidos da Lona Preta, located in the city of São Paulo. To this end, the research presents the origin, development and principles, strategies of practice of the Movement of Landless Rural Workers - MST, as well as describes the formal / non-formal education projects developed by the Movement that arises from the struggle for land and Through the Agrarian Reform. Dissertation on the movement of camps and settlements carried out in Brazil and in particular in the state of São Paulo, I analyze the challenge of occupying vacant and unproductive land in rural and urban territory and conduct an ethnographic research of the United Samba School Lona Preta, from the Comunas da Terra in Greater São Paulo. Following a historical and qualitative approach, combined with the ethnographic method, it presents the authors, the educational processes, the lyrics, the songs, the rhythms, the melodies and the samba school itself according a methodology of culture circles. As a result, the research points out that the MST, when fighting for land, as the only alternative for the subsistence of countless unemployed families, exploited and expelled from processes of effective participation in capitalist society, faced cultural and educational dynamics as an instance of human formation, which solidified principles, common values and meanings that endure in groups and transform the world. Thus, Paulo Freire's pedagogy appears and appears in the intermingling of the economic, political, socio-cultural struggle, as a component of the construction of the new man and the new woman for a new society. Music, samba, rhythm, melody, lyrics are formal and non-formal political - pedagogical processes carried out by the United Samba School Unidos da Lona Preta.

Keywords: MST; Culture Circles; EJA; Samba School Unidos da Lona Preta.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAG – Associação Brasileira do Agronegócio

ABNT – Associação Brasileira de Normas e Técnicas

ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária

ALBA – Alternativa Bolivariana aos Povos das Américas

BASF – Badische Anilin & Soda Fabrik. Empresa Química Alemã Global

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAAE – Certificado de Apresentação para Apreciação Ética

CEP – CHS – Comitê de Ética em Pesquisas nas Ciências Humanas e Sociais da Unicamp

CF – Constituição Federal

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

CNE – Conselho Nacional de Educação

CONDEPHAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico

CONFINTEA – Conferência Internacional de Educação de Adultos

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DE – Direção Estadual do MST

DEME – Departamento de Metodologia de Ensino

DN – Direção Nacional do MST

DR – Direção Regional do MST

DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos

ECA – Escola de Comunicação e Artes da USP

EE – Escola Estadual

EEPSG – Escola Estadual de Primeiro e Segundo Grau

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ELAA – Escola Latino Americana de Agroecologia

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias

FE – Faculdade de Educação

FEAB – Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil

GEPEJA – Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos

HISTEDBR – Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IEEP – Instituto Equipe de Educadores Populares

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ITERRA – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MEC – Ministério da Educação

MMC – Movimento de Mulheres Camponesas

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização.

MOVA – Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

NBR – Norma Brasileira de Técnica

PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola

PED – Programa de Estágio Docente

PIB – Produto Interno Bruto.

PJ – Pastoral da Juventude

PNE – Plano Nacional de Educação

PNRA – Programa Nacional de Reforma Agrária

POSDR – Partido Operário da Social – Democracia da Rússia

PPGE – Programa de Pós-graduação em Educação

PRONACAMPO – Programa Nacional de Educação do Campo

PRONERA – Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária

PUC – Pontifícia Universidade Católica

SMC – Secretaria Municipal de Cultura

SNE – Sistema Nacional de Educação

UDR – União Democrática Ruralista

UFC – Universidade Federal do Ceará

ULP – Unidos da Lona Preta

ULTAB – Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNICID – Universidade Cidade de São Paulo

UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo

USP – Universidade Estadual de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Bandeirão e batuqueiros da Unidos da Lona Preta.....	20
Figura 2 – Silvana Beserra – Apresentação Unidos da Lona Preta.....	22
Figura 3 – Uma das primeiras formações da Batucada da Unidos da Lona Preta. Apresentação na Escola Nacional Florestan Fernandes. Abril/2010.....	24
Figura 4 – MST no início das mobilizações na década de 80.....	34
Figura 5 – Primeiro Boletim Sem Terra. Maio/1981.....	38
Figura 6 – MST no início das mobilizações na década de 80.....	40
Figura 7 – II Congresso Nacional do MST em 1990.....	42
Figura 8 – Painel do III Congresso Nacional do MST.....	44
Figura 9 – Ação policial em Corumbiara – RO.....	45
Figura 10 – Chegada dos corpos ao IML de Marabá – PA, após massacre de Eldorado.....	46
Figura 11 – Painel do IV Congresso – MST.....	48
Figura 12 – Luiz Inácio Lula da Silva e militantes do MST na campanha presidencial em 2002.....	50
Figura 13 – Painel do V Congresso Nacional do MST.....	51
Figura 14 – Mística de abertura do 6º Congresso do MST.....	58
Figura 15 – Marcha por Brasília durante o VI Congresso.....	59
Figura 16 – Protesto contra a carta de direitos camponeses na Organização das Nações Unidas (ONU).....	61
Figura 17 – Barraco de lona preta durante a ocupação da cantina desativada na Unicamp - 2010.....	64
Figura 18 – Bandeira do MST hasteada durante ocupação em abril/2017 – SP.....	65
Figura 19 – Encontro dos Sem terrinha com o Ministro Henrique Paim.....	68
Figura 20 – Protesto em frente ao MEC contra o fechamento das escolas do campo Ato realizado durante o VI Congresso do MST.....	69
Figura 21 – Escola itinerante no RS – 1996.....	76
Figura 22 – Coração da segunda Mística do 6º Congresso do MST.....	80
Figura 23 – Turma do Curso de Formação Política do Carnaval no Paraná.....	82
Figura 24 – Mapa do Estado de São Paulo.....	101
Figura 25 – Mapa dos municípios da Grande São Paulo.....	104
Figura 26 - Mapa da região noroeste de São Paulo.....	109

Figura 27 – Foto aérea da Comuna da Terra Irmã Alberta em 90º. Entre o rural e o urbano, nos limites da cidade de São Paulo e Cajamar	113
Figura 28 – Foto região do Subdistrito Anhanguera	114
Figura 29 – Foto aérea do bairro Chácara Maria Trindade.....	115
Figura 30 – Divisões por núcleos de famílias acampadas na Comuna da Terra Irmã Alberta	118
Figura 31 – Divisão dos lotes no Núcleo 2 da Comuna da Terra Irmã Alberta ..	119
Figura 32 – Apresentação Unidos da Lona Preta nas ruas de Jandira.....	128
Figura 33 - Wellison Soares	130
Figura 34 - Almerinda Marques Almeida	131
Figura 35 - Mauro Evangelista.....	132
Figura 36 - Maria Alves.....	133
Figura 37 - João Campos e sua cuíca	135
Figura 38 - Julia Zanella Saragoça	136
Figura 39 - Kennedy Alexandrino	137
Figura 40 - Mestre Tiaraju Pablo D´Andrea.....	138
Figura 41 - Sandro Barbosa	139
Figura 42 - Patrícia Tavares	140
Figura 43 - Suelen e seu filho Gabriel.	141
Figura 44 - Glaucia Mendonça	142
Figura 45 - Janily Noronha	143
Figura 46 – Apresentação Unidos na Escola Nacional Florestan Fernandes....	147
Figura 47 – Convite virtual para o Carnaval 2013	151
Figura 48 – Oficina de batucada na Ciranda Infantil.....	155
Figura 49 – Apresentação da Unidos da Lona Preta no Casa Rap Festival no Memorial da América Latina.....	158
Figura 50 – Manifestação na Rodovia Anhanguera.....	164
Figura 51 – Ensaio de batucada com as crianças da Comuna Urbana	166
Figura 52 – Mestre Tiaraju coordenando desfile da ULP em Guaianazes, no carnaval de 2013.....	170
Figura 53 – Cristo Redentor coberto por sacos pretos, no desfile da Beija-Flor	171
Figura 54 – Pauta e anotações do Mestre Tiaraju na formação da Unidos da Lona Preta. Carnaval 2011. Comuna Urbana – Jandira.....	179
Figura 55 – Apresentação da Unidos no Grito dos excluídos.....	185

SUMÁRIO

Verbetes da Escola de Samba Unidos da Lona Preta	18
I ABRE - ALAS	20
1. 1 Entre tambores e ações políticas pedagógicas	20
II BARRAÇÃO	31
1.1 O MST – Escola.....	31
1.2 Breve histórico da luta pela terra e a origem do MST	34
1.2.1 As gentes, os movimentos desse Movimento	35
1.3 Princípios e objetivos	39
2 Os Congressos do MST e as dinâmicas da conjuntura nacional	40
2.1 I Congresso e a organização do MST.....	41
2.2 II Congresso para fortalecer a luta pela terra.....	41
2.3 III Congresso e os temas da comunicação, educação, juventude e gênero.....	43
2.4 IV Congresso e a agroecologia em pauta.....	47
2.5 O V Congresso e as mudanças no método do MST	51
2.6 Carta do 5º Congresso Nacional do MST	53
2.7 O VI Congresso e a perspectiva da Reforma Agrária Popular.....	57
3 MST Internacional	61
4 Nossa organização.....	62
4.1 Nossos símbolos.....	64
III CONCENTRAÇÃO	67
1. Nossa Luta é Escola.....	67
1.1 O setor de educação.....	71
1.2 PRONERA	73
1.3 Escolas Itinerantes.....	74

2. O setor de cultura	77
2.1 Educação e Cultura no MST	81
3. O Setor de Formação	83
4. MST e Paulo Freire: a práxis pedagógica	85
4.1 Educação Popular e MST	87
5. A Educação do Campo.....	89
5.1 Mais Educação para o Campo.....	90
5.1.1 Educação do Campo e a qualificação profissional	91
6. EJA na Educação do Campo	92
7. Paulo Freire e a EJA na Educação do Campo	94
8. Pedagogia da Alternância	96
IV PAVILHÃO	98
1. O campo da pesquisa no MST de São Paulo e as Comunas da Terra	98
1.1 O Campo Paulista e a Reforma Agrária.....	99
2. Recapitulando e mapeando a Regional Grande São Paulo	103
3. Comunas da Terra.....	108
3.1 Comuna da Terra Dom Tomás Balduino	111
3.2 Comuna da Terra Dom Pedro Casaldáliga	112
4. A Comuna da Terra Irmã Alberta	112
5. Bairro Chácara Maria Trindade	113
6. Breves apontamentos sobre a Comuna da Terra Irmã Alberta	116
7. Dinâmicas Culturais – Educativas das Comunas da Terra.....	121
V BATUCADA.....	126
1. Das Comunas nasce uma Escola de Samba e de Luta: etnografia da Unidos da Lona Preta.....	126
2. Sistematização da práxis da Unidos da Lona Preta	144
3. Arte politizada e Congraçamento militante	145

4. Escola de Samba e de formação humana.....	160
5. A retomada da Unidos com o mestre Tiaraju	167
6. Pertencimento e compromisso	178
7. Limites e perspectivas da ULP na atualidade.....	186
8. (In) Conclusões	193
REFERÊNCIAS	201

Verbetes da Escola de Samba Unidos da Lona Preta

Este espaço é dedicado à lista de alguns verbetes, que comparecem ao universo dos festejos carnavalesco, as batucadas populares e às escolas de samba em São Paulo e a este trabalho. Apresentamos alguns termos que se destacam entre militantes foliões e formadores batuqueiros:

Abre-alas: trata-se do primeiro carro alegórico apresentado pela escola de samba, logo após a apresentação da comissão de frente. Tem como costume carregar o nome da agremiação, também de símbolos da escola.

Baquetas: são objetos em forma de bastão com que se toca alguns instrumentos, como tamborim, caixa, surdo. Possuem, normalmente, uma das extremidades arredondada e pode ser feita por madeira, plástico ou fibras, variando suas formas, tamanho, espessura e peso.

Barracão: é a estrutura, ou local onde são confeccionadas as fantasias e carros alegóricos para os desfiles carnavalescos.

Batucada: conjunto de pessoas que tocam instrumentos, que em harmonia rítmica e percussiva, acompanham a mesma canção. As batucadas geralmente são compostas por grupos de afinidades e objetivos comuns.

Breques: são as paradas durante a batucada, que tem por objetivo destacar alguns instrumentos ou mudar o compasso, o andamento, ou introduzir novos elementos à batucada.

Caixas: é um tipo de tambor pequeno, com uma pele fixada e tensionada por meio de aros metálicos, uma esteira de metal, constituída por pequenas molas de arame. As caixas também são conhecidas como tarola, tarol ou caixeta.

Concentração: é o local onde os componentes da Batucada, ou Escola de Samba, se preparam para o desfile, onde as alas são distribuídas e onde tudo é montado.

Desfile das escolas de samba: evento mais importante e tradicional da festa de carnaval. Esses desfiles acontecem geralmente em local aberto, em ruas e avenidas, ou de forma particular, no Sambódromo (SP), ou Marquês de Sapucaí (RJ).

Pavilhão: nome dado à bandeira que apresenta o símbolo, nome, cores e fundação da escola. Geralmente é carregado e protegido pela porta-bandeira.

Repique ou Repinique: instrumento de percussão de forma cilíndrica, muito parecido com a caixa, mas seu corpo é um pouco mais alongado e serve para “chamar a batucada”.

Surdos: são tambores cilíndricos de grandes dimensões e som profundamente grave, que serve para marcar o andamento da batucada.

Talabartes: cintas que “seguram” os instrumentos e os prendem ao corpo do batuqueiro ou batuqueira.

Tamborins: tambores pequenos e rasos, compostos por uma pele bem esticada por aros metálicos e parafusos que permitem sua afinação.

Viradinhas: Muito parecidas com os breques, as viradinhas são rápidas mudanças de ritmo, ou andamento, compostas por batidas rápidas para atrasar ou adiantar o tempo e contratempo da batucada.

I ABRE - ALAS

Figura 1 - Bandeirão e batuqueiros da Unidos da Lona Preta.



Fonte: Arquivo da batucada. Jandira/SP (fev. 2009).

1. 1 Entre tambores e ações políticas pedagógicas

Geralmente as pesquisas nascem em algum ponto da vivência de seu pesquisador ou pesquisadora; na maioria das vezes, este ou esta, procuram se aproximar de um tema ou prática social para propor uma investigação. Nessa proposta de pesquisa em particular, essa relação faz um caminho mais singular, não diria inédito, pois outras investigações já realizaram e abriram a trilha de pesquisar temáticas vivenciadas pelos próprios pesquisadores, desta forma a dialética da produção de conhecimentos segue dinâmicas e atualidades discursivas condizentes com a prática. A experiência social, a leitura de mundo da pesquisadora, é reafirmada em ações e reações de resistência e, portanto, ações político-pedagógicas coletivas, em movimento, descritas por Freire em uma das suas mais importantes obras, *Pedagogia do Oprimido* (FREIRE, 2005), como resposta humanizadora aos limites e tensões do colonialismo ideológico.

Entretanto, gostaria de destacar que essa investigação é fruto das experiências educativas sistematizadas em pesquisas e produções acadêmicas, que se confluem com a história de vida da pesquisadora. Que ao formar-se no ensino médio pela modalidade EJA, militante do MST, oriunda do Acampamento Irmã Alberta, localizado na região da Grande São Paulo no bairro de Perus, zona oeste de São Paulo, imprime às suas pesquisas as narrativas de sua própria história, transbordando sentidos ao método dialético, quando este contesta uma determinada realidade, entendendo a história do MST e de sua Escola de Samba como dinâmica, que evidenciam possíveis contradições.

O método dialético possibilita dinâmicas de análises entre a tese, a antítese e a síntese, que aliado à Pesquisa Militante, permite à pesquisadora analisar as atividades da Escola de Samba Unidos da Lona Preta a partir de sua “ação recíproca, contrário a todo conhecimento rígido: tudo é visto em constante mudança, pois sempre há algo que nasce e se desenvolve e algo que se desagrega, se transforma” (ANDRADE, 2003, p. 114-115).

A pesquisadora tem uma vivência orgânica à escola de samba investigada, desde 2004, em seus primeiros acordes testemunha a Escola de Samba Unidos da Lona Preta nascer e se constituir como uma prática educativa – formativa dos Sem Terra na Comuna da Terra Irmã Alberta, onde moro e atuo. Esse acampamento se constitui como parte do território paulistano, palco de lutas, desde a insurgência dos Queixadas¹, resistência indígena Guarany, no Jaraguá, até a ocupação da Fazenda Ithayê, hoje Comuna da Terra Irmã Alberta. Certamente, estou imbricada nesse processo desde a graduação, ao apresentar o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, com o título: “A Comunicação do MST na Grande São Paulo e o site da Escola de Samba Unidos da Lona Preta”. Neste trabalho descrevo brevemente o histórico da comunicação protagonizada pelos Sem Terra e a potencialidade não somente do site da Escola de Samba Sem Terra, mas

¹ “Os Queixadas”, como ficaram conhecidos os trabalhadores em greve na extinta fábrica de cimento Portland em Perus em oposição aos “Pelegos”. Os Queixadas permaneciam em greve, enquanto os Pelegos não respeitavam a paralisação, obedeciam às ordens do patrão e traíam a maioria dos trabalhadores durante uma das maiores greves no Brasil (de 1962 a 1969) e ainda hoje lutam para manter viva, na memória da classe trabalhadora na região Oeste de São Paulo.

principalmente a própria Escola de Samba, como parte de uma estratégia de comunicação/visibilidade dos sujeitos Sem Terra e do próprio MST.

E, pelo fato de reconhecer e optar discutir sobre as potencialidades, limites e perspectivas da educação praticada pelo MST, através da Escola de Samba Unidos da Lona Preta, que atualmente me interessa aprofundar a pesquisa sobre o tema: Educação e Movimentos Sociais, sob uma perspectiva freiriana, viso ampliar as preconceções e concepções sobre educação popular, compreendida também neste trabalho como espaços de educação formal/não formal, que agrega a tríade dos estudos anteriores entre a graduação e a pós graduação, estudo de caso como agente comunitária de cultura, realizados no imbricamento entre a Comunicação, a Educação e Cultura.

Figura 2 – Silvana Beserra – Apresentação Unidos da Lona Preta



Fonte: Arquivo da batucada, fev. 2015.

De todo modo, comparecem à dinâmica de formação político-pedagógica dos componentes da Escola de Samba dos Sem Terra, evidenciando as potencialidades de um trabalho coletivo, que amplia o diálogo com e entre sujeitos outros, para além do MST, para além da Reforma Agrária, oportunizando a superação de um conhecimento já sistematizado, para que um novo olhar seja lançado sobre o mesmo sujeito da pesquisa (FREIRE, 2005).

Durante uma das formações coordenadas por nosso mestre de baterias Tiarajú Pablo D'Andrea (em meados de abril de 2019, no decorrer da segunda aula do curso “Carnaval na Quebrada” em São Paulo), nos propusemos a pensar a batucada como “metáfora da vida”, devido à sua formação estética de agregar pessoas com afinidades musicais, em que instrumentos devem ser tocados em determinada intensidade e no momento devido, respeitando o andamento e o ritmo, assim pautando uma certa dinâmica social.

Faz muito sentido a metáfora da organização e harmonia tanto em uma batucada, quanto nas relações sociais em que estabelecemos em nosso meio, afinal a vida em sociedade requer o cumprimento de regras, normas, códigos de convivência. Requer também ritmo, intensidade, limite e atenção aos movimentos (sejam individuais ou coletivos).

Na ocasião Tiarajú apresentou os elementos tais como a afinidade e as afinações de instrumentos que comparecem na vida e na batucada; a sintonia entre os ritmos percussivos e a atenção necessária para com nossos pares, afinal a vida e a batucada só tem sentido quando experienciadas em coletivo: “[...] o prazer e a arte do encontro e da sociabilidade presente na batucada, que, neste caso, faz parte da vida, é algo que fazemos com quem temos afinidades e essas relações, ocorrem principalmente, pela proximidade, relações de vizinhança, relações familiares, entre amigos” (D’ANDREA, 2019).

Para além das metáforas possíveis, as disciplinas comuns ao currículo da educação permeiam as discussões sobre a história do Brasil, seus contextos sociais, históricos e políticos que envolvem a questão agrária. Questões filosóficas são evidenciadas na busca pela compreensão da formação das sociedades, as relações de poder existentes, assim como, o conceito e a ação política dos Movimentos Sociais, a questão da estética e dos conteúdos das letras de samba; os gêneros textuais, a leitura e escrita dos materiais de estudo e materiais produzidos que associam e conformam as noções de gramática, ortografia, produção textual, sínteses etc. O desafio é entender como esta Escola de Samba se posiciona para além dos modelos de educação, no que tange à possibilidade de “transformar as visões que inferiorizam culturas riquíssimas em fontes de produção de conhecimentos”, a partir de um repertório de formação do próprio do educando, do território, do contexto onde se insere o processo de ensino/aprendizagem (SANFILIPPO, 2016).

Nas batucadas dessa trajetória de vida pessoal, militância e estudos, cito a importância da Escola de Samba Unidos da Lona Preta inserida à dinâmica do Movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra – MST que, a partir das relações dialéticas – dialógicas, entre ensaios e apresentações, revelam a potencialidade da transmissão de conhecimentos nos meios populares e, portanto, oportunizam momentos de “ação-reflexão e problematização, leitura de mundo”, individualmente e coletivamente (FREIRE, 2005).

Figura 3 – Uma das primeiras formações da Batucada da Unidos da Lona Preta. Apresentação na Escola Nacional Florestan Fernandes. Abril/2010.

Da esquerda para a direita: Hewerti, Tiarajú, Laércio, João Carlos, Jesus, Silvana, D. Almerinda, João Campos, Eriquinha, Alemão.



Fonte: Arquivo da batucada

A contrapartida é analisar a educação praticada pelo MST como alternativa aos métodos, formas e conteúdo de um sistema de ensino, que tende a ser bancário, limitado, padronizado e meritocrático, ao mesmo tempo em que as estruturas de esporte, lazer, arte estão sucateadas, ou praticamente inexistem. No entanto, há um povo que na periferia não desiste da luta e procura saídas para as mais diversas dificuldades. Uma destas saídas é criar meios para acessar educação e cultura pelas vias comunitárias e populares. As escolas de samba são experiências de sociabilidade, cultura popular e referência para as comunidades.

Mulher – negra – periférica, Sem Terra, filha de agricultores nordestinos, que como tantas outras famílias migraram até São Paulo em busca de melhores condições de vida, fugindo da seca e da fome, esta pesquisadora-militante desde muito jovem já participava da Pastoral da Juventude – PJ², Rádio Comunitária Cantareira, Grêmio estudantil da Escola Estadual Genésio de Almeida Moura e, atualmente, coordena o setor de Comunicação, Cultura e Juventude - CCJ do MST na Grande São Paulo.

Faço parte do contingente de sujeitos, que enfrentam a falta de acesso a direitos básicos (serviços de saúde pública de qualidade, falta de moradia e terra para trabalhar), mas que coletivamente procuram meios para superar e conquistar direitos fundamentais à cidadania plena. Por isso, me envolvi como educadora nas aulas de Educação de Jovens e Adultos – EJA, em uma sala coordenada pelo Mova – Movimento e Alfabetização de Jovens e Adultos, na igreja católica que frequentei até mudar do bairro onde cresci para participar do MST. As questões aqui estudadas estão diretamente ligadas à minha história de vida e trajetória acadêmica, quando parte de minha juventude foi dedicada ao estudo e militância no bairro periférico onde vivi até meus 27 anos. Lá no Jardim Damasceno, região da Vila Brasilândia, onde poucas flores sobrevivem, do contrário, encontramos escassez de beleza e oportunidades, contexto comum às periferias brasileiras, devido ao cenário de abandono, falta de pavimentação nas ruas, atendimento de saúde e segurança pública insuficientes, escolas sucateadas, transporte público precário, entre outras coisas.

Em meados de 2002, eu e minha família (minha mãe Maria Alves e meus dois filhos Vitória e Breno) nos deslocamos até a Comuna da Terra Irmã Alberta do MST na Grande São Paulo, para compor a comunidade enquanto acampados, somados aos demais lutadores – moradores. Logo me propus a contribuir nos coletivos de comunicação e cultura do estado de São Paulo, seguindo a dinâmica da organização do Movimento, que ao ocupar uma determinada área forma os

² Pastoral da Juventude é um uma organização de ação social católica, com base nas diretrizes das correntes teológicas como a Ação Católica, Teologia da Libertação, mas principalmente da Pedagogia do Oprimido, com início na década de 70 em toda a América Latina, com o objetivo de formar a juventude católica para a ação social e evangelização em todas as regiões e dioceses.

coletivos setoriais, que assumem as tarefas e atividades relativas à saúde, educação, cultura, comunicação, etc.

O MST é um movimento socioterritorial que organiza famílias de trabalhadores para reivindicar a Reforma Agrária. Este Movimento tem como principal instrumento de luta a ocupação das terras devolutas e, portanto, o início de um processo de espacialização e territorialização das comunidades Sem Terra são os acampamentos, segundo o Professor Bernardo Mançano.

Acampar é uma antiga forma de luta camponesa que, associada à ocupação, manifesta tanto resistência, quanto persistência (...) Esse espaço de luta passou a ser reproduzido por centenas de movimentos camponeses nas décadas de 1990 e 2000, com diferentes formas de organização, mas sempre com o objetivo de conquistar a terra (FERNANDES, 1996, 2000; FELICIANO, 2006).

Os acampamentos, por sua vez, são os alojamentos formados por barracos, normalmente feitos com pedaços de lonas e madeiras para abrigar as famílias enquanto aguardam a decisão judicial sobre a desapropriação, liberação da área e formalização dos assentamentos para produção de alimentos e moradia dos Sem Terra.

Acampar é uma ação política e representa a base da Pedagogia do Movimento, pois é o início do processo de vivência comunitária, formação política, divisão de trabalho em que todas as pessoas acampadas são convocadas para assumir as tarefas cotidianas que vão desde o cultivo das hortas coletivas, até os cuidados e educação das crianças, organização e realização das aulas da EJA, publicação e circulação dos boletins informativos do MST, entre outras questões relacionadas aos setores do Movimento, que explico na parte intitulada “Concentração”.

Em 2008 me matriculei no Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos – CEEJA Clara Mantelli, me dediquei ao processo de eliminação de matérias, avaliações parciais e finais para obtenção do certificado de competências da Educação de Jovens e Adultos, emitido pela Secretaria Estadual de Educação de São Paulo.

Em 2009, tive a oportunidade de estudar Comunicação Social – Jornalismo da Terra, na Universidade Federal do Ceará – UFC, devido a parceria entre Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, MST e

UFC, que originou o primeiro curso de graduação em Comunicação Soci para assentados e acampados da Reforma Agrária de todo o Brasil. Esta oportunidade de acessar um curso superior foi imprescindível para qualificar minha militância nos setores de educação e comunicação do MST. Durante a construção do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, no período da minha primeira graduação em Jornalismo da Terra, criei o site³ da Unidos da Lona Preta, oportunidade em que junto ao trabalho de criação do site, apresentei o TCC sobre as experiências de Comunicação e cultura na Grande São Paulo, com ênfase na Escola de Samba Unidos da Lona Preta e o site como ferramenta de comunicação e publicização desta Escola de Samba.

Retornando para São Paulo, participei do Curso de Extensão “Processos políticos na América Latina contemporânea – história, cultura política e democratização numa era de transformações globais”, promovido pelo Centro Brasileiro de Estudos da América Latina – CBEAL, Cátedra UNESCO, no Memorial da América Latina em 2014.

Em 2015 participei do projeto “Agente Comunitário de Cultura”, coordenado pela Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo – SMC, ocasião em que aprofundi a pesquisa sobre as manifestações culturais, populares e periféricas como ferramenta de formação para a cidadania, a Escola de Samba Unidos da Lona Preta então como experiência de agitação e propaganda, além de ser um espaço dialético das práticas político-pedagógicas do MST.

Logo, ao iniciar outro processo de estudos e sistematizações sobre educação e movimentos sociais, em especial a educação praticada pelo MST, apresentei o artigo “Educação em Movimento e a Escola de Samba Unidos da Lona Preta”, como parte do trabalho de conclusão desta etapa de formação do curso de especialização em Educação do Campo, na Universidade Federal de São Carlos concluído em 2017.

Em março de 2017, tive a felicidade de inserir-me no Programa de Pós-Graduação-PPGE, no Mestrado em Educação, da Faculdade de Educação na Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, desta forma aprofundo o vigor da pesquisa como militância.

³ <https://batucadaunidos.wixsite.com>

Meu primeiro contato com a Unicamp, que gigante, em todos os sentidos, é referência acadêmica internacional em nível de universidade pública e comprometida com o desenvolvimento da ciência para a sociedade, ambiente interno e externo propícios às relações de trocas, parcerias com os diversos atores, além de possibilidades de atividades articuladas à área das ciências humanas, que ocorrem através das orientações, particularmente junto ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos – GEPEJA logo nos primeiros dias de aula de 2017. Neste grupo de pesquisa, encontro apoio e, em tantos momentos, o aprofundamento da minha relação com as concepções de educação freiriana reforçam o meu direcionamento neste atual processo de busca pela continuidade e qualificação da formação, enquanto educadora – militante.

As disciplinas estudadas durante o mestrado, revelaram-se potentes ferramentas de investigação e aproximação sobre as Políticas Públicas de Educação e, por compreender o potencial que o meu objeto de pesquisa oferece, tanto em termos da relevância social deste trabalho para o movimento o qual pertença, quanto para a sedimentação do meu percurso acadêmico, resta-me apresentar o resultado alcançado deste estudo ao MST, para compor o memorial da luta por terra na Grande São Paulo.

Em 2018, concluo uma Licenciatura em Língua Portuguesa na Universidade de São Paulo – Unicid.

Os pressupostos da educação e cultura popular permeiam a pesquisa desde sua introdução, quando reafirma o papel da educadora-militante, então, como pesquisadora e sujeita da pesquisa.

Esta pesquisa analisa a relação entre as diretrizes formativas do MST e o potencial da Escola de Samba Unidos da Lona Preta, neste processo de formação e articulação da luta por Reforma Agrária na Grande São Paulo. Conseqüentemente entender no percurso histórico da Unidos da Lona Preta, o elo dentro da proposta de formação que o MST institui para sua base.

Freire, o patrono da educação brasileira, compõe as leituras sobre a importância da educação como uma das principais ferramentas de transformação das realidades. Sou prova viva disto.

No percurso desta pesquisa trabalhamos, primeiramente, com as questões que envolvem o papel da educação para o desenvolvimento coletivo, descrevendo as potencialidades da organicidade do MST na formação humana e

omnilateral (FREIRE, 1967; 2001; 2002; 2003a; 2005; GOHN, 2003; 2007; CALDART *et al.*, 2012; CALDART, 2005).

As fontes desta pesquisa intercalam imagens das apresentações, ensaios, pautas de reunião e formação, letras de sambas-enredo, relatos e questões que compõem um questionário aplicado a 13 componentes da Escola de Samba Unidos da Lona Preta. O objetivo é compor o memorial desta experiência e de forma coletiva descrever o percurso desta “Escola de Samba Sem Terra” entre os anos de 2005 a 2015.

Parte da história desta Escola de Samba comparece aos textos seguindo as referências da retomada da fundação dos cordões carnavalescos, blocos paulistanos lançando mão principalmente da obra “Carnaval em Branco e Negro” (VON SIMSON, 2007), leitura base e referência processual desta obra, quando trabalha com o método biográfico, fotos, relatos, documentos e entrevistas.

Outro ponto de confluência entre a estrutura política de educação brasileira, as Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei nº 9394/96) e as estratégias para uma Educação do Campo comparecem a esta pesquisa entremeadado à metodologia de formação da Escola de Samba Unidos da Lona Preta. O objetivo deste levantamento é identificar pontos comuns e importantes para a garantia de acesso aos níveis de educação, nas áreas de Reforma Agrária e na Grande São Paulo, assim como das estratégias de formação, educação em todas as modalidades, inclusive na EJA, que possam ser inerentes à formação humana, a partir do planejamento e organização coletiva, até as apresentações desta Escola de Samba.

Sobre os objetivos secundários, apresento a metodologia de atuação da Escola de Samba no MST, enquanto ferramenta de formação política para além dos acampamentos e assentamentos da Reforma Agrária e as práticas político-pedagógicas do Movimento Sem Terra.

Compõe a base deste trabalho a apresentação da militante pesquisadora, que discorre sobre a alegoria “**ABRE - ALAS**” um breve histórico da relação entre a pesquisadora e a pesquisa.

Em seguida, no capítulo intitulado “**BARRACÃO**”, apresento um breve levantamento sobre as estratégias formativas do MST junto à sua base social, em interação com outros atores, em suas diversas performances e meios, inclusive em interação com espaços e coletivos urbanos em defesa da Reforma Agrária.

No campo “**CONCENTRAÇÃO**”, apresento brevemente a Regional Grande São Paulo, as Comunas da Terra e a relação orgânica entre o projeto inovador de assentamentos rurais próximos aos centros urbanos, a estratégia formativa intersetorial do MST a partir da Escola de Samba Unidos da Lona Preta.

Por fim, no capítulo “**PAVILHÃO**”, aponto alguns limites e perspectivas sobre a experiência da Escola de Samba Unidos da Lona Preta, enquanto espaço/tempo de ensino/aprendizado, destacando os seguintes pontos:

1 – Apresentação e diálogos sobre a pedagogia do MST, a organização para as lutas e a relação da pedagogia do MST no setor da educação e cultura com ênfase para a EJA e Escola de Samba Unidos da Lona Preta;

2 – Apresentar a escola de Samba Unidos da Lona Preta e seu potencial político pedagógico para o MST, seus componentes e aliados. Analisar os limites e perspectivas da experiência de dez anos de atuação de uma Escola de Samba que nasce em um movimento social, mas que “transborda” saberes e estratégias de formação político-pedagógicas para além do seu próprio espaço de atuação.

A seguir, “**BATUCADA**” dedico às (in)conclusões (deste processo de pesquisa, ou seja, a apresentação de propostas, comentários, relações entre este trabalho e demais temas para a continuidade da pesquisa.

Os marcos históricos para apresentar o MST são os Congressos do Movimento e a conjuntura política de cada período. Em seguida, apresento as orientações dos setores, com ênfase nos coletivos de educação, cultura e formação em interface com as referências no pensamento e obras de Paulo Freire (1979, 2005), as *Pedagogias do Oprimido e da Autonomia, Ação Cultural para a Liberdade*, com recorte temporal entre as primeiras ocupações de terras até o ano de 2019, pontuando as questões que surgem sobre cultura, gênero e comunicação no Movimento.

Em muitos momentos desta dissertação, escrevo em primeira pessoa, evidenciando um olhar individual, de ações que mesmo sendo coletivas são descritas por mim, ao mesmo tempo que, em alguns trechos, utilizo o recurso de escrever na terceira pessoa. Esta é uma tentativa de trazer à estes escritos outras reflexões e “vozes”, que ecoam por entre linhas e entrelinhas da história, da memória da Escola de Samba Unidos da Lona Preta e até mesmo do MST.

II BARRACÃO

1.1 O MST – Escola

*A Vida muda a Luta
A Luta muda a Vida
Sou Sem Terra com dignidade
Batucada na avenida
construindo a unidade*

*De punhos erguidos
a Unidos vem cantar
pra quem tá na correria
no dia a dia
plantando a resistência popular*

*O pulso firme e forte das mulheres
debate de ideia em reunião
e nem mais um minuto de silêncio
àqueles que tombaram nesse chão*

*Não matarão
nossos sonhos de crianças
que na nossa militância
para sempre prevaleça
o repique de Geraldo
o sorriso de Vanessa*

(Samba – Enredo do Carnaval 2012. Unidos da Lona Preta. Composição coletiva.)

Em linhas gerais, compreendo que o MST pensa a educação a serviço dos interesses do povo, por isso, contribui com a produção de conhecimentos que possibilitem mediações e interações formativas subjacentes às práticas de ensino, em que experimenta e recria uma pedagogia própria sob a influência da Educação Popular freiriana. Desta forma, operacionaliza experiências, que desde sua fundação defende o direito ao acesso e permanência à educação pública, já que este é fundamental direito humano garantido na Constituição brasileira. O MST também insiste nos termos em que a educação deve desempenhar um dos papéis

fundamentais no processo de mudança das desigualdades e injustiças socioeconômicas sistêmicas (MST, 1997).

O MST como escola, a representação dos coletivos pedagógicos e da própria pedagogia da luta por terra fazem do Movimento um instrumento de contestação política, pela “radicalidade do seu jeito de fazer a luta e os sujeitos que ela envolve”, quando massifica trabalhadores e ocupa terras como principal forma de luta - pela “multiplicidade de dimensões em que atua”, assumindo bandeiras de lutas por direitos e efetivação de políticas públicas para uma Reforma Agrária que atenda as demandas da educação de qualidade, para os sujeitos desta luta, no atendimento à saúde, cultura, produção e vida agroecológica⁴ (CALDART, 1999, p.02).

Compreendendo a História como interpretação da ação transformadora do homem através do tempo, este movimento historicamente campesino ao longo de sua trajetória experimenta processos que unem a questão do trabalho, como ação transformadora do homem sobre a natureza; a educação como propulsora da ação transformadora do conhecimento e as demandas do acesso à terra, assim como o direito à moradia para o contingente de trabalhadores desempregados e subempregados, também no contexto urbano.

O início desta pesquisa considera o vínculo entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra⁵ – MST, como principal referência entre o campo

⁴ A agroecologia entendida não somente como matriz produtiva, mas como filosofia de vida em prol da saúde humana, equilíbrio ambiental e justiça social, contrapondo a exploração do trabalho humano e dos recursos naturais. No sistema agroecológico o manejo do espaço engloba a diversidade de atividades econômicas e sustentáveis.

⁵ Sobre a sigla MST, consideramos que as letras maiúsculas marcam a importância de um Movimento de pessoas em luta, através de marchas, manifestações, cultivo da terra, formação de acampamentos, estudos, místicas em que o diálogo e a dialética se fazem presente todo o tempo. Sem a Terra escrita com a letra t em maiúsculo, significa o foco desta luta que é o mais importante meio de produção e reprodução da vida e, portanto somos produtores agrícolas e lutadores Sem a Terra, o que define nossa identidade de sujeitos históricos que questionam a estrutura fundiária, reivindicamos a Reforma Agrária como política e direito de acesso ao principal meio de produção (a terra). Por não reconhecermos rurais como uma identidade e sim como categoria, não inserimos na sigla deste Movimento, tampouco escrevemos o termo *rurais* com a letra inicial em maiúsculo.

da pesquisa e sua relação com o próprio sujeito, que é a Escola de Samba Unidos da Lona Preta.

A classe trabalhadora inaugura e ressignifica a luta por terra em toda a América Latina. No Brasil, é esse fenômeno de organização, enfrentamento e questionamento à estrutura agrária, como parte principal do enredo de debates e manifestações populares desde o período da colonização. As inúmeras porções de terras no Brasil, em sua maioria estão cercadas, ociosas e não cumprem sua função social impedindo que as famílias de trabalhadores acessem um pedaço de terra para produzir e nela habitar (FERNANDES, 2012, p. 22; p. 496).

Marcadamente as mobilizações populares ganham maior destaque no contexto de questionamento à estrutura fundiária, nos âmbitos políticos e sociais já no século XIX, mas é no início do século XX que, ao se inspirar nos movimentos messiânicos - liderados por religiosos que buscavam construir um outro modelo de sociedade, onde não mais caberia injustiças, divisões entre classes, tampouco a violência em “movimentos populares”, com pautas e diretrizes de cunho puramente político e social – surge a ideia da construção de uma sociedade mais justa, sem explorados nem exploradores, com um Estado forte e verdadeiramente democrático, tendo como horizonte a base do socialismo contra a perpetuação do capitalismo agrário e concentração dos meios de produção, em particular nas áreas agricultáveis; é inaugurado a partir de marchas de trabalhadores que buscam terra, trabalho e justiça.

Enquanto para a elite deste país, o mais importante é manter a concentração de terras para atender interesses puramente capitalistas, como a especulação imobiliária, permanência dos latifúndios e atualmente um modelo excludente e pernicioso de desenvolvimento no campo conhecido como agronegócio, os Sem Terra reivindicam os meios necessários para subsistência (CALDART, 2012, p. 548 - 552; FERNANDES, 2000, p. 01 – 09; 2008, p. 74 - 76). Portanto, esse Movimento representa o que bem explica Freire (1997), a “marcha dos Sem Terra”, “marchas históricas”, que “revela o ímpeto da vontade amorosa para o mundo”, é por si só formativa, quando insere ao seu contexto de lutas sujeitos oriundos de diversos cantos do país, com histórias de vida semelhantes, para coletivamente reivindicar o direito à terra, através da Lei de Reforma Agrária, nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Esta Lei, que em seu Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal, determina a competência da União em “[...] desapropriar por

interesse social, para fins de Reforma Agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social”, ou seja, as áreas sem atividade agrícola, ou preservação ambiental, descumprimento das leis trabalhistas e justa distribuição, de modo a evitar o monopólio das áreas para um único dono ou empresa, se inclui nesta determinação a democratização das terras devolutas.

Figura 4 – MST no início das mobilizações na década de 80



Fonte: MST. Disponível em: mst.org.br.

1.2 Breve histórico da luta pela terra e a origem do MST

O contexto histórico, social e político remonta uma sociedade capitalista, que concentra os meios de produção a serviço de poucos. A concentração de terras e a permanência dos latifúndios improdutivos, terras públicas e devolutas, é parte de um conjunto de poderes e instrumentos de acumulação de riquezas, exploração e depredação dos recursos naturais e dos seres humanos em nome de um crescimento econômico complexo, multifacetado, acelerado e globalmente articulado.

1.2.1 As gentes, os movimentos desse Movimento

A fundação do MST, os Sem Terra, camponeses que não possuíam terras e, portanto em sua maioria: *ex* escravos, *ex* colonos, desempregados rurais, pequenos agricultores, meeiros, posseiros, famílias atingidas por barragens, que não tendo acesso às áreas de produção agrícola e de mãos vazias, criaram diversos movimentos de luta por trabalho com a forte influência da Igreja Católica, que entre outras pastorais e após as Ligas Camponesas, cria a Comissão Pastoral da Terra – CPT, enquanto que a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB contava com o apoio do Partido Comunista. O Movimento dos Agricultores Sem-Terra – MASTER ligado ao Partido Trabalhista Brasileiro – PTB já inaugura ocupações de terras como forma de pressão pela Reforma Agrária, apresentando alternativas para um índice crescente de desemprego e miséria (FERNANDES, 2012, p. 498 - 501).

A concentração de terras, o empobrecimento da população rural, causado muitas vezes pela queda de preços dos produtos agrícolas, períodos de estiagem das chuvas, desequilíbrio ambiental e a chegada da “Revolução Verde” afetam drasticamente a vida no campo.

Revolução Verde é, na verdade, o pacote de insumos químicos e maquinários inseridos no campo, com forte incentivo do Estado como modelo tecnológico e de mercado a ser adotado pelos empresários rurais, latifundiários e grandes fazendeiros. Com o desenvolvimento deste tipo de produção agrícola extensiva, monocultura com uso de agrotóxicos, maquinários para o plantio, colheita e aplicação de pesticidas coincidentemente no mesmo período da ditadura militar, na passagem das décadas de 1960 a 1980, fomenta um modelo de agricultura baseada na expansão das áreas agricultáveis, diminuindo consideravelmente o número de postos de trabalho.

Com a impossibilidade de gerar renda no campo, devido às poucas oportunidades de desenvolvimento para as famílias camponesas, inúmeros sujeitos partem para as cidades em busca de oportunidades e recolocação em um “mercado” da força de trabalho.

O fenômeno migratório chamado “êxodo rural”, aliado às aspirações de melhores condições de vida no contexto urbano, não se mostrou suficiente, pois a chegada massiva de trabalhadores às cidades provocou o inchamento nos centros

urbanos. O declínio das aspirações de acesso às oportunidades para todos encerra com o sonho e ilusão de desenvolvimento, com garantia de emprego, acesso à moradia, educação e saúde de qualidade acompanhando o progresso da Revolução Industrial e as aspirações sobre a conquista de um emprego assalariado.

Para a maioria dos trabalhadores neste contexto, ocorreu um processo contrário, aderindo aos focos de resistência, como alternativa às famílias camponesas que decidem permanecer no contexto rural (MORISSAWA, 2001, p. 146 – 148; FERNANDES, 2000, p. 01 - 09).

O Movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra – MST é um Movimento social, forjado por uma base popular, de massas, inspirado pelo marxismo e influenciado pelas Ligas Camponesas. Remonta o fim da década de 1960, em que emerge a necessidade da criação de uma organização sem vínculos com a igreja ou partidos políticos, para os trabalhadores do campo reivindicarem a democratização das terras concentradas em imensos latifúndios improdutivos, oriundos de processos escusos, de grilagem de terras, áreas com dívidas impagáveis, que não respeitam as leis trabalhistas⁶, entre outras questões jurídicas, que desrespeitam a Constituição Federal/88 e a Lei da Reforma Agrária 8.629/1993:

Art. 1º Esta lei regulamenta e disciplina disposições relativas à reforma agrária, previstas no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal;

Art. 2º A propriedade rural que não cumprir a função social prevista no art. 9º é passível de desapropriação, nos termos desta lei, respeitados os dispositivos constitucionais (BRASIL, 1993).

Pouco antes da fundação do MST, os trabalhadores rurais passaram a promover a organização de lutas pela conquista e retomada de seu território, de produção da vida e trabalho, “quando as contradições do modelo agrícola se tornam mais intensas e sofrem com a violência de Estado, ressurgem as ocupações de terra” (MST, [s.d.]).

⁶ Disponível em: <http://www.mst.org.br/nossa-historia/70-82>. Acesso em: 19 jul. 20.

Em setembro de 1979, centenas de agricultores ocupam as granjas Macali e Brilhante, no Rio Grande do Sul. Em 1981, um novo acampamento surge no mesmo estado e próximo dessas áreas: a Encruzilhada Natalino, que se tornou símbolo da luta de resistência à ditadura militar, agregando em torno de si a sociedade civil que exigia um regime democrático (Disponível em: mst.org/nossahistoria).

Ronda Alta é o nome do município que recebe o primeiro acampamento Sem Terra, na Encruzilhada Natalino, espaço escolhido de modo estratégico e para dar visibilidade, já que o local é o entroncamento de estradas de importantes cidades da região, como Passo Fundo, Sarandi, Carazinho em que ligam o estado do Rio Grande do Sul à Santa Catarina.

Prevendo aumentar o número de apoiadores da luta dos Sem Terra, propagandear os objetivos e furar o cerco formado pela brigada militar do Rio Grande do Sul, o primeiro Boletim Sem Terra é lançado para expor os objetivos do MST e a situação precária das famílias do acampamento Ronda Alta - RS.

Nos acampamentos são erguidos barracos de lonas para garantir a permanência das famílias que se inserem à luta, possibilitando que mulheres, homens e crianças possam viver nestes locais o tempo necessário até o assentamento definitivo (FERNANDES, 2012, p. 22). Durante o período em que caracteriza esta estadia provisória, são realizadas reuniões, assembleias, atividades educativas, acompanhamento e cuidados com a saúde, prevenção de doenças e acidentes, além de acompanhamento e atualização dos meios de comunicação interno e externo do acampamento. Os grupos de apoio e simpáticos à luta aumentam a cada nova ocupação de terras e mobilizações do MST, que desde as doações de alimentos, até o apoio e acompanhamento político, mediação em negociações entre o MST, o governo federal, o INCRA e demais entidades, as diversas instituições religiosas, sindicatos, núcleos de estudantes e professores, comissões de direitos humanos, partidos e figuras políticas de esquerda, atores sociais e membros da sociedade civil que apoiam e, portanto defendem a Reforma Agrária e o MST, fortalecem a unidade dos trabalhadores em torno das pautas prioritárias como: Terra, Trabalho e Pão. Entre os anos de 1979 e 1984, a massificação dos trabalhadores do campo resultou no Primeiro Encontro Nacional

de Trabalhadores Sem Terra, realizado entre os dias 21 e 24 de janeiro de 1984, em Cascavel no Paraná.

Figura 5 – Primeiro Boletim Sem Terra. Maio/1981



Fonte: MST. Disponível em: mst.org.

O lema deste Encontro foi “Sem terra não há democracia”; nesta ocasião participam 80 trabalhadores rurais, que inauguram as ocupações de terras em 11 estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Bahia, Pará, Goiás, Rondônia e Acre. Comparecem a esse Encontro os representantes da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA, Central Única dos Trabalhadores – CUT, Conselho Indigenista Missionário – CIMI e Pastoral Operária de São Paulo. Esta reunião foi o ponto de partida para construir e formalizar a fundação do MST (FERNANDES, 2012, p. 497 - 498).

A palavra de ordem traduz a avaliação do Encontro: “A ocupação é a única solução”, inserindo ao bojo das mobilizações populares melhores salários, educação e retorno dos direitos democráticos sufocados durante os 21 anos de governos militares.

A sociedade brasileira assiste esperançosa a retomada da democracia mesmo com a eleição indireta pelo parlamento. Neste período “abria-se uma expectativa no quadro político de uma possibilidade da Reforma Agrária”, em meio a posse do vice-presidente José Sarney após a morte do candidato eleito Tancredo Neves, momento em que retoma a base do Estatuto da Terra com o Plano Nacional da Reforma Agrária – PNRA para assentar pelo menos 1,4 milhão de famílias (MST, 1986).

Os latifundiários respondem violentamente à tentativa de distribuição das terras devolutas com a criação da União Democrática Ruralista – UDR e o aumento das ameaças, assassinatos, perseguições, torturas, prisões arbitrárias e desaparecimentos de lideranças camponesas e apoiadores da Reforma Agrária, como no caso do Padre Josimo Tavares, morto em Imperatriz - MA, a mando de fazendeiros de Goiás⁷.

1.3 Princípios e objetivos

O MST têm como princípio a ocupação da terra, como ação efetiva de reivindicação das áreas agricultáveis para a realização da Reforma Agrária em todo o território nacional.

O principal objetivo do MST é a transformação social, a partir da Reforma Agrária Popular, pois para este Movimento, somente com a organização e participação do povo, exprimimos ao conceito de desenvolvimento um sentido socialmente justo, transformando áreas ociosas em territórios produtivos, agroecológicos, com acesso a todos os direitos e políticas públicas de educação, saúde, infraestrutura, entre outras questões necessárias para uma vida digna e oportunidades reais de desenvolvimento pleno.

A ocupação de terra e a realização da Reforma Agrária faz parte da estratégia do MST para o processo de transformação social, visto que a democratização dos meios de produção é a base de um socialismo que deixa de ser utópico para materializar-se como possibilidade real de trabalho e geração de renda, aliado às dinâmicas de vida comunitária, novas formas de sociabilidade, de solidariedade, planejamento coletivo, engajamento, formação política, cultural,

⁷ Disponível em: <http://www.mst.org.br/nossa-historia/70-82>

garantindo o bem-estar social e melhoria nas condições de vida para a classe trabalhadora.

2 Os Congressos do MST e as dinâmicas da conjuntura nacional

Os Congressos realizados pelo MST são grandes assembleias em que sua base social elege os representantes para apresentar o resultado dos debates e encaminhamentos do MST nos estados, os limites e desafios para a realização da Reforma Agrária nas Regiões e, principalmente, levantar propostas para alinhar a estratégia de resistência ou enfrentamento dos problemas nos assentamentos, acampamentos e para as novas ocupações de terras; traçar planos para a educação, saúde, produção de alimentos e tantas outras questões que permeiam a

Figura 6 – MST no início das mobilizações na década de 80



Fonte: Site do MST. Disponível em: mst.org.

Reforma Agrária. A militância do Movimento faz constantes leituras sobre a conjuntura nacional e internacional, compreendendo que a economia está globalizada e, portanto, a dinâmica social está pautada pela dinâmica do capitalismo para além de nossas fronteiras. Desta forma, o Congresso dos Sem Terra é o mais importante instrumento de orientação para os próximos passos do MST, pois faz a avaliação do último período, escolhendo um lema para orientar a pauta dos debates, faz levantamento dos problemas nas regiões que dividem a federação e define a tática, ou estratégia, para resolver as questões relacionadas à questão agrária para os próximos períodos.

2.1 I Congresso e a organização do MST

O I Congresso Nacional foi realizado em Curitiba - PR, entre os dias 29 e 31 de janeiro de 1985, com os lemas: “Terra para quem nela trabalha” e “Ocupação é a Única Solução”. Os encaminhamentos propostos têm como base consolidar a organização do MST em todo o país, o contexto de redemocratização no Brasil e o anúncio da posse de Tancredo Neves, que viria a ser o primeiro presidente civil através de eleições parlamentares, após 21 anos de obscurantismo e incertezas causados pela ditadura militar. As aspirações do ideário democrático, durante a gestão do então vice presidente José Sarney, fracassam juntamente com o PNRA, que cumpre apenas 6% de sua meta em assentar 1,4 milhão de famílias: “Cedo, aprendemos que os interesses do latifúndio encontravam nos aparatos do Estado”, foi assim com o PNRA no Governo de José Sarney, após a misteriosa morte de Tancredo Neves. Apenas 90 mil famílias conseguem acessar a Reforma Agrária, “graças à pressão das ocupações de terras e mobilizações por todo o país”.

Na ocasião deste primeiro Congresso, o Movimento define os seguintes objetivos: Lutar pela terra, organizando ocupações e acampamentos para a garantia do questionamento jurídico sobre os projetos para as áreas públicas, devolutas e ociosas⁸.

2.2 II Congresso para fortalecer a luta pela terra

No II Congresso Nacional dos Sem Terra, que ocorreu entre os dias 08 e 10 de maio de 1990, os objetivos foram:

- Fortalecer a aliança com os operários e outros setores da classe trabalhadora divulgando a luta pela reforma agrária a nível nacional e internacional;
- Discutir amplamente um plano de ação para o futuro do Movimento;
- Ocupar e resistir nas áreas de acampamento como uma das mais importantes ferramentas de pressão ao Estado;

⁸ Disponível em: mst.org.br/nossa-historia/84-86. Acesso em: 19 jul. 2020.

- Organizar e fortalecer a produção nos assentamentos, mesmo diante do incentivo do Estado à produção agropecuária destinada ao agronegócio e exportação da produção em escala.

Figura 7 – II Congresso Nacional do MST em 1990



Fonte: Arquivo Revista Fórum.

A palavra de ordem do II Congresso foi “Ocupar, resistir e produzir!” como forma de ratificar a dinâmica de luta do Movimento, que para além de ocupar a terra (pública, ou que esteja ociosa, devoluta e em disputa judicial para fins de Reforma Agrária), reafirma o papel do cultivo da terra como contraponto à especulação fundiária.

O objetivo do Movimento “era incentivar a produção nos assentamentos, mas para isso era preciso equipamento, infraestrutura, além de uma política agrícola governamental voltada para assuntos de reforma agrária” e reivindicar do novo governo (neste caso, a gestão do então presidente Fernando Collor de Mello) a realização da Política Nacional de Reforma Agrária – PNRA, no sentido de resolver o problema dos acampamentos precários, assim como propagandear a importância da Reforma Agrária para toda a sociedade brasileira, como uma das alternativas de

atendimento à demanda do desemprego e suas consequências, inclusive acabando com os casos de violência no campo⁹.

Durante o 6º Encontro Nacional realizado entre 19 e 23 de fevereiro de 1991, em Piracicaba, no estado de São Paulo, o MST constata que está diante de novos desafios e enfrentamentos, que exigem outras formas de luta, devido ao aumento da violência no campo e das pressões por parte dos latifundiários e governo, com a intenção de que os assentamentos fracassassem; o movimento vem melhorando a sua organização, para resistir e manter-se na terra (MORISSAWA, 2001, p. 107-108).

A Constituição Federal, de 1988 é um dos marcos mais importantes nestes mais de 35 anos de fundação do MST em que, entre outras conquistas, os artigos 184 e 186, da Lei nº 8.629/93 de Reforma Agrária, nos garantem a desapropriação de terras que não cumpram sua função social, quando a propriedade rural não atende os seguintes critérios e graus de exigência:

- I – aproveitamento racional e adequado;
- II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
- III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
- IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Ao passo que a Constituição Federal nos garante o acesso à terra através da Lei de Reforma Agrária, o que representa um avanço nas conquistas de políticas sociais, esta mesma Constituição garante o direito à propriedade privada, facilitando a concentração de terras, a permanência dos latifúndios improdutivos.

2.3 III Congresso e os temas da comunicação, educação, juventude e gênero

A partir do III Congresso, que aconteceu entre os dias 24 e 27 de julho de 1995, o MST reforça as alianças e parcerias com as organizações de trabalhadores do campo e das cidades por todo o Brasil. Com o lema “Reforma Agrária, uma luta de todos” foi o primeiro dos grandes congressos massivos do MST, com 5.226 delegações, que representaram 22 estados, refletindo o

⁹ Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/88-93>. Acesso em: 19 jul. 2020.

crescimento das ocupações de terras, criação de novos acampamentos e assentamentos.

Figura 8 – Painel do III Congresso Nacional do MST



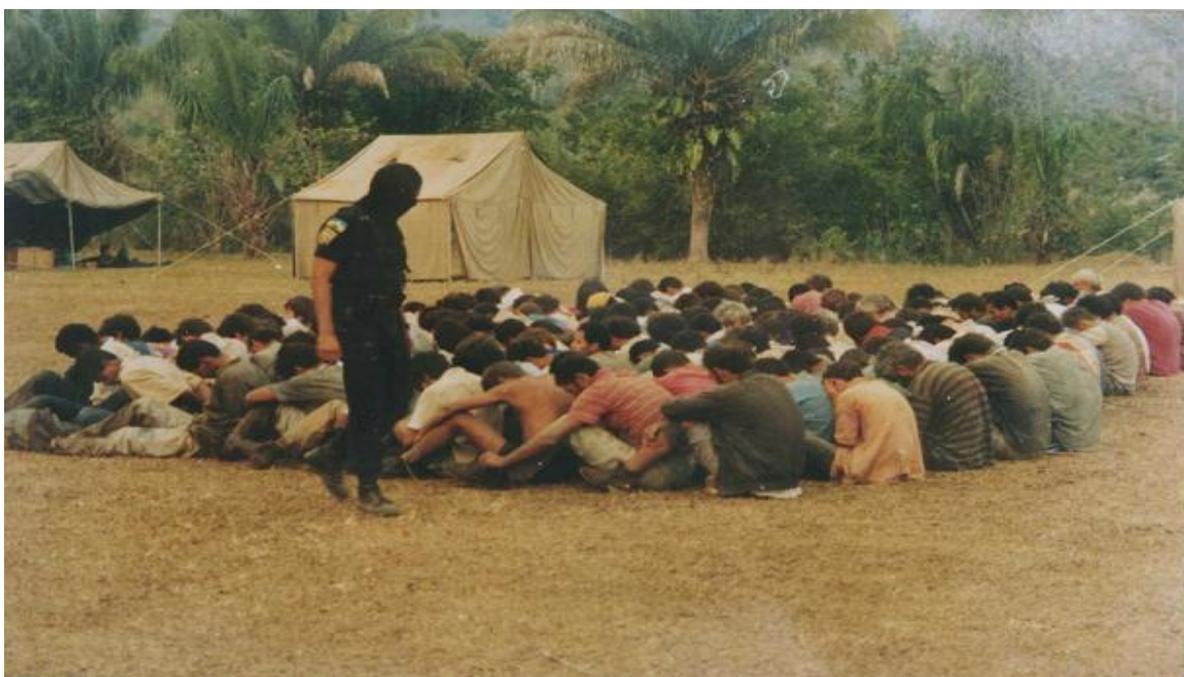
Fonte: Arquivos do MST

A organização do MST avança internamente na organização dos coletivos e setores de educação, comunicação e participação das mulheres em todas as frentes de trabalho e atuação política. Neste período a Escola Josué de Castro é inaugurada na cidade de Veranópolis no Rio Grande do Sul, onde ocorrem os cursos nacionais de formação política dos militantes, como estratégia de ampliação dos quadros de dirigentes para as diferentes regiões do país, vinculada às diretrizes do Movimento.

No mesmo ano do III Congresso do MST, no dia 08 de agosto, ocorreu o **Massacre de Corumbiara**, no estado de Rondônia. Policiais fortemente armados iniciam mais um despejo violento na Fazenda Santa Elina, onde 514 famílias lideradas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Corumbiara, são atacadas. Esta ação desastrosa resulta na morte de 9 Sem Terra e 2 policiais.

O Massacre de Eldorado dos Carajás: Em 17 de abril de 1996, ocorreu às margens da estrada, conhecida como curva do S, em Eldorado dos Carajás, no Pará, onde 2 mil famílias acampadas foram atacadas por policiais militares a mando do então governador Almir Gabriel (PSDB, mesmo partido do presidente em exercício na época, Fernando Henrique Cardoso). Na ocasião 21 trabalhadores foram covardemente executados mesmo depois de rendidos, 70 pessoas ficaram feridas com graves sequelas.

Figura 9 – Ação policial em Corumbiara – RO



Fonte: Site do MST, ago. 1995. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/94-95/>.

Somente 15 anos após esse massacre, o coronel Mário Colares Pantoja foi condenado a 228 anos de prisão e o major José Maria Pereira de Oliveira cumpre a pena por 158 anos de reclusão. Permanecem impunes o governador Almir Gabriel e os 155 policiais que participaram da ação.

As notícias sobre esses massacres repercutiram em todos os noticiários, sendo amplamente divulgados pelos meios de comunicação dentro e fora do Brasil, o que chamou a atenção da opinião pública sobre a grave crise da questão agrária brasileira. Em memória aos mártires de Eldorado dos Carajás, o dia 17 de abril é oficialmente o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária, Decreto – Lei nº 10.469, de 25 de junho de 2002.

Figura 10 – Chegada dos corpos ao IML de Marabá – PA, após massacre de Eldorado



Fonte: O Globo. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/incoming/eldorado-de-carajas-21343386>.

Em 17 de fevereiro de 1997, o MST inicia uma Marcha Nacional até Brasília, para dialogar com a sociedade sobre a violência no campo, a impunidade dos mandantes do Massacre de Eldorado dos Carajás e chamar a atenção sobre a importância da Reforma Agrária.

Ao longo do percurso da Marcha, que durou mais de dois meses, foram organizadas colunas de marchantes, ou seja, fileiras de pessoas que caminharam de diferentes locais do país, até a esplanada dos ministérios em Brasília.

A primeira coluna formada por Sem Terras de RS, SC, PR e SP saiu da capital paulista; a segunda coluna composta por BA, MG, ES e RJ, teve como ponto de partida a cidade mineira de Governador Valadares e a terceira coluna formada pelos militantes do MT, MS, RO, GO e DF saiu de Rondonópolis no Mato Grosso.

Esta iniciativa contou com o apoio de inúmeras entidades, como a CUT, PT, Comissão Pastoral da Terra – CPT, muitos sindicatos e movimentos sociais. A marcha chegou à praça dos três poderes em 17 de abril de 1997 recebendo

saudações e várias manifestações de apoio, como o aplauso incessante do povo brasileiro, ao longo das ruas¹⁰.

2.4 IV Congresso e a agroecologia em pauta

No IV Congresso, ocorrido entre os dias 10 e 14 de fevereiro de 2000, a palavra de ordem do evento foi: “Por um Brasil sem latifúndio”, onde os debates apresentam os problemas, limites e avanços do modelo econômico vigente e suas consequências para o campo, representado pelo agronegócio, que segundo Matheus (2007), significa uma matriz de produção agrícola, que intensifica ainda mais a situação da exclusão social, com o aumento do desemprego e precarização do trabalho no campo, devido ao desenvolvimento, avanço e concentração do capitalismo agrário, aumento de empresas agroexportadoras e latifúndio improdutivos. Em 1997, o MST testemunha e apoia a criação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST¹¹ e pensa uma estratégia de inserção e ampliação do MST no contexto urbano, invertendo a lógica do trabalho de base nas metrópoles para inserir os trabalhadores na luta pela Reforma Agrária no campo. A intenção é atender as demandas por terra e trabalho em áreas mais próximas às cidades.

Diante desses desafios, de combater a violência no campo, realizar a Reforma Agrária amplamente com a união dos trabalhadores do campo e da cidade, entre os anos de 1997 e 1998, a militância do MST percorre as cidades através das jornadas nacionais de lutas, para denunciar o aumento da violência contra os Sem Terra e o descaso do governo de Fernando Henrique Cardoso com a agricultura familiar.

Durante o primeiro mandato de Fernando Henrique (1994 a 1998), o êxodo rural aumentou significativamente, devido às perdas de pequenas

¹⁰ Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/94-99/>

¹¹ O MTST é um movimento que organiza trabalhadores urbanos para a luta por moradia, desta forma utiliza a ocupação de imóveis abandonados, como forma de pressão para a realização de uma Reforma Urbana, baseado na CF/88, que estabelece a lei de direitos sociais, os artigos 6º, 7º e 23º, que os direitos sociais, como educação, saúde, alimentação, trabalho e moradia devem ser garantidos pelo Estado, competência comum compartilhada entre a União, os Estados, Distrito Federal e Municípios, e com isso promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico, principalmente nas periferias.

propriedades, que expropriadas por bancos em ações judiciais impossibilita a permanência das famílias no campo, encerra qualquer projeto de desenvolvimento da agricultura familiar¹².

Figura 11 – Painel do IV Congresso – MST



Fonte: MST, ago. 2000. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/cartaz/>.

O MST retoma os debates sobre a importância de criar alternativas ao modelo de produção agrícola, sob o domínio de grandes conglomerados de empresas capitalistas; o Movimento recorre às experiências de Reformas Agrárias Populares que, entre os anos de 1930 até o fim da década de 1970, foram implementadas na China, Egito, Vietnã, Guatemala, Nicarágua e nos primeiros anos da revolução cubana para definir uma nova proposta de Reforma Agrária, de cunho popular, incentivando o trabalho coletivo, a preservação do meio ambiente, o cooperativismo, a união entre trabalhadores urbanos e camponeses e o fim da mercantilização dos bens da natureza.

A Reforma Agrária Popular do MST propõe uma nova configuração de assentamentos, com a titulação coletiva das terras, a criação de agroindústrias para

¹² Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/94-99/>

beneficiamento da produção agrícola, venda direta para os consumidores e o uso racional, democrático, socialmente útil das tecnologias.

Os objetivos da Reforma Agrária Popular incluem democratizar o acesso à terra, às águas, biodiversidade, fontes de energia e minérios;

Impedir a concentração das terras e estabelecer o tamanho máximo da propriedade privada, com garantia de uso ecologicamente correto, cumprindo sua função social;

Assegurar a devolução das terras e territórios, minas e rios apropriados por empresas estrangeiras;

Demarcar, respeitar e proteger todas as áreas dos povos tradicionais da floresta, dos quilombos, os ribeirinhos, pescadores, indígenas e demais atividades ligadas ao campo;

Assegurar e preservar as águas;

Combater o desmatamento e reflorestar as áreas degradadas;

Preservar, multiplicar e socializar as sementes crioulas;

Defender a soberania e segurança alimentar, assegurando que a produção de alimentos seja saudável, sustentável com o uso de técnicas agroecológicas;

Garantir à população do campo o acesso aos bens culturais, à educação pública, gratuita e de qualidade em todos os níveis;

Incentivar, fortalecer e difundir a identidade cultural e social da população camponesa;

Assegurar o acesso, a produção e controle dos meios de comunicação nos acampamentos e assentamentos da Reforma Agrária;

Desenvolver a formação técnica, científica e política permanente para a classe trabalhadora;

Combater todas as formas de discriminação racial, étnica, de gênero, religião, orientação sexual, a exploração do trabalho e assegurar que a remuneração seja compatível com a renda e riqueza gerada no país. Garantir condições dignas de trabalho, jornadas e turnos adequados, entre outras coisas.

Com todas as questões colocadas, lutamos para eliminar toda e qualquer forma de escravidão e violência no campo.

Chegamos ao fim da gestão de Fernando Henrique Cardoso, com um número muito inferior à meta de legalização das áreas para assentamentos.

Inúmeras famílias Sem Terra alimentam o sonho e as expectativas de mudança em favor da classe trabalhadora, aquecendo as eleições em que colocaram Luiz Inácio Lula da Silva como o presidente da república e, pelo fato deste presidente apoiar publicamente a Reforma Agrária, a vitória de Luiz Inácio nas eleições de 2002 se apresenta como a grande oportunidade de realização do PNRA em todo o Brasil, no entanto a bancada ruralista exerceu grande poder de articulação no Congresso impedindo o avanço do projeto de Reforma Agrária, assim o agronegócio intensifica-se ainda mais como principal modelo agrário-exportador.

Figura 12 – Luiz Inácio Lula da Silva e militantes do MST na campanha presidencial em 2002



Foto: Ricardo Stuckert/Instituto Lula.

Enfrentamos também a questão da compra de áreas por empresas e grupos transnacionais incentivados pela estrutura do Estado, a questão da concentração de imóveis rurais pelos oligopólios de exploração, produção e comércio dos recursos naturais e por meio do financiamento público e incentivos fiscais, têm se apresentado como o grande entrave para o avanço da Reforma Agrária. Em resposta à morosidade do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA, o MST aumenta em mais de 50% o número de ocupações em todo o país logo após a posse do novo presidente. A pressão política protagonizada pelos Sem Terra resultou na criação do II Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, que promete resolver o problema de mais de 1 milhão de Sem Terras, com a criação de 2 milhões de novos postos de trabalho no campo, ainda assentar 400 mil novas famílias, sendo que 130 mil famílias terão acesso à terra por meio do crédito

fundiário, outras 500 mil permanecem nas áreas em litígio, com garantia de regularização fundiária até o fim de 2006. Chegamos ao final de 2016 sem que as metas pudessem ser cumpridas mais uma vez.

Na perspectiva de melhorias na condição de vida das famílias em situação do campo e das cidades, o MST inaugura os projetos de Reforma Popular a partir das Comunas da Terra. A Regional Grande São Paulo, com base nos debates nacionais e mais especificamente em estudos e pesquisas de Delwek Matheus, que em 2003 insere o MST à metrópole, visto que a demanda dos trabalhadores urbanos propõe uma política de Reforma Agrária com desenvolvimento territorial, geração de trabalho e renda com produção agrícola e não agrícola, desenvolvendo tecnologias e auto sustentabilidade a partir da agroecologia¹³.

2.5 O V Congresso e as mudanças no método do MST

O V Congresso, considerado o maior congresso camponês da América Latina, com um público estimado em mais de 17.500 participantes inscritos entre os dias 11 e 15 de junho de 2007, apresenta o lema: “Reforma Agrária, por Justiça Social e Soberania Popular”.

Figura 13 – Painel do V Congresso Nacional do MST



Fonte: Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/05-14/>.

Neste grande encontro foram debatidos os novos desafios da luta pela terra, uma síntese das questões políticas e sociais, em que os índices de

¹³ Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/00-04/> e <https://mst.org.br/nossa-historia/05-14/>

desemprego permanecem altos mesmo com políticas compensatórias como Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida, Prouni, etc. A dependência do Brasil ao capital especulativo através do FMI contradiz o slogan do programa do governo “Um Brasil para Todos”, em que fomenta a ideia de crescimento econômico e redução das desigualdades sociais, frente às mazelas que afetam a maior parcela do povo brasileiro.

Até este ponto não há nada de novo na história, no entanto a Reforma Agrária passa a ser vista como parte da construção e acumulação de forças para um projeto popular e soberano para o Brasil, como alternativa para todo o conjunto da classe trabalhadora, mesmo com as políticas compensatórias, para um contexto de fragilidade econômica no país, alguns avanços no debate sobre a desapropriação de grandes latifúndios improdutivos, o reconhecimento e valorização do trabalho agrícola, que representa 37,9% do PIB e 77% dos empregos rurais.

Conseguimos ampliar o debate e a defesa da produção de alimentos saudáveis, soberania alimentar nas diversas regiões brasileiras, preservação ambiental, ampliação no número de postos de saúde e escolas em assentamentos, nas periferias, entre outros debates amplos que inserem inúmeros setores da sociedade¹⁴.

REFORMA AGRÁRIA: Por Justiça Social e Soberania Popular!

Contudo, uma carta redigida ao fim deste Congresso, inaugura novos métodos de encaminhamento e encerramento deste tipo de ato político do MST, que não somente as marchas, manifestação pública nas avenidas de Brasília, mas insere oficialmente a pauta da agroecologia como alternativa ao agronegócio de forma documental (item 11 da carta), ao passo que as ocupações de terras enfrentam a paralisia da estrutura federal, através do INCRA, para a legalização dos assentamentos, que ao fim do governo de Luiz Inácio Lula da Silva cumpriu apenas 42% do PNRA II.

¹⁴ Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/05-14/>

2.6 Carta do 5º Congresso Nacional do MST¹⁵

Nós, 17.500 trabalhadoras e trabalhadores rurais Sem Terra de 24 estados do Brasil, 181 convidados internacionais representando 21 organizações camponesas de 31 países e amigos e amigas de diversos movimentos e entidades, reunidos em Brasília entre os dias 11 e 15 de junho de 2007, no 5º Congresso Nacional do MST, para discutirmos e analisarmos os problemas de nossa sociedade e buscarmos apontar alternativas.

Nos comprometemos a seguir ajudando na organização do povo, para que lute por seus direitos e contra a desigualdade e as injustiças sociais. Por isso, assumimos os seguintes compromissos:

1 – Articular com todos os setores sociais e suas formas de organização para construir um projeto popular que enfrente o neoliberalismo, o imperialismo e as causas estruturais dos problemas que afetam o povo brasileiro.

2 – Defender os nossos direitos contra qualquer política que tente retirar direitos já conquistados.

3 – Lutar contra as privatizações do patrimônio público, a transposição do Rio São Francisco e pela reestatização das empresas públicas que foram privatizadas.

4 – Lutar para que todos os latifúndios sejam desapropriados e prioritariamente as propriedades do capital estrangeiro e dos bancos.

5 – Lutar contra as derrubadas e queimadas de florestas nativas para expansão do latifúndio. Exigir dos governos ações contundentes para coibir essas práticas criminosas ao meio ambiente. Combater o uso dos agrotóxicos e a monocultura em larga escala da soja, cana-de-açúcar, eucalipto, etc.

6 – Combater as empresas transnacionais que querem controlar as sementes, a produção e o comércio agrícola brasileiro, como a Monsanto, Syngenta, Cargill, Bunge, ADM, Nestlé, Basf, Bayer, Aracruz, Stora Enso, entre outras. Impedir que continuem explorando nossa natureza, nossa força de trabalho e nosso país.

7 – Exigir o fim imediato do trabalho escravo, a superexploração do trabalho e a punição dos seus responsáveis. Todos os latifúndios que utilizam

¹⁵ Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2007/06/carta-do-5-congresso-nacional-do-mst/>.

qualquer forma de trabalho escravo devem ser expropriados, sem nenhuma indenização, como prevê o Projeto de Emenda Constitucional já aprovado em primeiro turno na Câmara dos Deputados.

8 – Lutar contra toda forma de violência no campo, bem como a criminalização dos Movimentos Sociais. Exigir punição dos assassinos – mandantes e executores – dos lutadores e lutadoras pela Reforma Agrária, que permanecem impunes e com processos parados no Poder Judiciário.

9 – Lutar por um limite máximo do tamanho da propriedade da terra. Pela demarcação de todas as terras indígenas e dos remanescentes quilombolas. A terra é um bem da natureza e deve estar condicionada aos interesses do povo.

10 – Lutar para que a produção dos agrocombustíveis esteja sob o controle dos camponeses e trabalhadores rurais, como parte da policultura, com preservação do meio ambiente e buscando a soberania energética de cada região.

11 – Defender as sementes nativas e crioulas. Lutar contra as sementes transgênicas. Difundir as práticas de agroecologia e técnicas agrícolas em equilíbrio com o meio ambiente. Os assentamentos e comunidades rurais devem produzir prioritariamente alimentos sem agrotóxicos para o mercado interno.

12 – Defender todas as nascentes, fontes e reservatórios de água doce. A água é um bem da Natureza e pertence à humanidade. Não pode ser propriedade privada de nenhuma empresa.

13 – Preservar as matas e promover o plantio de árvores nativas e frutíferas em todas as áreas dos assentamentos e comunidades rurais, contribuindo para preservação ambiental e na luta contra o aquecimento global.

14 – Lutar para que a classe trabalhadora tenha acesso ao ensino fundamental, escola de nível médio e a universidade pública, gratuita e de qualidade.

15 – Desenvolver diferentes formas de campanhas e programas para eliminar o analfabetismo no meio rural e na cidade, com uma orientação pedagógica transformadora.

16 – Lutar para que cada assentamento ou comunidade do interior tenha seus próprios meios de comunicação popular, como por exemplo, rádios comunitárias e livres. Lutar pela democratização de todos os meios de comunicação da sociedade contribuindo para a formação da consciência política e a valorização da cultura do povo.

17 – Fortalecer a articulação dos movimentos sociais do campo na Via Campesina Brasil, em todos os Estados e regiões. Construir, com todos os Movimentos Sociais a Assembleia Popular nos municípios, regiões e estados.

18 – Contribuir na construção de todos os mecanismos possíveis de integração popular Latino-Americana, através da ALBA – Alternativa Bolivariana dos Povos das Américas. Exercer a solidariedade internacional com os Povos que sofrem as agressões do império, especialmente agora, com o povo de Cuba, Haiti, Iraque e Palestina.

Conclamamos o povo brasileiro para que se organize e lute por uma sociedade justa e igualitária, que somente será possível com a mobilização de todo o povo. As grandes transformações são sempre obra do povo organizado. E, nós do MST, nos comprometemos a jamais esmorecer e lutar sempre.

Brasília, 15 de junho de 2007.

Durante o início do segundo mandato do presidente Luiz Inácio, grande parte da militância do MST desdobra-se entre a organização das bases nos acampamentos, os projetos de melhorias para os antigos assentamentos, para a certificação, regulamentação das cooperativas, fortalecimento e expansão da produção agroecológica, legalização das áreas ocupadas, refletindo em novos métodos de lutas e com apoio e maior abertura de diálogo com o INCRA.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA possibilitou que as políticas básicas de desenvolvimento social para antigos assentamentos incluíssem a liberação de créditos, manutenção e infraestrutura, educação, capacitação técnica e comercialização e a partir de alguns diálogos e acordos com o MDA, encontramos maior abertura para negociar as burocracias institucionais, no sentido de efetivar as políticas públicas para as áreas já legalizadas. Mas o próprio Estado fragmenta as ações em políticas focais, permitindo que o capitalismo agrário se desenvolva em larga escala, com novos meandros, inserindo ao pacote do *agrobusiness*, à produção industrial, comercialização, dinamizando o mercado financeiro através de ações, *commodities* e serviços como transporte, armazenamento, comunicação em rede (internet), uso de tecnologias, com forte apelo publicitário e midiático, em que todas as atividades produtivas relacionadas ao meio rural passam a ser vistas como agronegócio, invisibilizando a produção camponesa de alimentos.

Economistas explicam que é uma grande ilusão imaginar que todos os setores que compõem a base do PIB (soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade), possa ser fragmentado, para uma produção única e exclusivamente à produção agrícola de grande escala. A contradição do discurso de que o agronegócio é sustentável, gera empregos e “sustenta o Brasil”, cai por terra quando entendemos que toda a produção das indústrias depende diretamente dos outros setores, inclusive o setor agrícola. Mais uma vez o agronegócio nos faz acreditar que sozinho é responsável por considerável parcela da economia¹⁶ (22% do PIB).

O cerne do agronegócio é a acumulação de capital, portanto é mais um setor capitalista de negócios empresariais, de tal forma que dispõe de grandes extensões de terras, financiamentos públicos, isenções fiscais, uso de instituições públicas como a EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, para desenvolver e aplicar tecnologias na produção de agrocombustíveis, grãos para ração animal, eucalipto para a produção de celulose, entre outros produtos e serviços que em grande parte não estão relacionados à produção de alimentos, fato que tem causado aumentos absurdos nos preços de itens básicos, como arroz e feijão, até mesmo crises de falta de alimentos.

Outro exemplo são as linhas de financiamento e investimento através do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, que como empresa pública federal deveria estar a serviço do progresso do país, não apenas disponibilizar pequenas fortunas em créditos para aumentar a circulação de capital do empresariado rural.

Faz parte deste contexto o fato de que as indústrias de agrotóxicos são as mesmas que produzem tantos outros produtos químicos, inclusive medicamentos. Estas empresas não estão no campo, não produzem apenas para a agricultura, mas para sustentar a ideia de viabilidade econômica do agronegócio. Os rendimentos destas empresas são novamente inseridos na contabilidade do pacote do agronegócio.

Outro exemplo é o setor de serviços, como logística, telefonia, internet e demais tecnologias, que formam um conjunto de grandes empresas que não

¹⁶ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/06/14/de-quem-e-o-prejuizo-do-agronegocio/>.

atendem apenas o agronegócio, tampouco estão inseridas no meio rural, mas para efeito de contabilizar os ganhos e participação no PIB, soma-se novamente todas essas receitas.

A lição que aprendemos nestes últimos anos é que, de fato, a Reforma Agrária não se realiza plenamente enquanto o agronegócio continuar sendo “a mentira do Brasil”¹⁷ e a produção camponesa permaneça à margem das políticas de desenvolvimento social e econômico, de forma ampla e territorial (FERNANDES, 2008).

2.7 O VI Congresso e a perspectiva da Reforma Agrária Popular

A defesa de um Programa de Reforma Agrária Popular se apresenta como uma das prioridades para o MST. Reivindicar e exigir o fim da concentração fundiária no campo e nas cidades, geração de emprego e renda para e na agricultura familiar, melhores condições de permanência das famílias no campo, com a adoção de políticas de desenvolvimento social, principalmente para a juventude.

Desta forma, nosso último Congresso ocorreu entre os dias 10 e 14 de fevereiro de 2014. O Movimento realizou o VI Congresso, sob o lema: Lutar, Construir Reforma Agrária Popular, considerando os limites e o novo paradigma de desenvolvimento para a agricultura familiar frente ao agronegócio¹⁸.

¹⁷ Samba enredo da escola de samba unidos da Iona Preta. Carnaval 2011.

¹⁸ Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/05-14/> e <https://mst.org.br/nossa-historia/hoje/>

Figura 14 – Mística de abertura do 6º Congresso do MST



Fonte: Site do MST, fev. 2014. Disponível em: mst.org.br/nossa-historia/05-14.

Nos reunimos para mais este importante momento, em meio às crises políticas que acirram a polaridade entre as correntes partidárias de esquerda e direita, diante das pressões e tensionamentos causados pelas ondas de manifestações em 2013, em que principalmente estudantes saem às ruas e de forma massiva reivindicam a diminuição das tarifas de transporte em todo o Brasil. A questão central foi de fato a política de mobilidade nas cidades, os questionamentos sobre os subsídios públicos às empresas privadas de transporte e a baixa qualidade de um serviço tão essencial à classe trabalhadora e aos estudantes, que inclusive reivindicavam o passe livre. Após alguns dias, as ondas de mobilizações e as pautas de reivindicação se ampliaram para as questões de gênero, o acesso e a qualidade dos serviços públicos e o fortalecimento da política redistributiva. O tensionamento causado pelas manifestações permitiu que os debates sobre as demandas populares ultrapassassem as esferas municipais e passaram a pressionar as instâncias federais, desencadeando uma série de ataques, acusações e enfraquecimento da gestão de Dilma Rousseff, sob acusações de ineficiência administrativa, descaso com o SUS, envolvimento em casos de corrupção, entre outras possíveis causas de desvio de função.

Figura 15 – Marcha por Brasília durante o VI Congresso



Fonte: Site do MST, Disponível em: mst.org.

Grande parte dos manifestantes foram às ruas acreditando em uma possível mudança no cenário político. A partir destas mobilizações grandiosas, a repercussão midiática e de ação política reverbera internacionalmente, gerando o processo de impeachment de Dilma Rousseff.

Contrariando os discursos acalorados de combate a corrupção, frente às “pedaladas fiscais” durante a gestão de Dilma Rousseff, assistimos o aumento exponencial das crises econômicas e políticas, que gerou a articulação de membros da oposição entre a câmara de deputados e senadores, juntamente ao vice presidente Michel Temer ao operarem todo o processo de destituição da presidenta, mesmo sem o aprofundamento das investigações, ou qualquer fundamento legal para a saída de Dilma Rousseff do governo federal em 2016. Em 2019, após dois anos de sua saída, Rousseff é inocentada da acusação de desvios ou erros no remanejamento dos pagamentos de contas da união.

Durante todo esse período até os dias atuais (de 2016 a 2019), as crises políticas, econômicas e sociais se intensificam. Por uma série de fatores, mas principalmente pelos discursos de ódio, declarações preconceituosas oriundas da nova equipe do governo, as perseguições aos movimentos sociais acirram a luta de

classes. A violência no campo e nas cidades afetam principalmente indígenas, quilombolas, ativistas e militantes sociais. O sucateamento da educação, em especial a educação pública, a fome e o desemprego a níveis estratosféricos, nos atinge em todos os setores e diante de um cenário de obscurantismo e incertezas, principalmente após a posse do atual presidente Jair Messias Bolsonaro (2019). Diante deste contexto caótico buscamos a unificação das bandeiras, a rearticulação com os partidos e entidades de esquerda para resistirmos e fazer o enfrentamento político, ideológico contra a retirada de direitos.

Dentre os objetivos principais defendidos pelo MST, incluem a democratização das terras, a partir da Lei de Reforma Agrária com justiça social garantindo a demarcação das terras indígenas e preservação dos quilombos, exigindo a punição dos assassinos dos trabalhadores do campo e a desapropriação dos latifúndios em posse das multinacionais, com distribuição igualitária das terras, produção de alimentos saudáveis nas terras conquistadas com ênfase no princípio da soberania alimentar e melhoria nas condições de vida no campo e na cidade. O viés ideológico deste movimento é socialista, posicionamento oposto às ações e declarações aviltadas do atual presidente e sua equipe de governo de base militarista e ultradireitista.

A relação entre Estado e os Movimentos Sociais está interrompida pelas ameaças de prisão arbitrária, perseguição e criminalização midiática com publicações de notícias, boatos e acusações falsas sobre o MST, comunidades indígenas e quilombolas, enquanto os desmatamentos e queimadas nas florestas e reservas ambientais aumentam e o INCRA chega ao fim de 2019 reconhecendo apenas 9 mil projetos de assentamento em todo o país, sem qualquer garantia de avanço da Reforma Agrária.

3 MST Internacional

Figura 16 – Protesto contra a carta de direitos camponeses na Organização das Nações Unidas (ONU)



Fonte: mst.org.br/2018/09/19/via-campesina-se-posiciona-contra-decisao-que-estende-prazo-para-votacao-da-carta-de-direitos-camponeses-na-onu. Acesso em: 22 de jul. 2020.

O MST faz parte da Via Campesina, que é uma organização internacional criada em 1993, reúne inúmeros movimentos de pequenos e médios produtores camponeses, que autônomos, pluralista, sem vínculo, ou dependência orgânica a partidos, igrejas, governos e de cunho progressista atuam em escala regional e nacional, em várias partes do mundo, como a Europa, Ásia, América do Norte, Caribe, América Central, América do Sul e África.

A Via Campesina é um movimento internacional que reúne milhões de camponeses, pequenos e médios agricultores, sem-terra, mulheres e jovens rurais, indígenas, migrantes e trabalhadores agrícolas de todo o mundo. Construído sobre um forte senso de unidade, solidariedade entre esses grupos, defende a agricultura camponesa pela soberania alimentar como uma maneira de promover a justiça social e a dignidade e se opõe fortemente à agricultura impulsionada pelas empresas que destrói as relações sociais e a natureza (Disponível em: viacampesina.org/em/international-peasants-voice).

A Via Campesina congrega diversas bandeiras de lutas pela defesa da globalização da Reforma Agrária, garantia de todos os direitos humanos, civis e políticos à população camponesa. Está inserida em mais de 70 países em todos os continentes.

No Brasil, além do MST há a Escola Latino Americana de Agroecologia – ELAA, espaço de formação da militância da esquerda progressista, em que se reúnem parceiros e aliados de toda a América Latina e Caribe, com o objetivo de ensinar, aprender e disseminar a agroecologia. Esta Escola está localizada no Assentamento Contestado, uma das comunidades camponesas do MST no Paraná. Demais organizações e Movimentos que compõem a Via Campesina são: Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA; Movimento dos Atingidos por Barragem – MAB; Movimento de Mulheres Camponesas – MMC; Comissão Pastoral da Terra – CPT; Conselho Indigenista Missionário – CIMI; Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil – FEAB; Instituto Equipe de Educadores Populares – IEEP (Disponível em: <http://elaa.redelivre.org.br/sobre/>).

A unidade das pautas é importante para estabelecer relações de solidariedade, fortalecimento e ampliação das bandeiras de luta e reivindicação dos trabalhadores do campo, para a construção de um modelo de desenvolvimento da agricultura que garanta a soberania alimentar como direito dos povos, a definição de políticas agrícolas próprias e a preservação do meio ambiente com a proteção da biodiversidade (Disponível em: <https://viacampesina.org/es/el-libro-abierto-de-la-via-campesina-celebrando-20-anos-de-luchas-y-esperanza/>).

4 Nossa organização

O princípio do MST é a ocupação de terras, portanto o início das atividades do Movimento giram em torno da organização, resistência nos acampamentos e ao longo de sua atuação cria uma pedagogia própria, buscando soluções para as demandas do próprio movimento, na dinâmica de acampamentos, organização dos assentamentos, marchas, mobilizações e entre tantas outras formas de luta.

Autores como Roseli Salete Caldart, Miguel Arroyo e Bernardo Mançano Fernandes descrevem a gênese e o desenvolvimento do MST como “sujeito pedagógico” da teoria e prática da formação humana para sua base social, a partir da tradição teórica dos estudos da história social marxista, centrados nas categorias: classe, luta de classe, ideologia e modo de produção. Nos âmbitos da cultura e da educação, o MST adota métodos de planejamento, formação, avaliação

e prática constante, respeitando a centralidade democrática para o encaminhamento das demandas e tomada de decisões.

O centralismo democrático no MST adapta o método de unidade de ação, pensada e sistematizada por Lênin para o Partido Operário Social-Democrata da Rússia – POSDR, durante a reunião de avaliação do 4º Congresso do Partido em abril de 1906.

Os princípios da centralidade democrática no MST respeitam os encaminhamentos feitos através das instâncias da organização dos acampamentos, definições dos setores, coletivos, brigadas e frentes para avaliar de forma crítica as causas e consequências dos problemas que afetam o todo da organização, com ampla discussão para a organização da ação unitária nas regiões e nos estados.

A articulação das ações partem das reuniões nos assentamentos e acampamentos, que são encaminhados à direção regional (divisão geográfica nas cidades e nos municípios em que há mais de um assentamento ou acampamento), e por sua vez são partilhados nas estruturas participativas, democráticas, construindo unidade nos estados, compondo o repertório das ações nacionais. A participação das mulheres é uma das prioridades na composição das instâncias regionais, estaduais e dos setores, além de incentivar as considerações e votos de todos nas assembleias que acontecem nos acampamentos e assentamentos.

4.1 Nossos símbolos

Figura 17 – Barraco de lona preta durante a ocupação da cantina desativada na Unicamp - 2010



Fonte: <https://passapalavra.info/2010/08/27847/>

A **Lona Preta** representa mais que um abrigo provisório, um barraco de lona preta significa o rito de passagem, “o caminho para a conquista da terra”, pois é um dos mais importantes símbolos da luta pela terra e enfrentamento à concentração, “a segregação e as injustiças sociais” que assolam nosso país, causando empobrecimento desenfreado às famílias que não conseguem acessar os meios de produção, trabalho e geração de renda para uma vida digna. O MST como movimento sociocultural, evidencia sua participação através das cores, cantos, palavras de ordem, facões, foices, enxadas, bandeiras, bonés, hino, organização das marchas em fileira, ação coletiva que traduz inúmeros significados: “[...] desde as primeiras ocupações, os Sem Terra vêm criando diversos símbolos de representação de sua luta. Circunstanciais, como a Cruz da Encruzilhada Natalino, ou permanentes, como a bandeira e o hino do MST, eles são, sobretudo, signos da unidade em torno de um ideal e constituem a mística do Movimento”.

Na Bandeira, cada cor, cada desenho escolhido para estar presente tem um significado especial. São quatro cores, que junto às simbologias das imagens na bandeira expressam a intencionalidade, ampliação e internacionalidade da luta do MST.

Figura 18 – Bandeira do MST hasteada durante ocupação em abril/2017 – SP



Fonte: Esquerda Diário, 2017. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/MST-ocupa-fazenda-de-300-hectares-as-margens-da-Dutra-em-Taubate>

Cor vermelha: representa o sangue que corre em nossas veias e a disposição de lutar pela reforma agrária, pela transformação da sociedade;

Cor branca: representa a paz, que somente será conquistada quando houver justiça social;

Cor preta: representa nosso luto e a nossa homenagem a todos os trabalhadores e trabalhadoras que tombaram lutando pela nova sociedade;

Cor verde: representa a nossa esperança de vitória a cada latifúndio que conquistamos;

Facão: representa a ferramenta de trabalho, de luta e de resistência. Ele ultrapassa o mapa para indicar que o movimento é internacionalista;

Mapa do Brasil: representa a luta nacional dos Sem Terra e que a reforma Agrária deve acontecer em todo o país;

Trabalhadora e Trabalhador: representa a necessidade da luta ser feita por mulheres e homens.

Hino dos Trabalhadores rurais Sem Terra

*Vem teçamos a nossa liberdade
braços fortes que rasgam o chão
sob a sombra de nossa valentia
desfraldemos a nossa rebeldia
e plantemos nesta terra como irmãos!*

*Braço erguido ditemos nossa história
sufocando com força os opressores
hasteemos a bandeira colorida
despertemos esta pátria adormecida o
amanhã pertence a nós trabalhadores!*

*Vem, lutemos punho erguido
Nossa força nos faz a edificar
Nossa pátria livre e forte
construída pelo poder popular*

*Nossa força resgatada pela chamada
esperança no triunfo que virá forjaremos
desta luta com certeza pátria livre operária
e camponesa nossa estrela enfim triunfará!*

Letra: Ademar Bogo (agricultor, militante, educador, poeta, intelectual orgânico e membro do coletivo nacional de formação do MST). Música: Willy C. de Oliveira (músico, autor e professor aposentado da ECA – USP).

O MST, como movimento de massas, planeja e executa ações políticas com forte apelo da agitação e da propaganda, sob uma perspectiva bolchevique e leninista de promover, propagar e divulgar os símbolos comunistas a partir da identidade visual, as cores vermelhas, as ferramentas de trabalho; estes signos, por exemplo, devem estar em evidência. Os punhos cerrados, as fileiras de pessoas que lançam palavras de ordem em coro, ao mesmo tempo que evidenciam os objetivos da manifestação em poucas palavras escritas e ditas, expondo as contradições das relações sociais, políticas e econômicas existentes, como estratégia de atrair o maior número possível de simpatizantes e adeptos.

III CONCENTRAÇÃO

1. Nossa Luta é Escola

*Pra soletrar a liberdade
na cartilha do ABC
Ter uma escola em cada canto do Brasil
Com um novo jeito de educar pra ser feliz
Tem tanta gente sem direito de estudar
É o que nos mostra a realidade do país.
Juntar as forças, segurar de mão em mão,
Numa corrente em prol da educação
Se o aprendizado for além do Be A Bá,
Todo menino vai poder ser cidadão.
Alternativa pra empregar conhecimento
Movimento já mostrou para a nação
Desafiando dentro dos assentamentos
Reforma Agrária também na Educação.*

(“Pra soletrar a liberdade”, música de Zé Pinto)

Os Movimentos Sociais assumem historicamente o protagonismo na articulação, acesso a direitos, experiências de cidadania e participação, o que definitivamente marca a biografia do MST e a defesa da educação pública, de qualidade e “Quando a organização dos Sem Terra cria em sua estrutura um setor de educação, deixa pra trás a concepção ingênua de que a luta pela terra é apenas a conquista por um pedaço de chão para produzir” (MST, 1997), na verdade expõe as formas ideológicas de uso da educação, como instrumento de controle e manutenção de uma determinada estrutura social, ou como descreve Marx, a *superestrutura* usada pela classe dominante, para legitimar a hegemonia cultural, política, ideológica de um pensamento liberal e conservador.

Através do percurso histórico da educação no Brasil questionamos a aplicação, a visão e o sentido dos diferentes ângulos e interesses definidos para a educação. Assim, por meio das leis e mecanismos de regulação e fiscalização, o Estado brasileiro reconhece a importância da educação como ferramenta de desenvolvimento social.

A política educacional no Brasil segue os princípios da Constituição brasileira de 1988, em que à União: cabe organizar o sistema federal de ensino, financiar as instituições de ensino federais. Exerce, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, para garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios. Os municípios devem atuar prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil; os estados e o Distrito Federal, prioritariamente nos ensinos fundamental e médio (BRASIL, 2010 CF/88, artigos: 211, §§ 1º, 2º e 3º).

Figura 19 – Encontro dos Sem terrinha com o Ministro Henrique Paim



Fonte: MEC, fev. 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/208-591061196/20227-ministro-confirma-compromisso-de-reduzir-as-desigualdades>. Acesso em: 22 de jul. 2020.

É preciso entender que o significado da história do Brasil assume as deficiências do sistema de educação, no entanto, não cessam as experiências de enfrentamento pela defesa da educação pública, laica, de qualidade e que esteja disponível a todo o povo brasileiro, no campo e nas cidades. O MST assume também essa luta, pois entende que não há vida comunitária, qualidade de vida em acampamentos ou assentamentos sem escolas públicas. Documentos e órgãos

Figura 20 – Protesto em frente ao MEC contra o fechamento das escolas do campo Ato realizado durante o VI Congresso do MST



Fonte: Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2014/02/12/estudantes-do-mst-protestam-no-mec-contrafechamento-de-escolas-no>. (fev. 2014).

responsáveis tendem a garantir o direito à educação, no entanto a presença dos movimentos sociais, como o MST, marcam atuações em processos de reivindicação e fortalecimento da qualidade, atendimento e disponibilidade de uma educação pública que seja efetiva na formação humana, que propõe uma revolução educacional, mudanças fundamentais às formas tradicionais de fazer, pensar e dizer a educação do povo “demonstrando na prática quem pode e deve ser o sujeito das mudanças fundamentais para a nossa educação” (ITERRA, 2005).

Agindo de forma estratégica e reflexiva, superando “antivalores” e a decadência da educação no Brasil, o MST vivencia a produção de alimentos em terras antes aprisionadas pelo latifúndio, forma seres humanos socialmente ativos e críticos na prática de uma pedagogia própria. Os aspectos culturais e políticos que influenciam e marcam profundamente o processo histórico sobre as diretrizes da educação praticada no e pelo MST partem da premissa de que a formação deve acima de tudo estar a serviço da emancipação humana, acompanhada de um movimento dialético de planejamento-ação-avaliação, construindo uma identidade coletiva. Autores como Arroyo; Caldart e Molina (2004) em diálogo constante com a pedagogia Freiriana; Pedagogia do Oprimido (1968), Pedagogia da Esperança (1992), Pedagogia da Autonomia (1997), contribuem às leituras possíveis sobre os

movimentos sociais, os propulsores de um sistema específico de ensino para as comunidades tradicionais, que se baseiam no contexto político e social de sua base, como já apontava o texto elaborado para compor o documento – base da I Conferência Nacional de Educação do Campo:

[...] no sentido amplo de processo de formação humana, que constrói referências culturais e políticas para a intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando a uma humanidade mais plena e feliz [...] como garantir que todas as pessoas do meio rural tenham acesso a uma educação de qualidade, voltada aos interesses da vida no campo. Nisto está em jogo o tipo de escola, a proposta educativa que ali se desenvolve e o vínculo necessário desta educação com uma estratégia específica de desenvolvimento para o campo (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2004, p. 23).

Mais especificamente o MST busca oferecer em seus cursos e formações, materiais, metodologias e temas que integrem ensino e trabalho para a plena compreensão das questões que envolvem o valor da escrita, leitura, a superação histórica da divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual, a importância social da teoria e prática na produção do conhecimento.

As relações de produção, vendas, projetos e finanças vinculam as dimensões políticas às dimensões econômicas para manter as atividades básicas do acampamento ou assentamento, como encontros, reuniões, jornadas socialistas, atividades culturais, formativas, no intuito de que todos entendam e reforcem a ideia da continuidade da luta por terra, organização simultânea da cooperação agrícola e estratégias de implantação da matriz produtiva agroecológica.

O MST se estrutura por meio de setores, que são responsáveis pelas questões que envolvem a organização das famílias. Ao iniciar um acampamento, fazer as primeiras assembleias, construir as normas e regras de convivência coletiva durante desde as primeiras horas de ocupação da área, se estendendo até a legalização do assentamento, os setores assumem as tarefas de planejamento, execução e avaliação de todas as atividades desenvolvidas nos acampamentos, assentamentos, das secretarias regionais, estaduais, nos centros de formação, dos encontros, assembleias e congressos.

O setor responsável por fazer o trabalho de base e organizar a entrada das famílias nas áreas pleiteadas para fins de Reforma Agrária é a Frente de Massas, em seguida existem os demais setores para providenciar o acesso ao serviço público de saúde, acompanhar e manter as famílias informadas e

amparadas nas questões jurídicas e acesso às políticas públicas para a garantia dos Direitos Humanos. Também acontecem os debates e articulações sobre a divisão social do trabalho, o papel dos homens e das mulheres, violência doméstica e, portanto, todas as questões que envolvem as relações gênero.

1.1 O setor de educação

*“Não vou sair do campo pra poder ir para a escola
Educação do Campo é direito e não esmola
O povo camponês
O homem e a mulher
O negro quilombola
Com seu canto de afoxé
Ticuna, Caeté
Castanheiros, seringueiros
Pescadores e posseiros
Nesta luta estão de pé”*

(Música de Gilvan Santos. Cantares da Educação do Campo).

Para o MST, os direitos não são mercadorias e assim como a terra, a água, a comunicação e a educação, não podem ser tratados como mero produto a serviço do capital, tampouco não pode haver divisão entre educação e cultura.

Compreendendo a educação como parte do processo de formação humana, visando atender aos anseios do povo brasileiro, em especial da classe trabalhadora, como determina a Constituição brasileira, assim sendo, não pode estar subordinada à lógica financeira. Do contrário deve promover e possibilitar que a gestão escolar seja democrática, com a criação de coletivos pedagógicos auto-organização dos/das estudantes, formação permanente dos educadores e educadoras, incentivo às iniciativas de pesquisa e habilidades de permanente sistematização das experiências pedagógicas coletivamente e individualmente, considerando a produção cultural e a história do Movimento (MST, 1996, p. 23).

O Setor de Educação do MST surge em 1987 e atualmente já contabiliza números expressivos com a conquista de mais de 2 mil escolas públicas construídas em acampamentos e assentamentos; 200 mil crianças, adolescentes, jovens e adultos com acesso à educação; 50 mil adultos alfabetizados; 2 mil estudantes em

cursos técnicos e superiores e mais de 100 cursos de graduação em parceria com universidades públicas por todo o país, mas que ainda são insuficientes para atender toda a demanda dos mais de 120 mil Sem Terras acampados às beiras das estradas, debaixo da lona preta à espera da realização da Reforma Agrária Popular.

Todas as experiências acumuladas pelo MST e o Setor de Educação seguem o princípio da Lei de Diretrizes de Bases da Educação – LDB 9394/96, quanto aos “processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais, organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”, no entanto sobre os princípios pedagógicos, prioriza a relação entre prática e teoria; a combinação metodológica entre processos de ensino e de capacitação; a realidade como base da produção do conhecimento; priorizar conteúdos formativos socialmente úteis; educação para o trabalho e pelo trabalho, como o vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos. E, principalmente a combinação entre processos pedagógicos coletivos e individuais, considerando a produção cultural e a história do Movimento (MST, 1996, p. 23).

As atividades manuais, o trabalho no campo, o cultivo e cuidado com a terra para o MST, possuem o mesmo valor que as tarefas da militância, que compõem a base da organização de cunho marxista, portanto a dinâmica de organicidade do MST se estende aos cursos, às escolas do campo, às salas de aula, às reuniões, visto que a práxis pedagógica engloba todos os processos sociais de formação humana, formação integral ou *omnilateral* dos sujeitos, conseqüentemente dos coletivos, em qualquer tempo e lugar sob a perspectiva da interface com a cultura popular, o debate, planejamento e encaminhamento coletivo. O Movimento prima pela participação dos sujeitos em coletivos, pelos valores humanos acima de tudo, apreensão dos conhecimentos históricos, as lutas sociais como base dialógica e dialética, para a transformação dos sujeitos e conseqüentemente da sociedade como um todo. A educação então é pensada e trabalhada “no plano da formação humana e não apenas da instrução ou mesmo do acesso ao conjunto da produção cultural de uma sociedade [...] em síntese, um processo intencional de busca do desenvolvimento multilateral do ser humano”, esta é a base da pedagogia Sem Terra (FREITAS; CALDART; SAPELLI, 2013, p. 12).

Garantir o acesso à escolarização para os Sem Terra e para a toda a população do campo é apenas uma parte de um amplo campo de atuação do setor de educação, que assume como tarefas principais:

- A garantia de acesso à educação escolar pública, gratuita, laica em prol do povo brasileiro, que insira a agenda das políticas públicas, a formação permanente para os sujeitos do campo, em particular os Sem Terra, desde a educação infantil até a pós-graduação;

- Desenvolve parcerias e projetos junto às instituições públicas, que entre tantas possibilidades, conta com apoio do Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária – PRONERA;

- Planeja, desenvolve e acompanha os programas e projetos de educação nas área de Reforma Agrária, nas instituições parceiras, Universidades, Escolas do Campo ou tantas outras parcerias e projetos possíveis.

O acompanhamento político-pedagógico inclui a formação de coletivos para coordenar e garantir as diretrizes do MST durante a duração dos cursos, módulos e ciclos de ensino.

1.2 PRONERA

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, faz parte de um conjunto de políticas públicas para a Educação do Campo, em que vincula-se a amplitude do desenvolvimento territorial para todo o conjunto de trabalhadores rurais. O PRONERA foi criado em 16 de abril de 1998, pela portaria do então Ministério Extraordinário da Política Fundiária – MEPF. É fruto das mobilizações populares protagonizadas pelos movimentos camponeses, que após os massacres de Corumbiara (1995) e Eldorado dos Carajás (1996), formam parcerias entre governo federal, movimentos sociais e instituições escolares para acolher, apoiar e propor projetos de alfabetização (anos iniciais e finais do ensino fundamental e médio), educação profissional, ensino superior e pós-graduação aos jovens e adultos acampados ou assentados pela Reforma Agrária. Para atender à demanda da Educação do Campo, voltada à modalidade EJA nos acampamentos, os projetos incluem a formação e a capacitação dos educadores, gestores e coordenadores pedagógicos.

Sob o pressuposto de que a Educação no Campo é um direito de todos e se realiza por diferentes territórios e práticas sociais, em 2001, o PRONERA vincula-se ao INCRA e no ano seguinte são instituídas as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo por meio da CNE/CEB, mas somente em 04 de novembro de 2010 o PRONERA se torna uma política pública pelo Decreto 7.352 da CF/88, tendo em vista a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, e o Art. 33 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.

Considerado um passo muito importante ao que veio a ser a ampliação dos níveis de escolarização para os trabalhadores inseridos ao Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, dialogando com a proposta de educação defendida pelo MST, possibilitando princípios pedagógicos como: a relação entre prática e teoria; a combinação metodológica entre processos de ensino e de capacitação; a realidade como base da produção do conhecimento; conteúdos formativos e socialmente úteis; educação para o trabalho e pelo trabalho, como o vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos a partir do cenário dinâmico da luta por Reforma Agrária e todas as políticas públicas que possam garantir a permanência das famílias de agricultores com qualidade de vida. Desenvolvimento social, econômico, acesso e uso das tecnologias em prol da preservação do meio ambiente, técnicas adequadas aos nossos diferentes biomas, estabelecendo novas relações sociais, de trabalho, de consumo, uso adequado dos recursos naturais, com qualidade produtiva agroecológica.

Na prática, o PRONERA incorpora a diversidade cultural do campo a uma educação que amplia as possibilidades de criação e recriação de condições de existência da agricultura familiar.

Destacadamente, o público alvo deste programa são os jovens e adultos dos projetos de assentamento criados e reconhecidos pelo Incra, quilombolas e trabalhadores acampados cadastrados na autarquia, e beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

1.3 Escolas Itinerantes

A marcha dos Sem Terra, a itinerância da vida, da luta e dos sonhos...

A itinerância de algumas escolas do MST tem como propósito acompanhar a mobilidade dos acampamentos, que após processos de despejo mudam de lugar, permanecem provisoriamente em “áreas de recuo”, até que a justiça determine a liberação da área para a construção dos assentamentos; com isso o MST tenta de todas as formas garantir que o cotidiano da luta não interrompa a sequência dos aprendizados escolares “para garantir o direito à educação das crianças, adolescentes, jovens e adultos em situação de itinerância, enquanto estão acampados, lutando pela desapropriação das terras improdutivas e implantação do assentamento” (MST, 2011). Estas escolas que “marcham”, que “mudam” e acompanham os acampamentos, carregam o sentido prático e dinâmico de que a luta faz parte da vida dos Sem Terra e, portanto independente da estrutura física e fixa, a educação ocorre no dia a dia do acampamento, da marcha, dos encontros, congressos, entre outras atividades.

A metodologia e os conteúdos são trabalhados em salas abertas, ao ar livre, ou salas improvisadas cobertas com lonas plásticas.

Estas escolas móveis possuem uma dinâmica de organização em complexos de estudos e está em sintonia com os princípios da “Pedagogia do Movimento”, que por sua vez traz ao cotidiano de ensino as reflexões próprias à realidade, à atualidade, em interface à “base histórica, materialista e dialética para a qual é preciso considerar centralmente as condições de existência social em que cada ser humano se forma” (FREITAS; CALDART; SAPELLI, 2013, p. 12).

A elaboração do método de ensino para as escolas itinerantes possui elementos da pedagogia soviética¹⁹, o materialismo histórico dialético sistematizado por Luiz Carlos de Freitas (Unicamp) em parceria com Roseli Salette Caldart (Itterra/MST) publicado em 2010.

¹⁹ Revolução de 1917, ver Pistrak (2003; 2009).

Figura 21 – Escola itinerante no RS – 1996



Fonte: MST. Disponível em: mst.org.

Os “temas geradores” dialogam com a BNCC e com as demandas comunitárias do acampamento. Existe uma certa resistência em oficializar essas experiências de ensino, no entanto há focos de abertura pelo Brasil, o que nos faz acreditar que é possível propor novos métodos, outras configurações educativas para além dos padrões já estabelecidos.

As Escolas Itinerantes são autorizadas institucionalmente pelo Estado. A primeira escola de acampamento surgiu no estado do Rio Grande do Sul no ano de 1996, e alguns anos depois passaram a funcionar em mais cinco estados brasileiros sendo estes; Paraná (2003), Santa Catarina (2004), Goiás (2005), Alagoas (2005) e Piauí (2008). Mas, destes estados citados acima, apenas o Paraná e o Piauí, possuem Escolas Itinerantes em seus acampamentos. No Paraná, foram legalizadas em 2003, pelo Conselho Estadual do Paraná (CEE/PR).

As Escolas Itinerantes não estão dissociadas da luta por escolas de ensino fundamental e médio dentro dos assentamentos, lançam uma proposta alternativa de educação, de cunho freiriano e, portanto, popular em sua essência, alicerçada na formação política e comprometida com os valores de uma nova ordem social, com a luta por direitos e com a comunidade.

2. O setor de cultura

Em um breve estudo sobre o sentido semântico do termo cultura, alguns significados que foram mudando com o desenvolvimento da humanidade são importantes para compreender as relações sociais que envolvem nossos hábitos, visão de mundo e ação social dos “de baixo”, como descreve E. P. Thompson em “Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional”.

A origem da palavra cultura está ligada à vida no campo, do trabalho com a terra, do latim: *colere* e *colo*, que significa cultivar, habitar, colonizar, proteger, honrar.

Ocupar a terra é uma atividade cultural. Ocupar a terra e nela produzir a vida está na origem da agricultura e a colonização, dentre as quais pode explicar a ocupação e cultivo da terra por camponeses, ou um sentido totalmente oposto que é a dominação de grupos, como ocorreu no Brasil com a invasão europeia, que dizimou tribos, destruiu grande parte da nossa cultura tradicional e nossa verdadeira história.

Assim acontece até hoje com a nossa cultura, que por vezes sofre influências positivas de outros povos, principalmente da América Latina, quando propõe trocas, intercâmbios de saberes, de sementes crioulas, de canções da luta. Ao mesmo tempo, a cultura tem sido um amplo espaço de disputa e de significados sobre os modos de vida, de cultivo e ocupação da terra, pelos aspectos econômicos e políticos dos grupos dominantes, através do consumo pela indústria cultural, agronegócio, da exploração do trabalho e dos recursos naturais, assim como da alienação midiática burguesa, da falta de profundidade e criticidade das mensagens contidas em músicas, materiais publicitários, matérias jornalísticas que pouco formam, muito mais confundem e não promovem a reflexão da maior parte do público que acessa esse tipo de conteúdo.

A tríade educação, cultura e comunicação feita pelo MST apresenta elementos para a valorização dos saberes populares, também a base para o reconhecimento e fortalecimento da identidade Sem Terra, uma vez que divulga as atividades do local ao global em parceria com demais movimentos e coletivos da Via Campesina, sendo estes o legado e atualização das lutas contra a escravidão, a miséria, o ataque e destruição da memória quilombola, Canudos, Contestado, Ligas Camponesas e Queixadas.

Entender a cultura latino-americana como princípio formativo remete ao histórico de levantes populares, massivos, de luta e resistência, que reflete diretamente na cultura, conseqüentemente na educação brasileira, que em diferentes contextos apresenta elementos de contestação, ocupação de escolas e resistência ao fechamento de salas de aulas no campo e nas cidades, a exemplo dos estudantes secundaristas no ano de 2016 em todo o Brasil, a exemplo da luta para manter viva a Educação do Campo, em que guarda as raízes da cultura camponesa. Portanto, no MST a formação ocorre através da arte, da comunicação, que está imbricada na cultura, no modo em que afetamos uns aos outros, através da mística, do encontro, da reunião, do trabalho no campo, para além das nossas comunidades, como agitação e propaganda do nosso direito de existir enquanto sujeitos coletivos, em luta pela terra, pela Reforma Agrária, pelo alimento saudável e pelo fim da exploração do homem pelo homem.

Por isso, queremos a democratização e a popularização da arte e das manifestações culturais em todo o país, em todos os acampamentos e assentamentos da Reforma Agrária, pois entendemos que o ser humano é dotado de sentidos objetivos e subjetivos que não podem ou devem ser ignorados, ocultados e negados, pelo contrário. Devemos fortalecer os espaços de trocas culturais promovendo o acesso aos teatros, cinemas, exposições, sinfonias, amostras, apresentações folclóricas e festas tradicionais que celebrem a vida, a luta, a solidariedade e a diversidade do povo brasileiro, principalmente para o povo Sem Terra, entendendo que a arte e a cultura desempenham um papel muito importante para mediar conteúdos de cunho político, histórico e social, quando os objetivos da agitação e propaganda revolucionária não estão dissociados da proposta da cultura popular contra-hegemônica impulsionando a participação e criatividade da ação, como mola propulsora da transformação.

Essas ações seguem o sentido das linhas políticas do enraizamento da Cultura no/do MST que o conjunto da organização deve assumir para a materialização dos debates à estrutura orgânica do MST, como dimensão formativa em todos os sentidos, fomentando os debates, as análises de conjuntura, da mística de abertura, até os encaminhamentos.

As linhas políticas da cultura do MST têm como princípio o entendimento sobre a cultura própria do Movimento, em que a cultura está presente em toda a dimensão organizadora da vida: trabalho, militância, práxis e sociabilidade.

Portanto, a cultura articulada à estratégia de nossa organização não se aparta da esfera econômico-política, sendo a Reforma Agrária Popular, o próprio programa cultural do MST.

Neste sentido a cultura deve ser assumida pela totalidade da organização considerando todos os sujeitos e a diversidade Sem Terra, como parte da estratégia de emancipação da classe trabalhadora. Para isto, devemos combater a naturalização da barbárie e todas as formas de violência, opressão e autoritarismo desta sociedade patriarcal, que tende a violar os direitos humanos, em especial contra as mulheres, jovens, negros, negras e a população LGBTQIA+.

Combatemos a lógica mercantil capitalista, a divisão social do trabalho pela questão de gênero, por meio da construção de novas práticas de sociabilidade em nossos territórios frente à padronização cultural midiática, que limita o repertório das formas expressivas através da lógica do espetáculo.

Fortalecemos as relações e trocas com e entre as comunidades tradicionais como matrizes formativas das práticas culturais, valorizando a cultura popular, o toque dos tambores e atabaques oriundos da mãe África, preservando os sentidos da ancestralidade, buscando a essência destas expressões culturais, entendendo-as como espaços de disputas, muitas vezes sujeitas à mercantilização e apropriação por parte da classe dominante.

Assim, valorizamos e defendemos as relações de trabalho com a terra, com base na agroecologia, como modo de produção e filosofia de vida, baseadas na cooperação, garantindo qualidade de vida, em que parte do tempo produtivo seja dedicado à criação e fruição artística.

A América Latina é nossa pátria e o internacionalismo é um dos princípios da militância revolucionária do MST, no entanto o respeito à diversidade cultural nacional e regional é o ponto de partida para promover a relação das artes, comunicação e juventude nos espaços de formação, para preparar novos sujeitos com base na criação artística e cultural, para superarmos a contradição que separa quem produz e quem consome. Além disso, nós criamos uma tradição de celebração das datas simbólicas para a classe trabalhadora, fazendo destas atividades, que em algumas ocasiões são festivas, mas em muitos momentos fazem parte das jornadas de lutas, marcando o aspecto formativo destas ações e atividades como a “Jornada de Lutas do mês de abril”, que erroneamente ficou marcada pelos veículos midiáticos como “Abril Vermelho”, em memória dos

companheiros e companheiras tombadas no Massacre de Eldorado dos Carajás em abril de 1996.

As místicas compõem como ação direta, no sentido de sensibilizar, fortalecer e impulsionar o espírito revolucionário no cotidiano aglutinador de múltiplas linguagens da práxis militante, estreitando o diálogo e planejamento do conjunto intersectorial para potencializar o trabalho nas seguintes frentes: ensino, infância, assentamentos, feiras, agroecologia, soberania alimentar e alimentação saudável.

Figura 22 – Coração da segunda Mística do 6º Congresso do MST



Fonte: MST, fev. 2014. Disponível em: mst.org.

Ainda e com maior dedicação ao trabalho de base, as atividades nos acampamentos e nas lutas com a criação de novos espaços e formas de sociabilidade, festejos e encontros nos territórios, aproximando o caráter formativo à estética da luta.

Sobre a arte nos processos formativos, incide à formação de quadros, formadores, artistas e educadores o aprofundamento dos debates sobre a arte e o fazer artístico nos Centros de Formação do MST (ITERRA, Educar, ELAA, Ceagro, ENFF, Centros de Formação nos Estados e nas Regiões), assim como garantir o acompanhamento e continuidade das atividades culturais em interface ao conjunto do Movimento. Na educação, o setor de cultura do MST prima pelas artes nos cursos de Licenciaturas em Educação do Campo, garantindo um acompanhamento

da militância que trabalha com múltiplas linguagens, além de formar educadores que possam multiplicar as artes pelos estados, regionais e brigadas em programas escolares. Inserir de fato as artes e a linguagem artística de forma orgânica nos processos educativos e formativos.

Dentre as linhas de ação da cultura do MST e a estratégia de luta do Movimento, destaco o combate aos padrões de mercantilização em todas as esferas da vida – no trabalho artístico, nas relações de poder, na produção agrícola, nos processos de ensino e aprendizado – estimulando espaços de reflexão e práticas que fomentem a construção de uma cultura política emancipatória, construindo um método para realizar o debate horizontalizado sobre a atuação e influências da indústria cultural, em especial em nossos territórios, que incorpore ações concretas de enfrentamento, potencializando grupos culturais e artísticos nas áreas e nas regiões, investindo no processo formativo destes e envolvendo-os no processo de construção da Reforma Agrária Popular.

Sobre a relação com a sociedade, o setor de cultura do MST busca internacionalizar o trabalho cultural e artístico na relação com as periferias nos estados, levando em consideração a realidade local, construindo redes e parcerias como processo de articulação política visando a circulação, difusão de nossa produção cultural para dentro e para fora do Movimento, inclusive contando com a Editora Expressão Popular na publicação das produções do Movimento no campo das literaturas e das artes (Caderno de Formação nº 04. São Paulo, 1985).

O MST considera a cultura como campo de disputa na luta de classes. Desta forma é fundamental a existência de políticas afirmativas que garantam a inclusão dos grupos historicamente excluídos. As diversas formas de luta, por si só, já são um elemento fundamental na formação das pessoas. Porém, é preciso ir além e se aprofundar na compreensão do mundo e adquirir uma formação sociopolítica da qual, em geral, os trabalhadores foram privados. Por isso, os setores de educação, de formação e cultura e todos os outros setores estão intimamente ligados às diretrizes e pedagogia do Movimento.

2.1 Educação e Cultura no MST

De norte a sul do Brasil, não faltam relatos sobre todas as experiências de educação desenvolvidas pelo MST nos acampamentos, assentamentos, centros

de formação, escolas públicas em parceria com os projetos do PRONERA e demais configurações de tempos/espços educativos.

A produção teórica sobre a experiência pedagógica do MST revela o projeto de educação para além dos muros da escola, sob o pressuposto marxista que as condições materiais e a sociabilidade são os fatores fundamentais para desenvolver todo e qualquer processo de formação praticada no MST.

Entre debates, formações, encontros, reuniões e o cotidiano escolar, são os espaços férteis ao exercício dialético-dialógica entre a pedagogia do MST, fortemente influenciada pela cultura popular, com base nas propostas de trabalho educativo de Paulo Freire, começando pelos círculos de cultura.

Figura 23 – Turma do Curso de Formação Política do Carnaval no Paraná



Fonte: BRASIL DE FATO, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/02/23/damarcha-ao-desfile-como-o-mst-chegou-ao-carnaval-de-curitiba>.

Seguindo uma lógica de método de ação do Movimento, onde levantamos as questões, planejamos, encaminhamos e avaliamos os processos em todas as atividades, os Encontros de educação e Festivais de arte e cultura da

Reforma Agrária servem como espaços de correlação de forças e resistência frente aos padrões hegemônicos capitalistas em que tendem a padronizar, pasteurizar e subordinar nossa cultura aos valores mercadológicos reforçados também pelo sistema escolar. A escola regular, por sua vez representa o aparelho ideológico do Estado, como bem define Althusser (1970), mesmo após inúmeras tentativas de lançar à sociedade alternativas para romper com essa realidade historicamente demarcada; somamos grandes esforços para reunir a maior quantidade de militantes-educadores, artistas, articuladores, agitadores e propagandistas da Reforma Agrária que apresentam as produções culturais e experiências de educação que se fundem, quando compreendemos o papel da arte na educação e a influência da cultura em todos os aspectos da vida, fortemente enraizado nas áreas de acampamento e assentamentos.

Nas inúmeras regionais do MST, as escolas do campo, as salas de EJA e as atividades culturais evidenciam as marcas da cultura de cada região, ligadas à história, à geografia, às relações de sociabilidade, às questões políticas e econômicas de cada local.

As modas de viola, o rap e o samba ganham destaque especial nas atividades culturais e educativas em São Paulo, principalmente no eixo metropolitano.

3. O Setor de Formação

No MST, a formação humana acontece concomitantemente à formação política, ao passo que ocorre a dinâmica de participação e atuação dos indivíduos nos coletivos, assim a vivência, convivência do acampamento ao assentamento.

Segundo Bernardo Mançano Fernandes, a característica mais marcante deste “Movimento Socioterritorial”, que através da articulação com demais grupos e entidades sociais, é a atualidade dos debates e ações através de redes, pois confluem diferentes categorias de camponeses pobres – como parceiros, meeiros, posseiros, mini latifundiários, trabalhadores assalariados chamados de sem-terra – e também diversos lutadores sociais para desenvolver as lutas pela terra, pela Reforma Agrária e por mudanças na agricultura brasileira (FERNANDES, 2012, p. 496).

Seguindo os princípios básicos da conquista da terra - como meio de produção e reprodução da vida para famílias camponesas, garantia de assistência técnica para a manutenção desta estrutura produtiva para efetivação da Reforma Agrária e por último, a transformação social, a partir de uma pedagogia própria - o setor de formação do MST se encarrega de criar espaços, momentos, materiais e oportunidades para cursos de formação política e militante, pois “As diversas formas de luta, por si só, já são um elemento fundamental na formação das pessoas. Porém, é preciso ir além e se aprofundar na compreensão do mundo e adquirir uma formação sociopolítica da qual, em geral, os trabalhadores foram privados” (Disponível em: mst.org.br/quem-somos).

O método para formação das pessoas que compõem o MST parte das teorias sociais e pedagógicas experimentadas pelos trabalhadores em diferentes lugares e tempos históricos, não está necessariamente vinculada aos conteúdos escolares, mas parte das concepções históricas, sociais e políticas para analisar a conjuntura, criar estratégias e aplicar táticas de atuação militante. O setor de formação tem como principal tarefa a continuidade do Movimento e o preparo de novos militantes e atualização da militância mais experiente.

A estratégia é propor momentos de leitura e estudos a princípio nos acampamentos, com espaços pensados para entender a história da área, as possibilidades de conquista, a importância da Lei de Reforma Agrária e o papel histórico de cada sujeito envolvido no questionamento do acesso à terra. Com o tempo de duração do acampamento os temas ampliam-se ao ponto de serem criados cursos para o aprofundamento de determinados temas, que podem ser definidos de acordo com a demanda local, regional em diálogo com a conjuntura da atualidade.

Para o MST, o estudo é fundamental para apropriação do conhecimento científico, das experiências históricas, das estratégias de lutas, dos métodos de trabalho, direção e coordenação para que os partícipes deste processo tornem-se sujeitos políticos com capacidade de pensar, elaborar e fazer a arquitetura de seus próprios destinos, por isso o setor de formação planeja e executa ações formativas junto a todos os outros setores, visto que o setor de formação articula espaços, palestrantes e intelectuais, equipe pedagógica e materiais para atender as demandas dos setores.

Atualmente o MST apresenta um conjunto de “Cadernos de Formação” e uma série de livros e cartilhas para servir de guia e referência para elaborar planejamentos coerentes com a realidade de cada local. Os objetivos da formação é delegar responsabilidades e tarefas para as equipes, desenvolver as místicas com motivação revolucionária, contribuir para identificar e superar vícios e desvios que afetam a coletividade.

A estratégia de atuação do MST está alicerçada sob três objetivos: lutar pela terra, lutar por Reforma Agrária e lutar pela transformação social; o setor de formação têm como base de atuação o cotidiano dos acampamentos em interface com o trabalho na terra, a cultura, a história, a organização coletiva e a luta do MST para a emancipação humana, propõe tempos e espaços de estudos em todas as atividades do MST.

Dentre todos os setores, o destaque é sobre a importância dos coletivos de Educação, Cultura, Comunicação e Formação, para interpretarmos as diretrizes que orientam as experiências político pedagógicas do MST, em especial na Escola de Samba Unidos da Lona Preta, quando identificamos a metodologia de planejamento, organização e realização das atividades do Movimento inserida a dinâmica desta Escola de Samba e de ações político pedagógicas dos Sem Terra.

4. MST e Paulo Freire: a práxis pedagógica

O MST tem como uma das principais bandeiras de luta, no contexto da Reforma Agrária, garantir espaços de educação básica para todos os acampados, assentados em seus espaços orgânicos, por isso mantém programas, projetos e formações permanentes e itinerantes para garantir momentos de reflexão e debates sobre temas diversos, mas principalmente aqueles que envolvem a Luta pela Terra.

Neste sentido, o MST é um Movimento de massas que busca implementar a política de Reforma Agrária de forma ampla em todo o Brasil através das ocupações de terras. Este Movimento Social está organizado em 24 estados brasileiros e completou 35 anos de fundação. Fez a opção pelo centralismo democrático desde sua fundação dentro de uma organicidade, em que divide tarefas e coordenações nos estados e regiões.

Para Freire (1997), o MST é a “marcha” que representa a participação popular na pauta política brasileira, o autor destaca a expansão da luta pelo Brasil,

pelas mobilizações e marchas, ou “andarilhagens históricas pelo mundo” e completa: “e os Sem Terra constituem pra mim hoje uma das expressões mais fortes da vida política e da vida cívica deste país”. Este Movimento Social/Popular de massa, que hora é descrito como radical, ao utilizar a ocupação de terras como estratégia de reivindicação das áreas públicas, devolutas ou decretadas por “improdutivas”, destinadas para fins de Reforma Agrária, em outros momentos, se une a tantas outras entidades e pautas para ocupar rodovias e avenidas em grandes marchas, como estratégia de visibilidade e pressão política para a efetivação de um sistema de educação público de qualidade, saúde, água, estradas, fornecimento de energia elétrica, entre tantas outras políticas públicas. Ao dedicar-se à sistematização da “pedagogia libertadora”, Freire explica que apenas os oprimidos podem compreender a necessidade de desvelamento da realidade e fundamenta os pressupostos da própria pedagogia quando, ao se definir como educador, explica que os movimentos populares são de fato capazes de pensar um projeto de sociedade. O potencial dos coletivos de educação popular apresentam importantes processos e resultados positivos no exercício da democracia e cidadania através da EJA, por isso mesmo a educação não é neutra, tampouco o processo de educação praticada pelos movimentos deve servir aos “opressores”, desta forma ganha o significado de ato político (FREIRE, 2005): “Pedagogia do Oprimido que, no fundo, é a pedagogia dos homens empenhando-se na luta por sua libertação”, exemplificando que são estes, “próprios oprimidos, que se saibam ou comecem criticamente a saber-se oprimidos, um dos seus sujeitos” (FREIRE, 1997, p. 40).

A educação praticada no MST se baseia muito mais em uma teoria do conhecimento do que de uma metodologia de ensino, direciona seu foco na formação humana, política e cidadã, colocando no centro do processo o próprio educando, como parte de um coletivo, provocando o debate sobre a realidade, levantamento dos problemas comuns, propondo soluções e estratégias de superação destes problemas. Para Freire (2002), é assim caracterizado o processo de transição entre a consciência ingênua à consciência crítica, da reflexão sobre a realidade e ação concreta, dispondo da teoria e da prática em um movimento constante e dialético (práxis).

Consideramos, portanto, que contribuir no fortalecimento da educação oferecida nas áreas da Reforma Agrária é um meio para o desenvolvimento dos

jovens e adultos e não um fim em si mesmo, como fica evidente principalmente na dinâmica dos acampamentos e assentamentos do MST.

É o encontro das pedagogias: de um lado as experiências educativas, formativas, culturais acontecendo nos territórios, ao passo que as pedagogias do MST fervilham no dia a dia do MST-Escola, quando homens, mulheres, idosos e crianças são os sujeitos no processo de libertação da terra e de si mesmos. Este tipo de formação escolar vinculada à luta e organização popular praticada pelo MST oportuniza, incentiva e fomenta, acima de tudo, a emancipação humana, acompanhado de um movimento dialético de planejamento-ação-avaliação, construindo uma identidade coletiva do “Ser Sem Terra”, ser e estar em luta por terra, marca um posicionamento perante o mundo e a história.

O processo de ensino do MST é resultado da união entre as pedagogias freirianas e a pedagogia própria do MST. A trajetória da educação no MST reflete o alinhamento ao aporte teórico-metodológico da Pedagogia Histórico Crítica fortemente influenciada pelo marxismo e obras de Paulo Freire, no entanto está em sintonia com o caráter revolucionário e dialético de uma pedagogia própria da luta, do fazer cotidiano da luta, aproximando a ilusória dicotomia entre prática e teoria, quando o conhecimento não se estabelece apenas a partir de livros, mas na relação dialética e dialógica entre sujeitos.

4.1 Educação Popular e MST

A influência da pedagogia freiriana sobre a pedagogia do MST impulsiona inovações e experimentos da educação popular, dos oprimidos, sobre a luta proletária, dos desgarrados da terra, com o viés político, socialista e crítico nas atividades formativas do Movimento. A estratégia é contrapor as tendências conservadoras que permeiam o sistema de ensino.

A maior parte das instituições de ensino, de cunho tradicional, que insistem em métodos e conteúdos arcaicos, não acompanham as dinâmicas de cada tempo histórico e, portanto, não atendem as demandas da classe trabalhadora que vive, trabalha e participa das mudanças.

No caso do ensino escolar percebemos a falta de inovações, dinamismo dialógico-dialético no processo de ensino-aprendizagem para as classes oprimidas. Por essas e tantas outras razões, é necessário desenvolver alternativas para a

construção do pensamento crítico, promovendo a ruptura do imobilismo social, compreendendo a educação como ato político de fato, sendo a tarefa dos movimentos sociais, a defesa de um projeto que vá de encontro às necessidades da classe trabalhadora, que “vincula organicamente com os processos sociais que visam à transformação da sociedade atual” (MST, 1999, p. 6).

Começamos, então, por compreender a educação popular como parte do processo de formação que se pauta nas demandas locais, como princípio para o estímulo do desenvolvimento da consciência crítica de cada indivíduo, abrangendo a coletividade, a fim de despertar o grupo para a condição de opressão, oferecendo subsídios teóricos e práticos para transformar a sociedade. (LIBÂNEO; PIMENTA, 2002).

Os autores Arroyo (2003); Libâneo (2008) e Gohn (2006), ao discutirem sobre a temática “Educação, Movimentos sociais e práticas educativas não escolares no Brasil”, contribuem no sentido de descrever os processos da educação nos movimentos populares como parte de um posicionamento político-pedagógico, a partir da prática de ensino em diálogo com a realidade vivenciada pelos próprios sujeitos do processo.

A metodologia de ensino pauta os saberes já construídos pelos coletivos, comunidades do campo e das cidades. Este tipo de processo educativo une teorias e experiências descritas nas obras de Paulo Freire, nos relatos reflexivos e referências de processos pedagógicos para as classes populares, para as comunidades pobres e/ou marginalizadas, promovendo a construção da consciência crítica para a liberdade. Esta prática de ensino se baseia no conhecimento da comunidade e, de modo geral, tende a transformar a realidade ao passo que homens e mulheres assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo, tornando-os anunciadores/as e denunciadores/as das mazelas e necessidades, vivenciadas em seu meio social.

Neste mesmo sentido, este tipo de educação faz uma releitura sobre as tradições culturais, assimilando, ressignificando ou simplesmente preservando algumas tradições da nossa cultura do povo, no sentido de inserir as concepções freirianas sobre uma educação que ao se constituir enquanto crítica, emancipadora, em prol da liberdade, traz consigo as marcas da cultura popular por ser dinâmica, dialógica e dialética.

A educação do campo é a educação popular em sua essência, mas segue uma diretriz própria, que associa trabalho no campo como princípio pedagógico no processo produtivo e educativo, prima não só pelo acesso e pertença à escola, mas principalmente à permanência e participação do educando no planejamento, execução e avaliação dos espaços educativos dentro e fora das escolas do campo.

Compreendemos a educação do campo muito ligada aos princípios freirianos de engajamento sociopolítico, ao mesmo tempo em que a formação omnilateral segue a lógica dos eixos das ações interdisciplinares sobre Gestão e Práticas Pedagógicas, Formação Inicial e Continuada de Professores, Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional e planejamento sobre Infraestrutura Física e Tecnológica. Tem como proposta promover a cultura popular, trabalhar e respeitar os saberes das comunidades camponesas e o debate coletivo como princípio organizativo, espaço formativo e o fortalecimento da identidade dos sujeitos, principalmente os sujeitos do campo.

5. A Educação do Campo

Desde a divisão das tarefas mais corriqueiras e simples até a construção de um planejamento para um assentamento, o processo de ensino-aprendizagem se dá através destas experiências práticas coletivas, dialógicas, participativas e propositivas em que se vivencia a “importância da socialização permanente de saberes, processos organizativos da sociedade civil, processos educacionais articulados com a escola e comunidade” (GOHN, 2011, p. 11), sob a tríade políticas públicas, campo e educação.

Segundo Arroyo, Caldart e Molina (2004), quando o ideal de ensino parte do princípio de que a formação deve acima de tudo promover a emancipação humana, acompanhada de um movimento dialético de planejamento-ação-avaliação, construindo uma identidade coletiva, revela as potencialidades dos movimentos sociais como propositores, provocadores e propulsores de um sistema específico de ensino para as comunidades tradicionais do campo, como já apontava o texto elaborado para compor o documento-base da I Conferência Nacional de Educação do Campo:

[...] garantir que todas as pessoas do meio rural tenham acesso a uma educação de qualidade, voltada aos interesses da vida no campo. Nisto está em jogo o tipo de escola, a proposta educativa que ali se desenvolve e o vínculo necessário desta educação com uma estratégia específica de desenvolvimento para o campo (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2004, p. 23).

Atualmente e após o reconhecimento da proposta de educação que é defendida pelo MST, que gerou as diretrizes do PRONACAMPO – Programa de Nacional de Educação do Campo, inserida no Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA – Portaria nº 10/1998, Parecer CNE/2006, que considera a pedagogia da alternância como dias letivos válidos; Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo – Resolução CNE/CEB nº 2/2008, que descreve as diretrizes complementares para as políticas públicas de Educação do Campo; Resolução CNE/CEB nº 4/2010 para as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica; por fim o decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010, que confere um conjunto de atribuições à Educação do Campo enquanto política de Estado, inspiradas no artigo 84 da CF/88, incisos IV e VI, alínea "a", tendo em vista o disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no Art. 33 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009; para além dos conteúdos de ensino em si, interfere diretamente no progresso e desenvolvimento dos territórios camponeses, interligando programas, projetos, emendas de leis e acesso aos demais direitos, que não somente “Luz para Todos na Escola”, mas garantia do Transporte Escolar, EJA e Educação Profissional, Inclusão Digital, Educação Integral e Água e Esgoto através do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE.

São estruturas físicas, construídas em parceria entre comunidades e poder público, localizam-se normalmente dentro das comunidades rurais, assentamentos e centros de formação. Está aberta a todos os moradores locais, sem distinção de cor, raça, religião ou diretriz política/partidária.

5.1 Mais Educação para o Campo

O Programa Mais Educação do Campo oferece a oportunidade de ampliação da jornada escolar e oferece ensino integral para as diversas áreas de conhecimento. Dentre as ações da formação integral, o Mais Educação do Campo contempla os seguintes macrocampos: Acompanhamento pedagógico;

Agroecologia; Iniciação Científica; Educação em Direitos Humanos; Cultura e Arte Popular; Esporte e Lazer; Memória e História das Comunidades Tradicionais.

Para todos os planos de atendimento e modalidades de ensino, prevalecem os acordos e definições do Projeto Político-Pedagógico – PPP das unidades escolares, bem como devem ser desenvolvidos “por meio de atividades que ampliem o tempo, os espaços e as oportunidades educativas, considerando as diferentes faixas etárias, os espaços de aprendizagem e o repertório de competências e habilidades²⁰”

5.1.1 Educação do Campo e a qualificação profissional

A relação articulada com o mundo do trabalho acontece principalmente por meio de projetos pedagógicos adequados às reais necessidades dos alunos do campo, qualificação profissional dos educandos e educadores em atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo, bem como a flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola, garantindo a “efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo” (BRASIL, 2013, p. 1). Visa à “adequação à natureza do trabalho na zona rural”, ou seja, a prioridade ainda é o trabalho para auxiliar na produção econômica.

A adequação do calendário escolar à época de plantio e colheita na zona rural confere à lei o aporte à formação humana, que sob aspirações marxistas do materialismo histórico dialético, reforça a categoria trabalho como princípio educativo do próprio MST. Principalmente no que tange à diversidade cultural, preservação ambiental, respeito aos aspectos sociais, questões de gênero e de geração, raça e etnia.

Estimula o desenvolvimento economicamente justo e ambientalmente sustentável das unidades escolares como espaços públicos de investigação, experimentos e estudos direcionados para o desenvolvimento social. Isso mostra que os princípios desta modalidade de educação estão totalmente alinhados aos

²⁰<http://portal.mec.gov.br/pec-g/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada/223369541/18724-mais-educacao-campo>

postulados defendidos pelo MST, na defesa de uma educação amplamente direcionada a uma parcela significativa do povo brasileiro que “trabalha e vive no e do campo”, como os Sem Terra, quilombolas, pescadores, marisqueiras, posseiros, meeiros, entre outras denominações para homens e mulheres inseridos na produção e reprodução da vida no campo, portanto uma educação do povo do campo em processo de desenvolvimento humano e territorial. Assim como desenvolve meios para superar a dicotomia entre a ideia de atraso relacionado ao campo e o progresso efervescente relacionada à urbanidade, quando caipiras, lavradores, curumbas, tabaréus, colonos, roceiros, meeiros, parceiros, recentemente Sem Terra e assentados, esses sujeitos históricos, sejam protagonistas das transformações a partir de uma pedagogia em diálogo com a realidade:

[...] identificamos como educação popular a educação do campo, que vem sendo construída pelos movimentos sociais populares rurais/do campo. Nosso propósito é contrapor o modelo civilizatório de escola rural, urbanocêntrica, historicamente oferecida aos trabalhadores e trabalhadoras que vivem nas áreas rurais, à educação do campo desenhada e posta em prática pelos sujeitos-político-coletivos, movimentos-sociopopulares (RIBEIRO, 2008, p. 42).

No artigo 28 da LDB 9394/96, há o reconhecimento da diversidade sociocultural na educação brasileira. Esse artigo possibilitou a construção das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (BRASIL, 1996) - Parecer CNE/CBE nº 1/2006, considerando os dias letivos de acordo com a Pedagogia da Alternância.

6. EJA na Educação do Campo

A Educação de Jovens e Adultos – EJA é uma modalidade de ensino para a educação básica, destinada às pessoas com idade igual ou superior a 15 anos, em que o direito ao acesso, permanência e conclusão do ensino básico foi negado. São homens, mulheres, adolescentes e idosos que por tantas razões não concluíram os estudos, tanto por conta das questões ligadas às condições socioeconômicas, tanto pelas inúmeras deficiências do sistema de ensino, falta de escolas, falta de vagas, dificuldade de acesso, ou estruturas.

A Lei de Diretrizes e Bases da educação nº 9.393/1996, em seu artigo 37 determina que “A educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria” (BRASIL, 1996). A EJA também está garantida pela Constituição Federal que, no artigo 208, descreve que o Estado deve garantir acesso ao ensino fundamental obrigatório e gratuito.

Mônica Molina e Sonia Meire de Jesus (2010, p. 32) reiteram que o papel desempenhado pelo PRONERA na jornada pelo reconhecimento das experiências educativas já em processo, como alternativa ao sistema de ensino para o campo, insere a legitimidade no confronto político da questão do campo e de seu desenvolvimento “como parte indissociável do tipo de desenvolvimento da própria nação brasileira”, assim, o Movimento reafirma para o nosso tempo a radicalidade e cria um programa de ensino, com características de uma “Educação do Campo” para o campo, com sujeitos do campo.

A estrutura física está no campo, os educadores e gestores devem pertencer a esse contexto. Ao longo do tempo também construímos materiais próprios, educadores qualificados em formações específicas para cada disciplina. A base de todo e qualquer trabalho pedagógico é a vida no campo: enquanto trabalha com metodologias de aprendizagem que inserem o diálogo sobre a realidade, incentiva o debate sobre as soluções possíveis, de forma dialética, através de um processo contínuo de formação da consciência; imprime ao tempo-espaço de formação escolar a formação política nos acampamentos e assentamentos da Reforma Agrária. No sentido de que a EJA ultrapassa os limites da apreensão de códigos de uma sociedade “grafocêntrica”, em que as letras e operações simples de matemática compõem o repertório sobre os conteúdos didáticos escolares. Os movimentos sociais preocupados com os rumos da educação vivenciam atividades de ensino-aprendizagem, a partir do cotidiano dos trabalhadores, suas experiências com a luta e com o trabalho, respeitando a bagagem de informações e códigos verbais e não verbais apreendidos pelos alunos.

As modalidades da educação do campo acolhem projetos para a Educação de Jovens e Adultos – EJA, a formação profissionalizante, Ensino Médio até a graduação. Assim, a EJA no Movimento é um espaço de diálogo, onde se realizam atividades com o educando e não para o educando, compreendendo a

dimensão do ato de educar um ato dialógico, interativo e dialético de construção coletiva de saberes.

A metodologia de ensino se dá a partir da produção de sentidos imbricados na cultura, no ambiente, diante de uma concepção mais politizada e crítica. Assim a tematização, a problematização durante os círculos de cultura é de fato um movimento de desvelamento da realidade, do direito ao saber e libertação da condição imposta pela falta de oportunidade e restrição do direito o acesso à educação. Desta forma, não deve ser reduzida à simples apreensão da técnica de decodificar as letras e memorizar palavras, mas é uma ação provocativa à leitura do mundo e intervenção da realidade.

7. Paulo Freire e a EJA na Educação do Campo

A educação de jovens e adultos apresenta novos contornos e significados a partir dos Movimentos de Educação Popular, as experiências educativas e culturais do nordeste e oriundas dos movimentos sociais baseadas no método freiriano cumprem funções e papéis na formação humana, que está para além dos muros da escola, na perspectiva de articular trabalho produtivo e formação intelectual, mediações e diálogos possíveis sobre o exercício da cidadania.

Considerado um dos marcos principais para essa modalidade de ensino, o “Método Paulo Freire” de alfabetização para adultos vem desde o final de 1950, no Recife, Brasil, revolucionando o mundo, pela transformação dos processos tradicionais de ensino e aprendizagem. A Educação de Adultos, tanto no Brasil quanto em outros países, segue recebendo suas influências, o que o converteu numa revolucionária proposta de aprendizagem e ensinagem, com os círculos de cultura e as palavras geradoras (SPIGOLON, 2014, p. 175).

Os círculos de cultura apresentam às normas metodológicas e linguísticas o impulso revelador, na relação do sujeito com o mundo; o levantamento do universo vocabular, ou palavras geradoras, é parte do método freiriano e consiste em conhecer a realidade para transformá-la, portanto inicia-se um trabalho de levantamento de palavras que remetem às questões comunitárias, aos problemas ou temas importantes para a coletividade.

A pesquisa sobre o universo vocabular acontece através de debates ou reuniões entre educadores e educandos. Este momento marca o início de um processo longo e requer muita dedicação e sensibilidade, pois todo o percurso da

formação depende desta “investigação” sobre o contexto social e histórico dos educandos, permite reescrever e propor mudanças, como descreve Freire (1967), em “Educação como prática da liberdade”. O autor explica que o levantamento sobre o universo de “sentidos” é uma oportunidade de aprofundar teoricamente a reflexão do educando e do educador à realidade e às palavras que fazem sentido para determinada realidade.

Das palavras que compõem o universo vocabular às questões que envolvem a comunidade é a base do estímulo à alfabetização, pois os educandos são estimulados a escrever e conseqüentemente exercitar a leitura e compreensão do termo em debate, seguindo a “tematização” e “problematização”, assim o método freiriano propicia um tipo de formação aos jovens e adultos, mediante à discussão de suas experiências de vida entre si.

Das palavras geradoras, nascem temas geradores após debates e diálogos, investigação, reflexão sobre as causas, começamos a compreender coletivamente a dinâmica da sociedade, ao passo que recebem estímulos para articular sílabas e palavras, extraídas das questões cotidianas e das suas vivências. Assim, a turma reescreve sentidos de aproximações temáticas e interfaces de sentidos.

No caso da alfabetização inicial, é preciso seguir a lógica da silabação em famílias de palavras e seus sentidos, já que o objetivo é fazer as relações de aproximação e significados em relação aos temas geradores, como disparador do processo de leitura em sentido mais amplo, que pode gerar diferentes interpretações, no entanto, passamos para a próxima fase, sobre tematização.

Definir um tema é uma das etapas mais importantes para completar os sentidos deste tipo de método, seguido da problematização e provocações de debates, propondo que a turma aponte soluções para as questões debatidas, contribuindo para o progresso do pensamento ingênuo, para uma análise mais crítica, juntamente ao processo de alfabetização, evoluindo para uma leitura do “ser em si” no mundo.

Nada mais oportuno e alusivo à *Pedagogia do Oprimido*, na práxis de uma educação como ato político-social, em que não se trata apenas de um sistema (conjunto de elementos interdependentes), mas de um método de ensino.

Método baseado nos círculos de cultura, nos temas geradores, que refletem a realidade local em que centra todas as ações e atividades, e por

consequência seguem a lógica de um processo organizado em prol da comunidade. Um procedimento, ou estratégia, que parte de um início para definir o meio e os fins, que é o reconhecimento do “ser” e “estar” em uma sociedade em conflito, reconhecer as causas do conflito e seu lugar no mundo, compreender as causas e consequências das questões que afetam o indivíduo e a coletividade.

Entender os espaços de ensino como espaços de produção e experimentação do conhecimento para adultos, em uma sociedade atual em que as mudanças acontecem de forma dinâmica, em interação constante entre setores políticos, sociais e econômicos, nos leva a empreender sobre o papel da educação e da EJA, o sentido da provocação, de estímulos à curiosidade e ações coletivas para mudança e transformação social.

Educar, formar, ensinar desde uma perspectiva humanista e crítica, considera que o princípio do método de Freire permite a interlocução entre toda a tradição pedagógica decorrente das experiências da Educação Popular, em interface com a Educação do Campo, que incluem o diálogo com as pedagogias de Paulo Freire e a leitura sobre a dimensão educativa da própria condição de oprimido também no meio rural, à medida que afirma aos sujeitos protagonistas de um projeto emancipatório, e por isso mesmo, educativo a partir da dinâmica do campo.

Paulo Freire foi, para além de um educador comprometido e incansavelmente curioso na busca por inovações, um pensador atual e necessário, pois sua obra e seu legado estão em constante diálogo entre a educação, a cultura e a conjuntura política: reconhecemos as marcas do método freiriano na Educação do Campo, no PROCAMPO, no fazer cotidiano da Pedagogia Sem Terra, a organicidade dos espaços do Movimento, pois em toda a orientação pedagógica está presente a ação provocativa de questionamentos, os círculos de cultura e a ação educativa a partir da realidade.

8. Pedagogia da Alternância

A alternância nos estudos é uma metodologia adotada primeiramente pelos colonos franceses em 1935. Chega no Brasil em 1969 através das Escolas Famílias Agrícolas – EFAS, no estado do Espírito Santo, para a continuidade dos módulos ou etapas de estudos entre os períodos de plantio e colheita no campo, o

que favorece a permanência dos educandos no processo de formação, sem que este abandone o vínculo com sua comunidade.

A pedagogia da alternância é um método que busca a interação entre o estudante que vive no campo e a realidade que ele vivencia em seu cotidiano, de forma a promover constante troca de conhecimentos entre seu ambiente de vida e trabalho e o ambiente escolar.

São etapas de estudos que se dividem entre “tempo escola”, onde os conhecimentos são adquiridos presencialmente durante o período de aulas, na instituição de ensino, e “tempo comunidade”, quando o educando retorna à sua comunidade e dá sequência aos estudos e pesquisas junto à sua comunidade, com acompanhamento pedagógico.

Em síntese, os cursos de educação básica, de formação técnica e profissional, de graduação e pós-graduação do PROCAMPO são pensados para os dois períodos de estudos: durante as aulas presenciais no tempo escola, as aulas garantem a aquisição de conteúdos de forma objetiva e sistematizada nas instituições de ensino, em um período pré-determinado. Já o tempo comunidade começa com o retorno do educando à comunidade para a continuidade da atuação no campo (no plantio, na colheita, militância, continuidade do trabalho e produção de conhecimentos nos territórios).

Os tempos de estudo são a continuidade e a prática entre conteúdos apreendidos nas aulas presenciais e a pesquisa e vivência comunitária. No tempo comunidade, os conteúdos trabalhados no tempo escola são aprofundados com a pesquisa de campo, o acompanhamento dos orientadores e monitores de turmas ou eixos da pesquisa. O fechamento das disciplinas ocorre a distância ou através de encontros pré-agendados. Normalmente essas pesquisas, desenvolvidas fora do ambiente escolar, são sistematizadas e compõem a parte avaliativa das disciplinas.

O objetivo principal da alternância dos estudos dentro e fora das escolas é manter, fortalecer e ampliar o vínculo do educando com sua comunidade, evidenciando o caráter da produção de saberes para além da escola, a partir do trabalho e atuação militante.

IV PAVILHÃO

*Alô Comunidade
Tamo junto e misturado
Povo do campo e da cidade
na Lona Preta chega dando o seu recado*

*Ninguém vai fazer
a revolução sozinho
a construção desse caminho
é mão na massa e mutirão*

*Em todo canto do planeta
pelo dinheiro o rico faz a guerra
o sangue da favela
é sangue Sem Terra*

(Samba enredo Unidos da Lona Preta/Carnaval 2010)

1. O campo da pesquisa no MST de São Paulo e as Comunas da Terra

O MST no Estado de São Paulo evidencia o caráter mercadológico da disputa pela posse da terra no mundo; este fenômeno econômico, político e social tem como objetivo a concentração dos meios de produção como um todo, mas principalmente a formação de grandes latifúndios para a exploração dos recursos naturais e da força de trabalho. A posse das terras no maior estado brasileiro, em que a concentração do capital ocorre de forma violenta amparada pelo Estado e torna-se o principal conflito de interesses entre os que possuem grandes extensões e áreas de terras, concentrando-a para acumulação de riquezas, acentuando a divisão entre as classes de poderosos capitalistas, diferente daqueles que não possuem o básico para viver e trabalhar.

O que a história nos mostra é que enquanto os latifundiários donos de terras, que além de acumular e concentrar riquezas, articulam-se ao poder político para agir contra as populações desprovidas de qualquer bem necessário a toda humanidade, os discursos de desenvolvimento e mercado próspero encabeçado pelo agronegócio tende a iludir o povo brasileiro, com falsas promessas do capitalismo no meio rural.

Assistimos as mudanças importantes nas configurações das forças econômicas no campo, desde a Revolução Verde até a criação do Agronegócio. Novos mecanismos para garantir a acumulação de riqueza por parte do capital, que ao longo destes mais de 35 anos, tem assumido grande destaque no ranking do

mercado financeiro e o domínio de toda a cadeia produtiva pelas grandes corporações empresariais internacionais, que baseadas na produção da monocultura para exportação, utilizam grandes extensões áreas agricultáveis, dispondo de investimentos de capital e tecnologia somada ao controle das grandes agroindústrias. Indústria, comércio e serviços, que vão desde a produção de embalagens, até o transporte de cargas para o escoamento e exportação da produção, com o apoio de políticas públicas financiadas pelo Estado para sucesso do agronegócio.

No caso do Estado de São Paulo, as monoculturas, com o cultivo de uma única espécie de planta, de forma exploratória e indiscriminada em grandes extensões de terras, gera impetuosos impactos negativos ao meio ambiente, exige maior utilização de insumos químicos e agrotóxicos e quase nenhum desenvolvimento local.

O MST, preocupado com o avanço do capitalismo exploratório no campo, cria como estratégia de enfrentamento à expansão do latifúndio e especulação imobiliária, novos projetos de ocupação territorial, como as Comunas da Terra na região metropolitana de São Paulo, que experimentada enquanto proposta de acesso à moradia e trabalho para uma significativa parcela da classe trabalhadora urbana paulista, tem apresentado resultados bem positivos como alternativa de moradia concomitante à geração de renda.

1.1 O Campo Paulista e a Reforma Agrária

Se o campo não planta, a cidade não janta!

Se o campo não roça, a cidade não almoça!

(Palavras de ordem do MST, na relação entre o campo e a cidade)

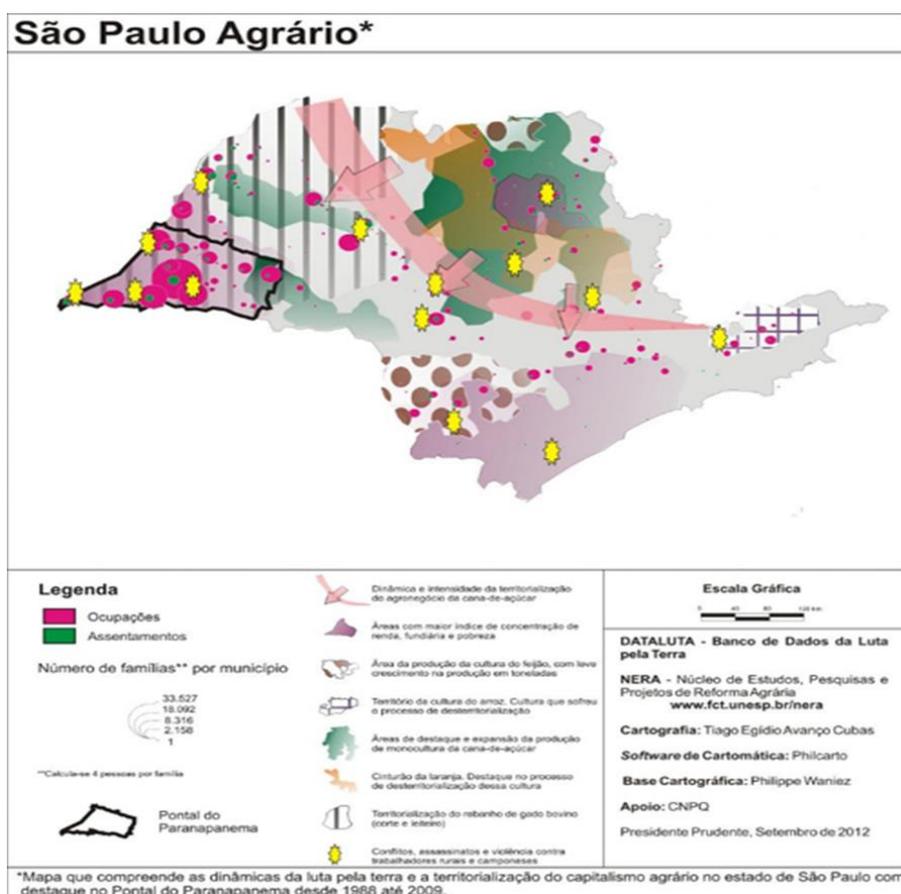
Ano após ano grandes extensões de terras são cobertas por cana-de-açúcar, pinus, eucalipto, soja, acompanhados de amplas instalações de armazenamento, silos, usinas, que acompanham todo o pacote destrutivo de um padrão perverso do agronegócio brasileiro, sufocando as atividades produtivas dos pequenos agricultores, principalmente nas áreas próximas aos assentamentos e

acampamentos da Reforma Agrária. As aplicações de adubos e todo o pacote de insumos químicos para a aceleração da produção, a utilização de máquinas pesadas no cultivo da monocultura, que levam a um processo de degradação do meio ambiente, com a ocorrência de grandes erosões no solo, assoreamento dos rios, com o único objetivo de aumentar a produtividade, independente do impacto que este tipo de ação representa para o desequilíbrio ambiental, que se espalha por toda a região.

Diante de um cenário de grandes concentrações de capital e meios de produção, principalmente terras, observamos o aumento da migração de trabalhadores que se deslocam para as regiões do interior paulista, a procura de emprego no corte de cana, em que submetem-se às condições subumanas de trabalho, baixos salários, falta de equipamentos de proteção, ou nenhuma estrutura de segurança. São atividades análogas à escravidão, causando desnutrição, estresses, fraqueza, devido aos alojamentos precários, jornadas exaustivas, locais de trabalho insalubres, entre tantas outras formas de precarização, exploração do trabalho e dos trabalhadores. Acompanhando a precarização do trabalho e falta de qualidade de vida dos trabalhadores no campo, assistimos o crescimento da violência e desigualdades causadas pela predominância do monocultivo, em destaque podemos citar o caso da expansão dos canaviais em São Paulo, onde basta passar às margens das rodovias e estradas, como a Anhanguera, Via Dutra, Bandeirantes, Dom Pedro, Castelo Branco, onde imensas áreas cultivadas com uma única espécie de planta, corta praticamente todo o interior do Estado, o que favorece a circulação de produtos entre o local de produção e os entrepostos de estoque e venda, por este motivo, a produção agrícola próxima às rodovias é tão comum.

A exemplo deste fenômeno do capitalismo agrário, de concentração de terras, expansão das monoculturas, intensificação do uso de agrotóxicos, cito a região de Ribeirão Preto, conhecida como “Califórnia brasileira”, devido às aspirações de prosperidade e desenvolvimento capitalista impulsionado pelo crescimento do “agrobusiness” (agronegócio transnacional para exportação), uma alusão ao rico estado da Califórnia, nos EUA.

Figura 24 – Mapa do Estado de São Paulo



Fonte: Tiago Cubas em Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (Nera). Dados do Índice de Pobreza Relativa, frente à concentração de riqueza.

A Califórnia brasileira sedia a maior feira brasileira do agronegócio da América Latina (Agrishow), que recebe o título de Capital Brasileira do Agronegócio, capitaneada pelas maiores instituições do ramo, como a Associação Brasileira do Agronegócio – ABAG²¹. Nos pequenos municípios dominados pelo agronegócio, na região de Ribeirão Preto, percebemos o avanço e expansão do capitalismo baseado na exploração do solo, com uso intensivo de agrotóxico, poucos postos de trabalho, altas taxas de contaminação nas águas, no solo e no ar, além do desequilíbrio ambiental, que aniquila a diversidade dos microrganismos, fauna e flora, especialmente no caso da monocultura da cana-de-açúcar, observados em Alta Mogiana (Ribeirão Preto, Araraquara e Campinas), onde a cana é preponderante.

²¹ Disponível em: <http://www.abagr.org.br/capital-brasileira-do-agronegocio>.

Já na região do Pontal do Paranapanema, observamos o avanço e expansão das monoculturas, com o agravante do desmatamento para a expansão de áreas de pastagens para a pecuária.

Contradições entre as aspirações milionárias do saldo de rendimentos aos pecuaristas e empresários rurais evidenciam o baixo desenvolvimento social e econômico para estes mesmos territórios, apontados pelo mapa da desigualdade, que faz parte da pesquisa intitulada “São Paulo Agrário: representações da disputa territorial entre camponeses e ruralistas de 1988 a 2009²²”, onde o cruzamento dos dados sobre o índice de áreas ocupadas pelo agronegócio, em relação às oportunidades de desenvolvimento para a população nessas regiões está na contramão de qualquer lógica progressista. O que isso pode significar é que “o agronegócio escolhe as áreas mais vulneráveis para se instalar e, assim por diante, acirrar as desigualdades sociais e degradar o meio ambiente”, explica o pesquisador Tiago Cubas ao apresentar os resultados da Pobreza Relativa, em relação ao Índice de Gini e de Concentração de Riqueza, revelando as contradições e perversidades causadas pelo agronegócio.

No interior do Estado encontramos assentamentos com pouco mais de 1000 hectares. Atualmente experimentamos modelos de assentamentos com tamanho dos lotes reduzido, que a princípio são denominadas Comunas da Terra. Se num assentamento tradicional do estado de São Paulo, uma família recebe em média algo em torno de 16 hectares, nas comunas os lotes têm variado entre 1 e 10 hectares aproximadamente. Essa grande variação também se deve ao fato de que as famílias, nas Comunas, podem receber uma parcela individual e uma outra parcela de uso coletivo (GOLDFARB, 2007, p. 16), com forte potencial de desenvolvimento das tecnologias voltadas ao trabalho agrícola, sem que esse desenvolvimento tecnológico possa representar o fim do trabalho humano, da geração de renda, do desenvolvimento territorial em todos os aspectos sociais, econômicos, culturais, entre outros.

Portanto, o MST intensifica e articula-se com os movimentos populares e instituições urbanas e camponesas, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST e internacionalmente a Via Campesina para reverter o quadro

²² Disponível em: <https://mst.org.br/2012/12/17/pesquisa-demonstra-a-pobreza-gerada-com-o-avanco-do-agronegocio/>.

destrutivo e injusto do avanço do agronegócio, agora em interface aos contrastes da especulação imobiliária frente ao déficit de moradia para a classe trabalhadora.

Este Movimento, ao questionar a estrutura fundiária, ganha força com as ocupações de terras por todo o Brasil e, atualmente, o MST está organizado em todas as regiões em 24 estados brasileiros. Contudo a “marcha revolucionária” dos Sem Terra, ocupando áreas ociosas por todo o território nacional, aguça a ira da classe burguesa, empresários rurais e latifundiários, que atacam, perseguem e tentam destruir a imagem do MST através da disseminação de informações falsas, contaminada por ideologias e parcialidades, através das mídias burguesas alinhadas com os interesses corporativos. Atualmente este Movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra tem sido questionado sobre sua estratégia de ocupações de terras próximas às cidades e à urbanidade, reconfigurando, ressignificando territórios através de sua experiência com as Comunas, traduzindo os anseios dos trabalhadores urbanos na conquista da moradia, de um pedaço de terra e a vida comunitária com perspectiva real de qualidade e um futuro melhor.

2. Recapitulando e mapeando a Regional Grande São Paulo

A primeira regional na Grande São Paulo nasce da demanda dos trabalhadores urbanos e o questionamento sobre o direito à terra e à cidade, retomando a produção histórica da dimensão sociocultural de um Movimento que extrapola sua influência para além dos limites da questão agrária, ou das questões ligadas ao campo. E por se tratar deste campo, como categoria e espaço em disputa, o MST é uma referência forte na contestação, ou mesmo no enfrentamento ao modelo capitalista, pois apresenta propostas, ao passo que desenvolve experiências antagônicas ao capital financeiro, que especula imóveis rurais e urbanos, que intensifica as desigualdades, a concentração de riquezas e a exclusão social da maior parte do povo brasileiro. Ademais, esses processos de ocupação e regularização fundiária seguiram a marcha das ocupações pelo estado de São Paulo até chegar à capital em meados dos anos 2000.

existência como agricultores, lavradores da terra, a partir do processo de territorialização.

As ocupações de terras ainda está longe de inserir-se aos 39 municípios que compõem a região metropolitana de São Paulo, que, por conta do maior índice de densidade urbana, divide-se em 5 sub regiões: Norte (Caieiras, Cajamar, Francisco Morato, Franco da Rocha e Mairiporã); Leste (Arujá, Biritiba-Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Poá, Salesópolis, Santa Isabel e Suzano); Sudeste (Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul); Sudoeste (Cotia, Embu, Embu-Guaçu, Itapeverica da Serra, Juquitiba, São Lourenço da Serra, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista); Oeste (Barueri, Carapicuíba, Itapevi, Jandira, Osasco, Pirapora do Bom Jesus e Santana de Parnaíba).

Juntas, todas essas áreas urbanizadas compõem a Região Metropolitana de São Paulo – RMSP e somam uma população de 21 milhões de habitantes (2015)²³, que corresponde a 47,54% da população do Estado de São Paulo, ocupa uma área de 7.946,96 km².

Esse território responde por um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 786,5 bilhões – valor equivalente a 56% do PIB estadual e 18% do PIB brasileiro, segundo dados de 2012. Seu PIB per capita, de R\$ 39.410,54, é 74% maior que a média nacional, de R\$ 22.645,86. Na RMSP se concentram os melhores serviços urbanos e sociais, comércio e serviços sofisticados, instituições de pesquisa e ensino superior de referência, uma complexa rede de atendimento à saúde e a maior oferta de grandes eventos e instituições culturais [...] Apesar de seu protagonismo, a RMSP apresenta uma série de deficiências: em infraestrutura social e urbana e em serviços públicos, déficit de unidades habitacionais, com significativa parcela da população vivendo em assentamentos precários e áreas de risco, gargalos em mobilidade e logística, necessidade de ampliação do sistema de saneamento ambiental e de crescimento da competitividade econômica (Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado – PDU).

O mapa apresenta dados que refletem a ação e movimentação do MTST, que de forma autônoma, mantém-se como Movimento parceiro, aliado do MST, que têm se dedicado à questionar a estrutura fundiária, a partir do direito à cidade, portanto realiza grandes ocupações em áreas urbanas abandonadas, em sua maioria públicas para a conquista de moradias. Marca a pauta sobre as

²³ Disponível em: https://www.pdui.sp.gov.br/rmsp/?page_id=56.

propriedades ociosas nos centros urbanos e o direito à cidade. Para além da criação do MTST, na trajetória do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Estado de São Paulo, congrega uma aliança campo-cidade, que traduz em sua estratégia de luta pela terra e a Reforma Agrária.

Entre os anos de 1999 e 2000, o MST cria a Regional Grande São Paulo, no Bairro do Brás, fruto do trabalho diário de acolhimento e assistência social para pessoas em situação de rua, na Casa do Pequeno Cidadão, exercida a princípio pela Fraternidade Povo da Rua – FPR, no mesmo local.

O bairro do Brás, localizado na região do Central da Cidade de São Paulo, é um bom exemplo de uma realidade que assola as cidades brasileiras: devido ao processo de acumulação de bens e riquezas representadas pelas grandes lojas e empresas, por outro lado nos deparamos com o retrato da miséria, falta de oportunidades para a maioria da classe trabalhadora, que disputam as calçadas entre os transeuntes das estações de metrô e trem, pedintes, ambulantes e usuários de entorpecentes.

As grandes lojas e galpões comerciais que compõem o bairro do Brás contrastam com o contingente de sujeitos que perambulam às ruas do principal centro de circulação do capitalismo brasileiro. Em muitos casos, as pessoas que não possuem bens, terra e casa dormem em abrigos públicos, ou embaixo das marquises, viadutos, calçadas e praças da cidade de São Paulo, passam fome, buscam subterfúgios para as mazelas do abandono recorrendo ao uso de drogas e consumo de álcool.

O trabalho realizado pela FPR insere parcerias outras, que não somente o trabalho voluntário de assistência social, assistência voluntária de médicos, psicólogos, freiras de caridade, padres, mas convoca lideranças e militantes, a princípio da Comissão Pastoral da Terra – CPT, conseqüentemente insere no debate e encaminhamentos a militância do MTST e MST para pensar um projeto de moradia popular, conquista de terras para a geração de renda, como tentativa de mudança na realidade daquelas vidas, até então abandonadas, sem qualquer perspectiva de futuro.

Durante o ano de 2000, até 2001, consolida-se o coletivo de lideranças que fundam a Regional Grande São Paulo. Entre tantas figuras importantes, destaco a contribuição e presença ativa de Irmã Alberta, mulher religiosa e militante que se dedica inteiramente aos projetos desta regional, fortalecendo um trabalho de

acolhimento e assistência que já ocorria, para iniciar a formação política deste contingente de homens e mulheres albergados, moradores das ruas de São Paulo acostumados a frequentar a FPR como local de referência, apoio e vivência coletiva.

Observando este cenário de desigualdades sociais históricas e estruturais, os trabalhadores e militantes da FPR e MST propõem alternativas de moradia e trabalho através da formulação de uma nova proposta de luta para a conquista de assentamentos, as chamadas “Comunas da Terra”.

A primeira ocupação acontece em 2001, em Arujá-SP, ainda com a participação das lideranças do MTST, e foi batizada de “Dom Tomás Balduino”. Após um primeiro despejo, o acampamento segue para a fazenda São Roque, em junho do mesmo ano. Assim são experimentadas como estratégia desta Regional especificamente, as ocupações de áreas públicas, ociosas, abandonadas próximas aos centros urbanos.

Delwek Mateus produz o primeiro texto sobre a proposta das Comunas da Terra em 2003, em que percebendo as potencialidades desta experiência, o Movimento juntamente aos seus parceiros e apoiadores inauguram uma alternativa para a inserção e reconhecimento de direitos para quem está à margem da sociedade, devido condições de abandono, desempregados em condições de miséria, que por tantos motivos, procuram solucionar problemas, como a falta de moradia. A Reforma Agrária próxima às cidades se apresenta como alternativa para a conquista de uma vida digna.

A princípio, há uma certa resistência sobre a viabilidade do projeto das Comunas nos debates do próprio MST, uma vez que este Movimento camponês reconhece sua diretriz política e social para ações voltadas aos sujeitos do campo, no entanto há necessidade de criar uma alternativa que pudesse contemplar os trabalhadores urbanos, que optaram por restabelecer os vínculos com a terra e a produção agrícola resulta na união entre MTST e MST. O Movimento Sem Terra junto com o Movimento Sem Teto inauguram as ocupações de grandes áreas, com forte potencial de produção de alimentos na região Metropolitana de São Paulo. Portanto, longe de ser uma disputa entre o MST e os movimentos urbanos, a criação da Regional Grande São Paulo e, conseqüentemente as Comunas, não se trata da luta por moradia apenas, mas insere a demanda por moradia e geração de renda, com uma proposta de “recampesinação”, ou seja, o retorno ou a permanência das famílias no campo, ou próximo ao campo.

“Recampesinato” é um termo apropriado por Matheus (2003) para descrever a necessidade do retorno de parte da população urbana para o campo, como possibilidade de reversão do quadro caótico de urbanização acelerada, aliada a uma estratégia do MST de possibilitar as aproximações dos trabalhadores do campo e da cidade possibilitando o debate sobre a importância da Reforma Agrária; o fortalecimento e união das bandeiras de lutas; denunciar a concentração de terras no campo e nas cidades, assim como a especulação imobiliária em contraste com o déficit habitacional.

3. Comunas da Terra

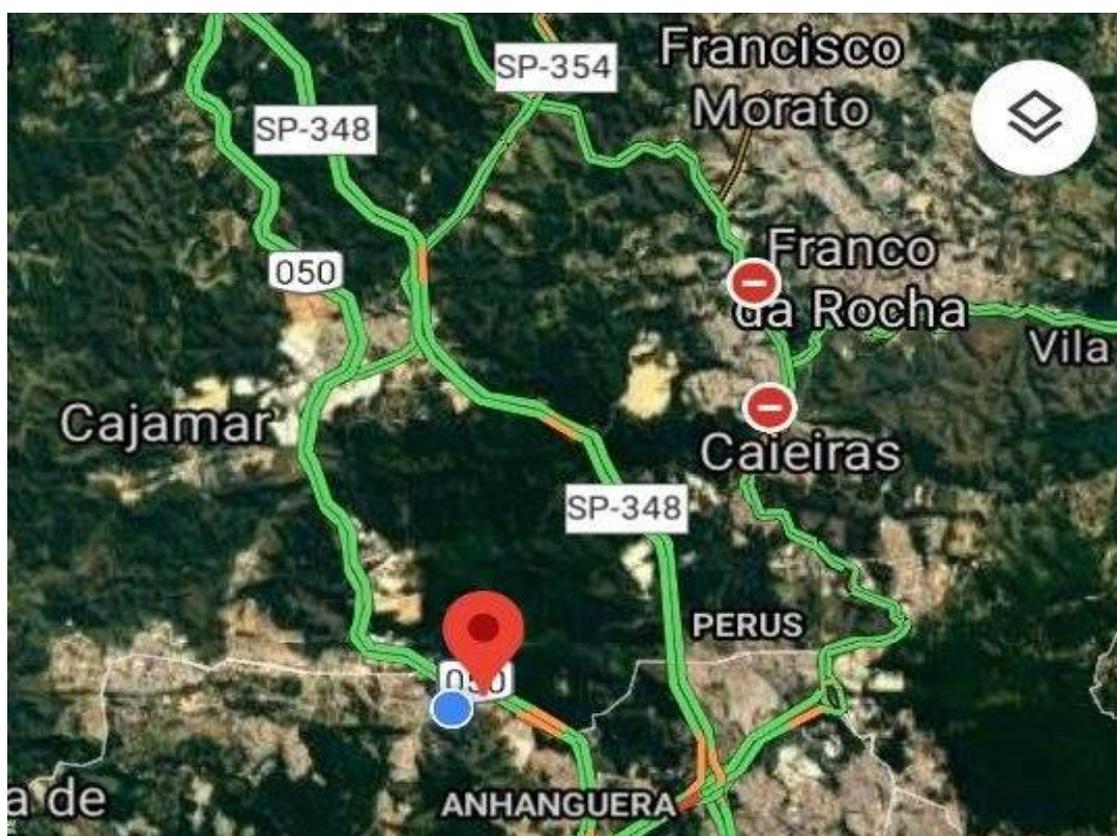
As Comunas da Terra na Grande São Paulo são fruto de um processo de recampesinato, ou o retorno das famílias que possuem o desejo de retornar ao campo, trabalhar com a agricultura e mudar de vida.

Desde a elaboração do projeto das Comunas, o MST pensa uma proposta de ocupação das áreas produtivas próximas aos centros urbanos, como solução para o déficit de habitacional e emprego formal nas regiões mais populosas. As Comunas do MST são pequenos territórios coletivizados, que oportunizam a relação direta entre produtores de alimentos e consumidores, fazendo aliança política com os centros urbanos, faz parte da estratégia do MST de aproximar os trabalhadores do campo e das cidades para o fortalecimento das lutas por direitos à classe trabalhadora, principalmente a Reforma Agrária.

Formadas por famílias pobres, oriundas de situação de abandono nas ruas de São Paulo, as Comunas da Terra são uma releitura das mobilizações que marcam a história do Brasil, como Canudos e Contestado, quando a militância do MST na Regional Grande São Paulo propõe a ocupação de terras às pessoas em situação de rua, apostando na formação política, ao mesmo tempo em que rompe com as doutrinas religiosas para vivenciar o cristianismo mais puro e experimentar um tipo de assentamento diferenciado, como conta João Campos, que atuou na estruturação da Regional Grande São Paulo e formação das Comunas da Terra.

Figura 26 - Mapa da região noroeste de São Paulo.

Localização dos municípios que abrigam as Comunas da Terra: Cajamar – Comuna da Terra Dom Pedro Casaldáliga; Franco da Rocha – Comuna da Terra Dom Tomás Balduino; São Paulo – Comuna da Terra Irmã Alberta



Fonte: Google Maps, 2020. Disponível em: <https://www.google.com/maps/place/Ch%C3%A1cara+Maria+Trindade,+S%C3%A3o+Paulo+-+SP/>.

O acúmulo de experiências, somadas à atuação do MST, permite à militância do MST da Regional Grande São Paulo compreender que o modelo tradicional de assentamento, denominado por João Campos com o “quadrado burro”, apresenta limites que dificultam a vida das famílias em lotes isolados em imensas extensões de terras, longe das estruturas de saúde, educação, desenvolvimento social, no interior do país.

O MST, ao fazer o reconhecimento das áreas destinadas à Reforma Agrária nesta região mista, entre as Zonas Oeste e Norte da Grande São Paulo, passa a encarar o desafio de denunciar a especulação imobiliária em áreas públicas, assim como o mal uso das terras destinadas à monocultura de eucalipto, planta que não é nativa do bioma brasileiro, de origem australiana e da Oceania,

que apresenta inúmeros problemas para o equilíbrio ambiental, por absorver enormes quantidades de água, podendo até mesmo ressecar rios e outras fontes hídricas existentes no entorno de grandes plantações. Uma contradição para onde se localiza a área destinada ao assentamento das famílias que compõem a Comuna da Terra Dom Pedro Casaldáliga, na reserva do Japi, que devido às grandes reservas de água e a predominância das Áreas de Preservação Ambiental – APA e Área de Preservação Permanente – APP, revela o potencial agroecológico de toda a região.

Contudo, o MST conquista a área da antiga Fazenda São Luiz e consegue, através do INCRA, a legalização do assentamento Comuna da Terra Dom Pedro Casaldáliga em 2006.

O nome Comuna é uma referência à Comuna de Paris, por ser uma das principais experiências de governo socialista no ano de 1871, protagonizada pelos jacobinos e socialistas. Ao ampliarmos o sentido da palavra, retomamos o conceito do que é comum, comunitário, comunista. Todos esses sentidos cabem ao novo projeto de assentamento na Grande São Paulo, quando propomos a criação de agrovilas compostas por lotes pequenos para a produção de subsistência das famílias, contando com áreas destinadas à produção coletiva, área social com escolas, teatro, farmácia viva, salas para reunião e festividades, que compõem ao projeto de Reforma Agrária Popular, defendida pelo MST como da configuração de assentamentos, com a titulação coletiva, a produção agrícola, de hortifrutigranjeiros, agroindústrias para beneficiamento dos produtos *in natura*, com a premissa da venda direta para os consumidores e o uso racional, democrático, socialmente útil das tecnologias.

Diferentemente das Comunas da Terra, o MST na Grande São Paulo conquistou em 2005 a Comuna Urbana Dom Helder Câmara, na cidade de Jandira, também região metropolitana paulista, que oriunda do despejo das famílias que ocupavam as margens da estação Sagrado Coração, área pertencente a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), aproxima a Pastoral da Moradia e o MST, oportunidade que resulta no inédito modelo de arquitetura e urbanismo de moradia, trabalho, escola para as 128 famílias de Sem Terra, que permanecem na cidade.

As instalações da Comuna Urbana possuem, para além das residências, quadra poliesportiva, ruas asfaltadas, anfiteatro e conta ainda com um espaço

dedicado à uma padaria comunitária, creche e berçário. Segundo o MST, o “fato é, que rodeada por condomínios fechados e inserida num processo social de produção, a Comuna Urbana se apresenta como uma forma de repensar a cidade”. Esta proposta tende a colocar no centro da questão sobre produção e reprodução de vida coletiva, a geração de trabalho e renda no espaço de moradia: “Nasce desta iniciativa, portanto, um novo conceito de produção social e produção do espaço urbano, por meio da execução e apropriação do ambiente habitado e do espaço social construído” (MST, 2015)²⁴.

Este espaço também compõe o conjunto de áreas ocupadas na Grande São Paulo, no entanto é uma experiência literalmente urbana, não possui espaços de produção agrícola e, portanto não aprofundei o histórico da Comuna Urbana, por não se tratar do recorte deste trabalho, ao mesmo tempo em que trataremos de forma superficial sobre a relação da Unidos da Lona Preta, com o início da formação e construção da Comuna Urbana, com o objetivo de destacar os marcos históricos da Unidos da Lona Preta, em interface com o contexto das Comunas do MST.

3.1 Comuna da Terra Dom Tomás Balduino

A Comuna da Terra Dom Tomás Balduino é o primeiro assentamento do MST oficializado na Grande São Paulo. Possui 63 famílias Sem Terra, que desde 2007, ocupam a área da antiga fazenda São Roque e está localizada a cerca de 50 km do marco zero da capital paulista (Praça da Sé). Este assentamento tem uma área total de 619 hectares, que abriga 63 famílias cadastradas e assentadas através do Instituto de Terras de São Paulo – ITESP. Das famílias que vivem nesta comunidade, a grande maioria também é de origem urbana com histórico de alguma vivência camponesa, o que é exatamente o perfil da maioria dos moradores do projeto de Comunas do MST.

²⁴ Disponível em: <http://www.mst.org.br/2015/06/03/comuna-urbana-completa-10-anos-como-simbolo-de-politica-habitacional-e-integracao-social.html>.

3.2 Comuna da Terra Dom Pedro Casaldáliga

A Comuna da Terra Dom Pedro Casaldáliga é fruto da confluência dos militantes que organizaram as ocupações das Comunas Dom Tomás Balduino, Irmã Alberta e Camilo Torres, o que gerou as ocupações das Fazendas Mian e São Luís em 2004, na cidade de Cajamar, também na região Metropolitana de São Paulo. Desde 2008 esta Comuna constitui-se como assentamento, após a compra da Fazenda São Luís, pelo INCRA. Localizada na Serra do Japi, com mais de 120 hectares e pouco mais de 30 famílias.

4. A Comuna da Terra Irmã Alberta

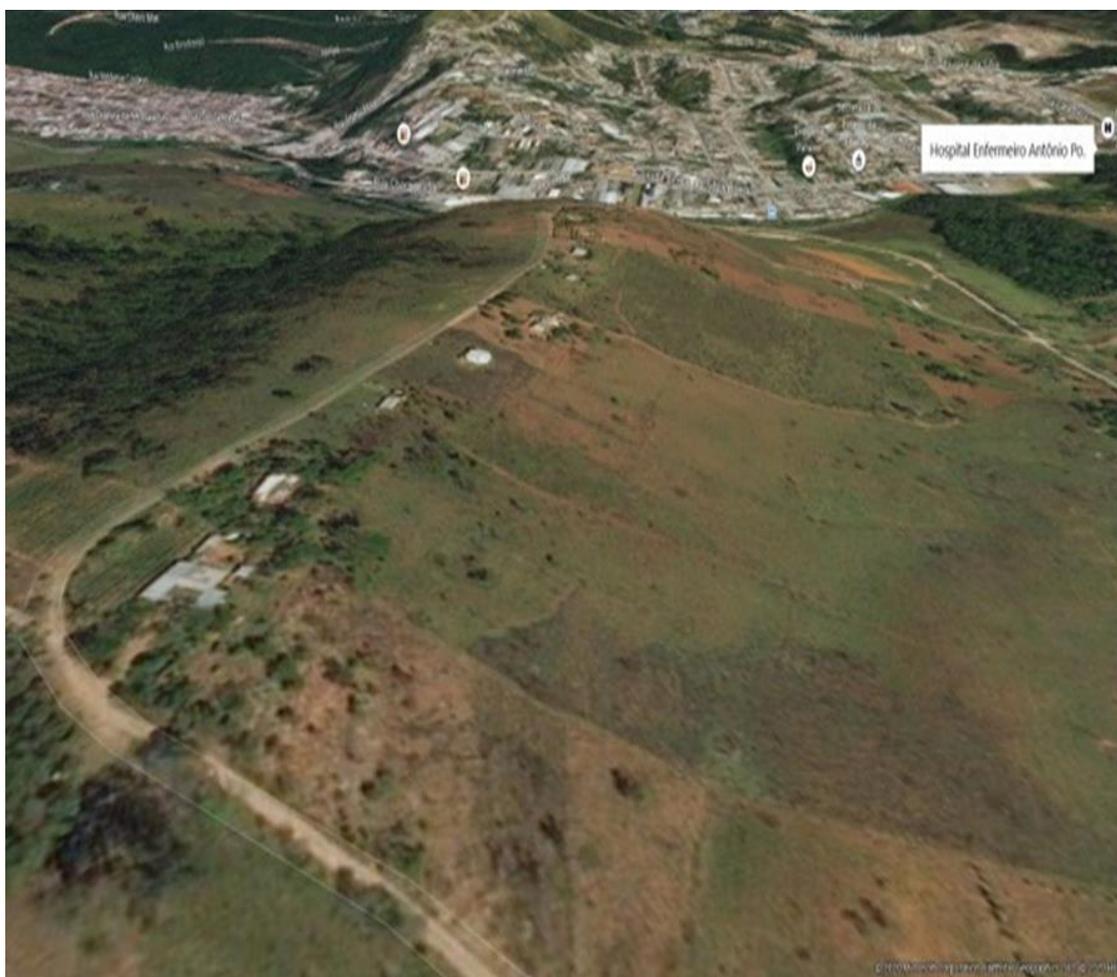
A Comuna da Irmã Alberta é formada no ano de 2002, com o propósito de barrar um processo de construção de mais um aterro sanitário na região de Perus. A militância do MST, que já se articula na região da Grande São Paulo, é convocada a participar de uma ação de ocupação da área como estratégia de denúncia sobre a instalação de um lixão na região noroeste, mais especificamente na zona Oeste, bairro Chácara Maria Trindade, pertence ao subdistrito de Perus, área da Fazenda Ithayê, que está sob a posse da concessionária Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp. A área está inserida no contexto social e econômico de transição entre o rural e o urbano, por possuir muitas chácaras e pequenos sítios de pequenas produções agrícolas, caprinocultura, avicultura, ao mesmo tempo que divide espaço com as empresas de logística às margens da Rodovia Anhanguera, por isso integram essa região famílias de trabalhadores urbanos e pequenos agricultores.

A Comuna da Terra Irmã Alberta está localizada em uma área considerada rural, tanto pela definição do perímetro de zoneamento do município, em conformidade com o Plano Diretor de São Paulo, tanto pelas relações de produção agrícola que permanecem nesta região.

A situação em que as 56 famílias acampadas no Irmã Alberta se encontram, dadas as proximidades com a cidade, ainda não é suficiente para que possamos classificar a área como urbana.

No começo da construção da comunidade, as fazendas em que havia trabalhos agrícolas e grandes plantações de diversas culturas, aos poucos se transformaram em pequenas chácaras, algumas com plantio de hortifrutigranjeiros. Porém, a Comuna ampliou a produção de alimentos, ao mesmo tempo em que realizava as atividades políticas, com o objetivo de sensibilizar, expor e tornar público o tempo, o desgaste, a morosidade por parte do governo do estado para que oficialize a conquista da área e a legalização desta Comuna da Terra Irmã Alberta, no bairro Chácara Maria Trindade, na cidade de São Paulo.

Figura 27 – Foto aérea da Comuna da Terra Irmã Alberta em 90°. Entre o rural e o urbano, nos limites da cidade de São Paulo e Cajamar



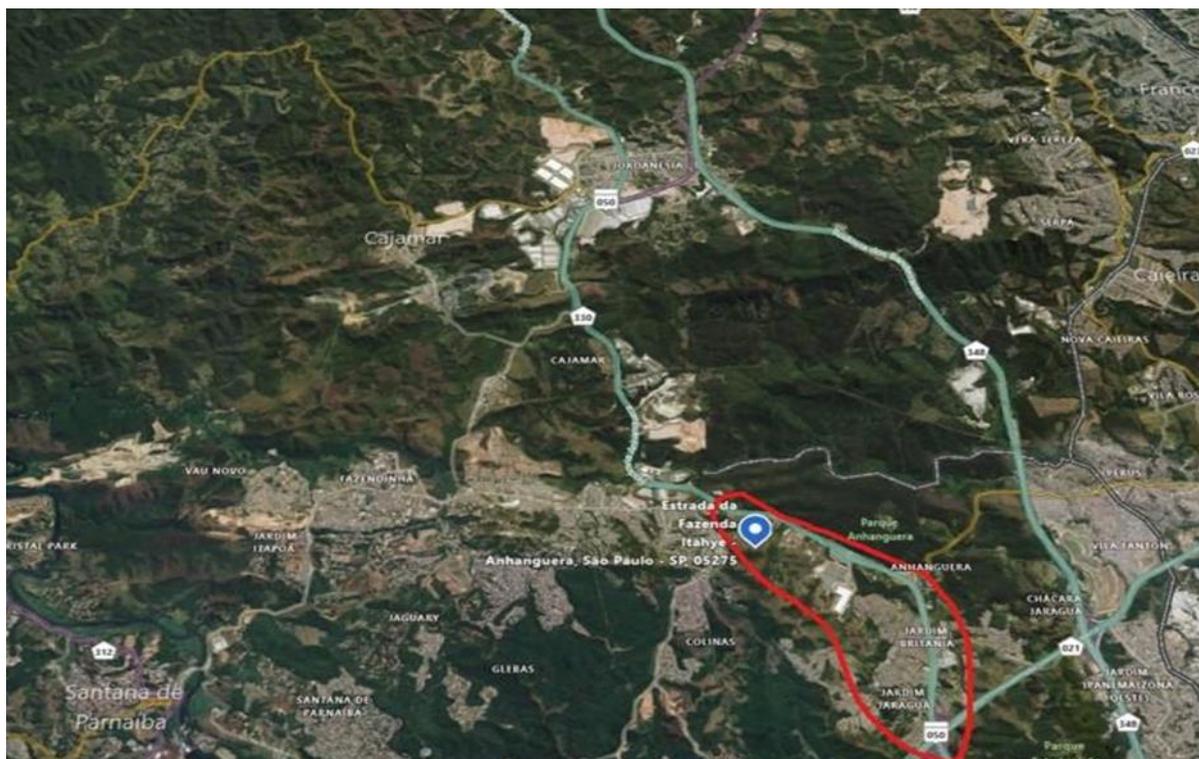
Fonte: Disponível em: googlemaps.com

5. Bairro Chácara Maria Trindade

O bairro Chácara Maria Trindade abriga desde 2002 a Comuna da Terra Irmã Alberta; é um bairro um pouco isolado, mas faz parte da cidade de São Paulo,

inserido no subdistrito Anhanguera. Embora a prefeitura de São Paulo seja responsável pelos 96 distritos que compõem a cidade, o bairro Chácara Maria Trindade é administrado pela subprefeitura de Perus, tanto no quesito político, quanto nas questões econômicas, de desenvolvimento e manutenção das poucas estruturas públicas.

Figura 28 – Foto região do Subdistrito Anhanguera



Fonte: Disponível em: googlemaps.com.

Este subdistrito apresenta também diversas indústrias, em sua grande maioria situadas às margens da Rodovia Anhanguera, principal via de ligação com as cidades importantes na região metropolitana da capital paulista. A partir de 2002, a região passou também a ser cortada pelo Rodoanel Mário Covas, cujo entroncamento com a Anhanguera se situa dentro dos limites do distrito. As origens históricas do distrito de Anhanguera, ainda remontam a antigas plantações de cana de açúcar, que ainda resistem em pequenas proporções, especialmente no bairro do Morro Doce, para abastecer pequenos alambiques de cachaça e produção de caldo de cana. Atualmente a produção agrícola está diversificada e conta com a produção agroecológica das famílias Sem Terra, que compõe o território e altera a paisagem da região. Um “pedaço” de São Paulo, que possui poucas edificações, muitas chácaras, sítios, e está próximo à tribo indígena Guarany e desde que a

Comuna dos Sem Terra foi ocupada apresenta um processo acelerado de desenvolvimento, agitação cultural e organização popular.

A Comuna da Terra Irmã Alberta, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), foi fundada com a ocupação da Fazenda Ithayê, possui 111 hectares. Ocupada pelo MST na madrugada do dia 20 de julho de 2002, localiza-se no km 27,5 da Rodovia Anhanguera, no Bairro de Perus, região da zona noroeste da cidade de São Paulo.

Figura 29 – Foto aérea do bairro Chácara Maria Trindade



Fonte: Disponível em: Google Maps (<https://www.google.com/maps/@-23.4184309,-46.8122163,5360m/data=!3m1!1e3>).

Com a ajuda das imagens aéreas, é possível compreender que a área onde se localiza a Comuna da Terra Irmã Alberta é propícia para o desenvolvimento do projeto de Comunas do MST, pois é repleta de área agricultável, que próxima aos bairros e centros comerciais das cidades circunvizinhas, são fatores que facilitam a produção agroecológica diversificada e o escoamento da produção. Além de que, por se tratar de um local que produz, beneficia e vende alimentos saudáveis, tende a aproximar o consumidor ao local de produção e facilita o diálogo com os trabalhadores urbanos, para o fortalecimento e apoio a fim da continuidade dos trabalhos agrícolas, coletivos e de cooperativismo sustentável; facilita a geração de

renda para famílias que moram na Comuna, associando o trabalho coletivo aos projetos individuais.

Passados os 19 anos do início da Regional Grande São Paulo, as quatro Comunas (Comuna da Terra Irmã Alberta na cidade de São Paulo, no bairro de Perus, a Comuna da Terra Dom Tomás Balduino na cidade de Franco da Rocha, a Comuna da Terra Dom Pedro Casaldáliga na cidade de Cajamar e Comuna Urbana Dom Helder Câmara, na cidade de Jandira) encontram muitas dificuldades para manter as famílias unidas, até a conquista e legalização dos assentamentos, em especial os 17 anos de espera para a conquista do assentamento da Comuna da Terra Irmã Alberta.

6. Breves apontamentos sobre a Comuna da Terra Irmã Alberta

A ocupação da Fazenda Ithayê aconteceu na madrugada do dia 20 de julho de 2002, com cerca de 600 famílias, que arregimentadas pelas possibilidades de conquistas de um “pedaço” de terra, prospecção de um futuro lar e vida comunitária, acampam nesta área, às margens do Km 27,5 da Rodovia Anhanguera para barrar o projeto de aterro sanitário.

A área dessa fazenda, que atualmente é a Comuna da Terra Irmã Alberta, está dividida em quatro núcleos de moradias, com mais ou menos 13 famílias em cada núcleo, localizados nas extremidades de toda a área, sendo que cada família ocupa um lote de 1,5 hectare.

As ocupações de terras são a forma como o MST inicia o processo de questionamento judicial para as áreas destinadas à Reforma Agrária, portanto rever as bases de êxodo rural e migração entre regiões, as condições de vida nos grandes centros urbanos e a questão do retorno ao campo, estimulando um processo de inserção dos sujeitos urbanos, que desejam retornar à terra para trabalhar e viver, apresenta-se como desafio principal para contrapor o latifúndio e concentração das terras.

O Movimento adentra a periferia com o trabalho de base para conhecer os sujeitos urbanos, que em maior número possui históricos familiares de origens, hábitos e costumes camponeses. Suas histórias de vida, as formas como vivenciaram a experiência de morar e trabalhar nas grandes cidades, foram fundamentais para desenhar uma proposta de vida comunitária, de produção com

o trabalho agrícola para os trabalhadores, que são expropriados, através do subemprego, precarização da mão de obra e trabalhos informais. Os conhecidos “bicos” geram, entre outras coisas, a desigualdade de ganhos e condições de vida para a maioria dos trabalhadores rurais do campo e das cidades, que em grande parte moram em casas precárias, localizadas em favelas, em áreas de risco, cortiços, albergues ou até nas ruas.

Esta nova concepção de assentamento (Comunas da Terra), baseia-se na organização de uma comunidade de produtores, que dinamizam o plantio de alimentos em pequenos módulos de terras e, portanto, criam as condições básicas para a geração de renda e trabalho às famílias, com a titulação coletiva da terra, impedindo a venda dos lotes, ou qualquer negócio envolvendo a conquista deste importante meio de produção e reprodução da vida que é a terra. Assim, as famílias que vivem nas Comunas são incentivadas a trabalhar, viver, pensar e decidir tudo coletivamente nas reuniões de núcleos, que encaminhadas à coordenação do assentamento, permitem o alinhamento com a direção regional e estadual do Movimento.

Originalmente, as famílias que compõem a Comuna da Terra Irmã Alberta possuem contextos e histórias de vida baseadas na pobreza, escassez e miséria, evocam um contexto permanente de desemprego e falta de oportunidades, ou mobilidade social, migrações desordenadas e resquícios do êxodo rural.

Nos organizamos a princípio à beira da estrada sem asfalto, sem luz e muito perigosa, mas com o passar dos anos, percebemos que o processo de regularização da área demoraria, assim, aos poucos os mais de mil barracos espalharam-se por todo o restante da área.

Após alguns meses na Comuna Irmã Alberta, algumas famílias seguiram a dinâmica do MST ocupando outras terras como a Comuna da Terra Dom Pedro Casaldáliga em Cajamar, Milton Santos e Elizabeth Teixeira, na região metropolitana de Campinas, entre outras áreas que foram ocupadas neste mesmo período entre 2002 e 2004.

Restaram 48 famílias, que mais tarde acolheriam as famílias despejadas no acampamento Carlos Pachin, na cidade de Itapevi e novos núcleos familiares que se formaram após a chegada à vida adulta dos jovens da Comuna.

O núcleo 1 possui oito casas que estão próximas à estrada principal, comércios e demais bairros da região; o núcleo 2 está localizado em frente ao

núcleo 1 e portanto do outro lado da estrada, é composto por 10 lotes, área de produção coletiva, área social, um teatro e um campo de futebol. Esta parte da Comuna da Terra Irmã Alberta está mais próxima à cidade de Cajamar. Os núcleos 3 e 4 estão no extremo sul da área, onde moram o restante dos moradores. Estes núcleos fazem divisa com bairros periféricos da cidade de Santana de Parnaíba (Morro da Mandioca e Colinas da Anhanguera). Os núcleos 3 e 4 são os espaços mais isolados e distantes do restante da Comunidade, mas possuem maior área de produção coletiva e cumprem um papel de extrema importância na demarcação da Comuna, evitando novas ocupações desordenadas, prevenção e vigilância contra incêndios criminosos e entre tantas questões organizativas e de controle sobre nossa Comunidade. Em síntese, os assentamentos do MST, são normalmente organizados por núcleos de moradias (conhecidos por lotes), que são as parcelas de terras destinadas à moradia, produção doméstica, criação de animais de pequeno porte, hortas e demais possibilidades da produção camponesa.

Figura 30 – Divisões por núcleos de famílias acampadas na Comuna da Terra Irmã Alberta



Fonte: Disponível em: googlemaps.com

A aliança entre as Comunas da Terra, as entidades sindicais, associações de moradores, outros movimentos populares urbanos e a comunidade do entorno, é fortalecida e renova-se a cada reivindicação, manifestação e protesto sob as pautas comuns a todos os moradores do bairro.

São inúmeras as reivindicações, como a extinção da praça de pedágio, ilegal por estar dentro do raio de 35 quilômetros do marco zero da capital²⁵, sendo que o bairro Chácara Maria Trindade localiza-se no Km 28 da Rodovia Anhanguera, ou seja, a praça de pedágio isola este bairro dos demais locais da cidade de São Paulo, além de dificultar o acesso aos equipamentos públicos de saúde, educação, lazer, cultura e arte.

Demais pautas incluem, por exemplo, a reabertura da escola municipal do bairro, fechada pela justificativa de “falta de demanda”, outra contradição, já que no bairro e seu entorno há considerável contingente de crianças e adolescentes em idade escolar.

A falácia sobre uma possível falta de demanda não se confirma, já que contabilizamos mais de mil crianças e adolescentes em idade escolar, que dependem do transporte público para ir até a escola.

Figura 31 – Divisão dos lotes no Núcleo 2 da Comuna da Terra Irmã Alberta



Fonte: Disponível em: [googlemaps.com](https://www.google.com/maps)

Os argumentos utilizados como impedimento à reativação da escola do bairro Maria Trindade, revela o total descaso por parte da Diretoria de Ensino do

²⁵ Lei Estadual nº 2.481/53

Município de São Paulo e, pelo fato de que os membros desta Diretoria sequer possuem dados sobre a quantidade de pessoas afetadas com o fechamento da escola, tampouco apresenta qualquer projeto para reativação da escola do bairro. Contudo para que a experiência das Comunas resulte positivamente como alternativa de moradia e produção agrícola próxima ao meio urbano, é necessário compreender as diversidades existentes entre os assentados, moradores dos bairros circunvizinhos, incentivando a unificação das lutas e projetos de desenvolvimento que seja favorável para todos e, portanto, aos lutadores da Comuna da Terra, assim como aos moradores do bairro Chácara Maria Trindade, já que estes possuem histórias de vidas similares, baseadas em falta de oportunidades para acessar estudos mais elevados, ou qualquer tipo de desenvolvimento social, econômico. De forma geral, essa parte da população paulistana reflete as mazelas da população brasileira, porque sofrem com a falta de emprego ou qualquer expectativa de melhorar as condições de vida, ao mesmo tempo que revelam desejos, sonhos, alicerçados pela esperança de um futuro melhor. Por tantas questões comuns, os moradores do bairro Chácara Maria Trindade, juntamente com os acampados da Comuna da Terra Irmã Alberta, buscam experiências coletivas de produção agroecológica de alimentos, manejo sustentável do assentamento, condições dignas de trabalho e moradia, com acesso às estruturas e políticas públicas como educação e saúde de qualidade, segurança pública, emprego, entre outros.

Esta dinâmica de integração, diálogo e articulação das comunidades do MST é um exemplo comum para organizar os trabalhadores de forma coletiva, a partir de dois objetivos complementares que são: viabilizar a conquista da terra, para em seguida dar um peso maior aos assentados em nível econômico; e como suporte ideológico o projeto socialista que atenda aos anseios maiores do movimento de uma maneira geral, ou seja, “uma experiência que desponta como uma forma superior de organização da produção” e articulação social, aproximando cada vez mais apoiadores, consumidores, ampliando os espaços de atuação para o fortalecimento da luta pela Reforma Agrária (MST, 1997).

Essas ações reforçam o caráter agregador das Comunas que, ao realizar atividades políticas, de ocupação de áreas, ações festivas e culturais, promovem a unificação das lutas encabeçadas pela classe trabalhadora. Ao passo que luta e festeja, promove o encontro entre inúmeros grupos de apoio à Reforma Agrária,

com os moradores do bairro e da Comuna, pensando saídas e soluções dos problemas de forma coletiva, participativa e dialógica.

7. Dinâmicas Culturais – Educativas das Comunas da Terra

A respeito da concepção de formação humana engendrada pelo MST, as Comunas da Terra do Movimento na Grande São Paulo ressignificam a relação entre a luta por terra e moradia, a interface entre cultura, educação e formação política, não enquanto campos distintos, mas como unidade no processo de formação cidadã e engajamento social.

Dentre tantas atividades para organizar as áreas de moradias, a produção de alimentos, como uma das prioridades para fomentar a ideia de viabilidade das Comunas da Terra, insere o planejamento, estudo para o plantio, as atividades formativas e culturais, aliadas à autogestão, a produção de alimentos saudáveis em experiências agroecológicas, que resultam em oportunidades agregadoras e humanizadoras, pelos indícios de fortalecimento de vínculos comunitários, integração dos trabalhadores, relações horizontalizadas para debates e tomadas de decisões.

Moradores, vizinhos, apoiadores e amigos são estimulados a praticar a agroecologia, desenvolvendo uma nova forma de viver e ocupar espaços de reprodução da vida, que não prejudique pessoas ou o ambiente silvestre, ao mesmo tempo oportuniza outra relação do ser humano com a terra, como uma filosofia de vida, que além de reduzir os custos de produção, cria ambientes produtivos e autônomos.

Participamos cotidianamente dos processos educativos defendidos pelo MST, que começam desde a ocupação da terra, agregam e dialogam com demais setores camponeses e urbanos para melhor ocupar os territórios e planejar o futuro.

A fase de acampamento serve para estudarmos a localidade, conhecer pessoas, pensar e planejar o futuro assentamento. É também quando compreendemos o sentido literal da palavra organização. Nossas primeiras ações são organizar frentes e grupos de trabalho, que atendam demandas da dinâmica do acampamento e das famílias acampadas.

Nos dividimos, principalmente entre os setores, para criar espaços em que nossos educandos não fiquem sem acesso aos conteúdos que promovam sua

formação, incluindo atividades culturais que, no caso da Comuna da Terra Irmã Alberta, aconteciam de forma esporádica e em dias alternados no barracão da educação e cultura. Nestes momentos recebemos visitantes, amigos e juntos confraternizamos e comemoramos cada semana em que permanecemos na Comuna da Terra Irmã Alberta.

Durante uma das reuniões sobre a necessidade de inserir os jovens e adolescentes nas tarefas de mobilização, organização e formação do acampamento identificamos que havia entre nós um mestre de bateria, o Mestre Geraldão. Também há uma costureira de fantasias, a Dona Almerinda, um entusiasta e esforçado tocador de atabaques, o “Tio Mauro”, que juntos com Julia Saragoça e João Campos garantiam a animação e participação nas rodas de samba que aconteciam nas noites culturais. Foram estes os primeiros articuladores da juventude para fundar o primeiro bloco carnavalesco do MST.

E por que não modas de viola, ou rodas com música caipira?

O MST possui uma vasta produção de livros, vídeos, Cds, Dvds, pesquisas, entre outros arquivos sobre a música caipira, a moda de viola. Mas ao inserir o Samba como parte de sua cultura, causa certo estranhamento e até alguns questionamentos sobre a legitimidade destas produções como se reconhecida ou não pelo teor e relevância orgânica do Movimento.

Mas, de fato algumas questões devem ser aprofundadas sobre: o que é a música rural/caipira?

Quais os limites para um movimento que propõe transformação social também através do diálogo com a arte e a cultura?

O samba tem em sua origem as manifestações artísticas e culturais oriundas do continente africano, que chegam ao Brasil através dos sujeitos que trabalham e vivem no campo.

Desembarca na Bahia e entre festas dos terreiros, umbigadas e pernadas, o “semba” se ressignifica no Rio de Janeiro e ao chegar às fazendas de café, algodão e cana de açúcar em São Paulo, os grupos de trabalhadores escravizados de etnias distintas, fazem da música, do canto e da batucada, o ritmo para um trabalho que apesar de sofrido, carrega as marcas de uma mistura de significados, religiosidade e tradições.

O samba paulista apresenta singularidades e particularidades de ritmo e conteúdo devido sua origem no cenário rural identificados por tantos estudos, em

especial nas obras: “Carnaval em Branco e Negro”, de Olga Rodrigues de Moraes Von Simson e “Os sambistas paulistanos e a construção de uma singularidade para o samba de São Paulo (1968-1991)”, de Lígia Nassif Conti. Nos materiais estudados, constatamos que o uso de instrumentos tipicamente caipiras como caixa, bumbo, reco-reco de bambu, fazem o acompanhamento de ritmos mais cadenciados, característicos do jongo, samba de roda, samba de bumbo, samba de umbigada, entre outras manifestações artísticas e culturais negras. Em outros momentos, segue o padrão carioca do samba de gafieira, no pagode, no samba exaltação, samba-canção, partido-alto, na Bossa Nova, Samba de breque, samba enredo e demais vertentes, misturas de batuques, ritmos e andamentos deste mesmo gênero musical.

Na passagem do tempo e do contexto histórico e social, entre o rural e o urbano, o Samba é reconhecidamente um gênero musical genuinamente brasileiro, registrado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura – UNESCO em 2005, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN em 2007 e, desde 2011, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico – Condephaat estuda o samba paulista como práticas e saberes, que traduzem uma identidade coletiva, “que criam relações de pertencimento”, registrado como patrimônio imaterial paulista a partir do decreto 57.439 de 2011, mas que só em 2013 ganha destaque por ser “um processo diversificado e de grande riqueza cultural”, defendido pela Liga Independente das Escolas de Samba de SP como “práticas e rituais que se encontram os saberes dos bambas – mestres antigos do samba”, pelo enraizamento e pertença das comunidades periféricas, como identidade coletiva das comunidades do samba paulista, devido sua “inserção no cotidiano dos bairros onde estão as sedes das escolas de samba” (DOSSIÊ: LIGA INDEPENDENTE DAS ESCOLAS DE SAMBA DE SP, 2013; RESOLUÇÃO Nº 29, CONSELHO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DA CIDADE DE SÃO PAULO – CONPRES P).

Lei nº 14.406 de 21 de maio de 2007; Processo Administrativo nº 2013–0.265.805–7; (DIÁRIO OFICIAL DA CIDADE DE SÃO PAULO, 23/10/2013, p. 48).

O Samba, então, por tantos fatores, documentos, resoluções, descrições e principalmente pela sua história, é naturalmente uma ferramenta de coesão e expressão dos anseios comuns do povo brasileiro, reflete através de suas letras e

canções sentimentos compartilhados pelo povo e para o povo. As rodas de samba são acontecimentos públicos, com a participação coletiva em que permite inclusive a integração social entre as classes, das camadas mais pobres em diálogo com as classes mais abastadas, que cada vez mais vêm ocupando os espaços da batucada.

Assim, entre uma atividade cultural e outra, tantas formas de sociabilidade foram experimentadas nas Comunas da Terra, como cinedebates (exibição de filmes com debates sobre os temas abordados nos filmes), fogueira e rodas de conversas, mas nenhuma teve tanta aceitação e participação quanto as batucadas. Esta ação cultural-formativa-militante se revela como potência organizativa da militância do MST, na Regional Grande São Paulo.

Sob uma perspectiva marxista do entendimento sobre a realidade, que requer uma visão mais ampliada sobre os problemas da classe trabalhadora, que independente do território, são os mesmos: falta de oportunidades, emprego, falta de políticas públicas, insuficientes para garantir moradia, educação e estruturas de saúde pública, gratuita e de qualidade para todos, compreende a necessidade de empreender às atividades culturais do MST, como ferramenta de expressão, organização e atuação militante.

Com o objetivo de propor e protagonizar as transformações necessárias para “romper as cercas”, inserir os acampados nos processos de educação, a militância do MST na Grande São Paulo inaugura experiências de ensino vinculadas à cultura, à preservação ambiental e principalmente à luta pela terra. Questionando o Estado, a organização da sociedade, que não inclui a juventude negra, pobre e periférica no projeto de desenvolvimento social, que rejeita cidadãos e famílias em situação de vulnerabilidade social, tampouco apresenta qualquer alternativa para a solução dos problemas básicos da classe trabalhadora: Terra, Trabalho e Moradia.

Em diálogo a essa potência dos movimentos populares, são essas “as gentes” das Escolas de Samba, também são essas “as gentes” do MST, que desde sua origem carregam em sua essência o teor educativo por agregar participantes das Comunidades em que se inserem, para aprender e ensinar a tocar instrumentos, construir letras de músicas e organizar ritmos percussivos para a harmonia da música, organização e articulação do espaço do barracão para o carnaval e todas as atividades que antecedem os desfiles carnavalescos.

As gentes e os espaços, que se encontram, que festejam, reúnem, sambam, aprendem, educam, ensinam, resolvem, refletem e seguem em frente fazem o estudo sobre a história, a geografia, a sociologia brasileira dentro e fora das salas de EJA, nas cirandas infantis, na produção coletiva da mandala, nas atividades político-pedagógicas com o samba. Desta forma, a experiência da Escola de Samba Unidos da Lona Preta, construída e coordenada pelos acampados e assentados das Comunas da Terra do MST, busca empreender como base metodológica no processo formativo de seus componentes e/ou participantes a linguagem musical do samba, a construção de debates coletivos para além das oficinas de batucada e ensaios rítmicos, com potencial dialógico e educativo sobre temas que permeiam o cotidiano da luta em interface com o planejamento e atuação dos setores de cultura, educação e formação. São essas atividades inspiradas nos “círculos de Cultura”, fundamentadas em Paulo Freire, que oportunizam trocas e reflexões a respeito das ações individuais e coletivas no MST.

V BATUCADA

“Quem sou eu? Sou Unidos da Lona Preta, a Escola de Samba do Movimento Sem Terra. 10 anos de samba e luta”

Nasci
 Na poeira Vermelha
 Do Irmã Alberta
 Eu sou filho deste chão
 Cresci
 Debaixo da Lona Preta
 Na luta pela terra
 Fazendo ocupação
 Assentados
 Do Dom Pedro e Dom Tomás
 Vieram receber os aliados
 Que ajudaram na guerra e na paz

Jandira
 Lindas tardes de samba
 Na formação humana
 Até o barracão chorou

Um abraço apertado.....eu dei
 Tamo junto e misturado...eu cantei
 Contra a devastação e o veneno
 Nem mais um minuto de silêncio

O samba quando vai pra luta
 Faz a disputa da hegemonia
 Propondo valores
 De um povo com sabedoria
 Eu sou a Escola de Samba
 Do Movimento Sem Terra
 Meu batuque desperta o guerreiro

E a fúria revolucionária
 Do povo brasileiro

Unidos da Lona Preta – Carnaval 2015. Composição coletiva

1. Das Comunas nasce uma Escola de Samba e de Luta: etnografia da Unidos da Lona Preta

Contrariando o modelo dos assentamentos tradicionais, de uma Reforma Agrária Clássica, as Comunas são projetos de assentamentos que, no tocante dos desafios sobre repensar algumas mudanças na dinâmica do próprio Movimento, inauguram espaços de produção de alimentos em módulos de terras que permitam às famílias de pequenos produtores dinamizar, diversificar e beneficiar os produtos agrícolas, aliando tecnologia, saberes populares, educação, convivência e

atividades coletivas. Neste sentido, a militância do MST na Grande São Paulo tem se articulado com os movimentos populares urbanos, universidades e atores culturais para construir espaços de encontro, de formação político-pedagógica com os acampados, que para além das reuniões e assembleias no acampamento Comuna da Terra Irmã Alberta, então passam a formar rodas de samba que possam também ser espaços de debates e organização das atividades do Movimento.

Em 2005, um grupo de militantes dos setores de comunicação, formação e cultura do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) percebe a necessidade de criar um espaço de formação contínua com a juventude na Regional Grande São Paulo, já que em muitos momentos no decorrer do período de acampamento da Comuna da Terra Irmã Alberta, os grupos de jovens e adolescentes se reuniam em volta da fogueira criando uma batucada improvisada, permaneciam pouco próximos à organização das atividades políticas do Movimento que aconteciam fora dos acampamentos. Isso foi o impulso para que a militância pudesse propor a formação de um bloco carnavalesco Unidos da Lona Preta, que ao longo destes quase vinte anos de fundação da Regional Grande São Paulo, é reconhecidamente a experiência cultural impulsionadora, que expande e consolida politicamente a estratégia do MST na região metropolitana de São Paulo dentro e fora dos espaços do Movimento.

A ideia é fazer da escola de Samba um espaço de formação permanente da juventude, com estudo de letras de samba, textos que sirvam de base para debates sobre a conjuntura política brasileira. Aparecem questões sobre etnia, classe trabalhadora e seus desafios, preservação da natureza, agronegócio e tantas outras questões que envolvem a Reforma Agrária, Reforma Urbana, mobilidade urbana, juventude e carnaval.

A partir deste ponto da pesquisa, compreendemos a necessidade de fazer um estudo etnográfico da Escola de Samba Unidos da Lona Preta, descrevendo o perfil dos sujeitos, para compor uma melhor leitura sobre o coletivo de militantes-batuqueiros-artistas-educadores.

O estudo etnográfico comparece à pesquisa, no sentido de amalgamar os depoimentos e discursos dos participantes da Escola de Samba Unidos da Lona Preta às práticas político-pedagógicas do próprio MST. O objetivo principal desta parte da pesquisa é descrever nestas próximas linhas os pontos de confluência,

distanciamentos, inovações que legitimam as potencialidades da Unidos da Lona Preta como ferramenta formativa do MST.

Os participantes reconstróem o histórico das atividades desde o início e premissas que, em síntese, assim se formulam: a Unidos da Lona Preta como processo, metodologia e espaço necessariamente político, uma vez que experimenta um tipo de formação multifacetada das jovens gerações de militantes, ao passo que transborda os territórios dos Sem Terra para dialogar, interagir, propagar e propagandear a Reforma Agrária e a luta dos Sem Terra;

Promove a apropriação crítica e criativa dos conhecimentos acumulados pela humanidade como imperativo para a emancipação dos trabalhadores, a partir das múltiplas linguagens, mas principalmente pelo protagonismo de cada participante da Escola de Samba no planejamento, organização, composição coletiva dos sambas enredo e na realização das atividades dentro e fora dos acampamentos e assentamentos da Reforma Agrária;

Figura 32 – Apresentação Unidos da Lona Preta nas ruas de Jandira



Fonte: Arquivo da batucada, fev. 2009.

A Unidos da Lona Preta como escola, como instrumento de formação político pedagógica e fortalecimento da identidade Sem Terra;

O trabalho tem como eixo central o engajamento político e a relação entre ensino geral e politécnico, no sentido de propor outra dinâmica, outro formato, diferentes conteúdos e linguagens dentro de uma proposta didática que dialogue com as demandas e a realidade das comunidades e grupos identitários, rompendo com métodos engessados, ultrapassados, ortodoxos e pouco eficientes da educação formal tradicional.

O início das atividades no barracão da cultura, às margens da estrada Leonel Martiniano, no bairro Chácara Maria Trindade, na Comuna da Terra Irmã Alberta, acontecia principalmente ao fim de semana. Éramos pelo menos 30 pessoas, de idades, etnias, escolaridade e tempo de militância diferentes.

Contávamos com uns 18 jovens com idades entre 15 a 20 anos, dentre tantos meninos e meninas; destaco a atuação dos ritmistas e das ritmistas que participam deste trabalho de pesquisa, através das entrevistas e coleta de dados.

Em diversos momentos, mantive contatos com os entrevistados e as entrevistadas para apresentar os objetivos deste trabalho, deixando clara a importância das declarações como base para o histórico desta Escola de Samba. As entrevistas foram feitas de forma individual, em locais diferentes.

As apresentações acompanham informações sobre como se inserem à experiência de batucada na Escola de Samba Unidos da Lona Preta, assim como são organizados de acordo com a ordem cronológica da participação no MST e na Escola de Samba dos Sem Terra.

Figura 33 - Wellison Soares



Fonte: Arquivo de Wellison Soares.

Wellison Soares da Silva (Maninho), 29 anos

Morador da Comuna da Terra Irmã Alberta, contribui com a militância do MST desde muito jovem. Participou da fundação da Escola de Samba Unidos da Lona Preta e compõe a coordenação desta Escola de Samba. Maninho me concedeu uma breve entrevista no dia 22 de agosto de 2018, na Comuna da Terra Irmã Alberta. Na ocasião, Maninho relembra o início das atividades da batucada e a chegada dos primeiros instrumentos, para ele:

[...] foi muito louco, pelo fato que aconteceu de ter vindo uma escola de samba até a nossa comunidade, no período que a gente não tinha muita acesso à cultura nem arte e daí então essa escola de samba doou para o nosso espaço vários instrumentos, na qual a gente já foi se envolvendo, a juventude, vários integrantes assim da idade mais avançada junto desse coletivo. Nessa época eu tinha uns 14 anos de idade. Eu fui integrante, batuqueiro e também ajudei a compor a coordenação em alguns momentos. Toco caixa e repique (Wellison Soares, 2018).

Figura 34 - Almerinda Marques Almeida



Fonte:

https://batucadaunidos.wixsite.com/unidosdalonapreta/nossa-luta?lightbox=image_1bku.

Almerinda Marques Almeida, 60 anos

Madrinha Almerinda, Tia Almerinda e tantas outras formas carinhosas para nos referenciar sobre essa militante, agricultora, mãe e avó, que toca o chocalho com tanta dedicação, paixão e compromisso. Esta guerreira chega à Comuna da Terra Irmã Alberta em 2004, para permanecer na área de recuo enquanto aguarda a decisão judicial sobre a posse da fazenda São Luiz, após despejo de seu acampamento Camilo Torres, atualmente é assentada na Comuna da Terra Dom Pedro Casaldáliga. A mineira Almerinda possui uma história dentro das escolas de samba de São Paulo: devido seu trabalho como costureira, durante muitos anos confecciona fantasias e adereços, no entanto nunca havia desfilado, tampouco chegou a tocar qualquer instrumento. Almerinda sempre teve um sonho de participar de uma bateria de escola de samba, sonho que

realizou quando entrou para a Escola de Samba Unidos da Lona Preta, mas que pouco se lembra, por conta de um derrame, que desde 2018 afeta sua memória e sua fala, fato que impossibilitou Almerinda de descrever tantos momentos importantes em que esteve à frente da batucada, ao lado da sua família, na entrevista realizada em seu quintal, na Comuna da Terra Dom Pedro Casaldáliga em 13 de dezembro de 2019. Durante a entrevista, Almerinda contou com o apoio de seu filho José Carlos para interpretar suas expressões e lembranças afetadas por uma doença que prejudica parte de memória e fala, sendo que as poucas palavras que conseguiu falar, foram:

“A gente começou meio de brincadeira, mas a gente percebeu que o estudo e a música ajuda a gente a aprender [...] tudo é bom, tenho muita saudade” (Almerinda Marques, 2019)

Figura 35 - Mauro Evangelista



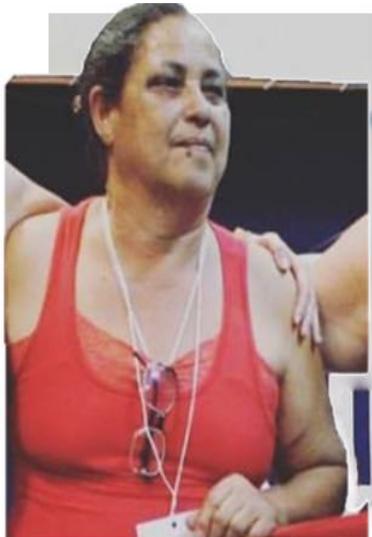
Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Mauro Evangelista (Tio Mauro), 63 anos

Tio Mauro ou Maurão é para além de um grande animador e tocador de atabaques e surdos. Este baiano se desdobra como tantos outros nordestinos, que se arriscam a vir para São Paulo em busca de trabalho e melhores condições de vida. Casado a mais de 25 anos, pai de Andressa, se prepara para ser avô. Agricultor atento e como militante do MST mora e atua na Comuna da Terra Dom Tomás Balduino. Passou por duros momentos de instabilidades econômicas, enfrentamento ao vício do alcoolismo, encontrando incentivo para a superação dos problemas com a ajuda e apoio dos companheiros do MST. Tio Mauro é referência no histórico da coordenação regional do setor de cultura e gentilmente me concedeu uma entrevista

após a reunião regional do setor de cultura, na área social da Comuna em 11 de maio de 2019.

[...] através da escola de samba as pessoas têm mais “empolgamento”, se torna melhor na formação e a Unidos como uma forma de luta ela forma muito, conscientiza muito o ser humano, principalmente nós dos assentamentos. A gente tem mais um diálogo para conversar as atividades que vai ter no assentamento, a partir da reunião ou da apresentação que a gente tá fazendo dali já sai o informe. Então as pessoas se preparam mais [...]. A batucada é um grupo de pessoas lutando juntos por um só objetivo: a transformação desse nosso país. Lutar por um Brasil melhor, mesmo que eu não alcance, mas eu vou lutar para minha semente, para que meus netos, bisnetos alcancem. Um Trabalho de formiguinha, por isso que enquanto eu puder, com certeza que eu estarei na Unidos, eu vejo desse jeito (Mauro Evangelista, 2019).

Figura 36 - Maria Alves

Fonte: Arquivo pessoal de Maria Alves.

Maria Alves da Silva, 67 anos

A princípio uma militante urbana das causas da moradia e educação popular. Atualmente Maria Alves é agricultora, pedagoga e especialista em educação e agroecologia. Começa a se inserir no MST como educadora de EJA, no início do acampamento Camilo Torres e logo que chega em 2002 à área de recuo da Comuna da Terra Irmã Alberta, participa das oficinas de batucadas, noites culturais e rodas de samba do Bloco Unidos da Lona Preta. Maria Alves amplia sua atuação militante no setor de frente de massas e produção. Compõe o coletivo da direção regional, o Fórum Municipal de Agricultura e Abastecimento de

São Paulo. Esta viúva, mãe de um casal (Sidney e eu), avó de quatro netos, procura multiplicar os saberes da terra, os saberes da luta dentro e fora da Comuna. Maria Alves gravou a entrevista em sua casa, na Comuna da Terra Irmã Alberta, em 07 de janeiro de 2020. Em seus relatos, com riqueza de detalhes descreve as atividades da Unidos da Lona Preta, desde a fundação, até seu último desfile.

Nós começamos das incertezas, dos desafios... A gente passa pelos acampamentos e assentamentos com a batucada e percebo que é a forma como a gente consegue botar a companheirada, todo mundo a participar. É simples entender essa aderência, porque é uma coisa que os próprios acampados e todas as pessoas aqui das periferias possuem, que é essa riqueza cultural. Surgiu desse povo, esse povo que é alegre, faz batucada apesar do sofrimento, apesar de tudo, mas aqui todas as coisas que aconteceram, as adversidades da própria luta, de resistir em um acampamento, no barraco de lona, enfrentando frio, chuva, falta de água, luz, comida, mas eles não deixaram de manter a esperança, a alegria de tocar, de cantar Crianças acessando uma percussão, primeira vez que pega um instrumento fica encantado, fica feliz e saber que aquela coisa não tá nas mãos de alguém muito especial, mas tá na mão de todas as pessoas que pode, que tem que tá ali naquele coletivo. Um período que eu participei ativamente porque sentia que tinha também uma formação do próprio ser Sem Terra, quando chegou um determinado momento em que essa batucada começa a ser reconhecida, ele começa a ter orgulho de ser inclusive Sem Terra. [...] as pessoas são muito criativas, vão à luta, não se acomodam, muito ao contrário, se incomodam! Vai fazer samba sim, com tema interessante para formar a sociedade, que é essa sociedade fechada em umas coisas que já determinaram como coisa da elite, sendo que na cultura popular tem canções belas e que são essas canções que a gente acessa, se identifica. Agora eu penso que a gente deve

fortalecer cada vez mais os nossos grupos musicais, culturais, o samba como parte da nossa identidade e aqui nas periferias da capital, muito mais que a música sertaneja, porque é o samba que vai sim para as avenidas e praças para que a gente extravase toda essa pressão que vem em cima da classe trabalhadora de dentro para fora e de fora para dentro do acampamento (Maria Alves, 2019).

Figura 37 - João Campos e sua cuíca



Fonte: Arquivo pessoal de João Campos.

João Campos, 39 anos

João da cuíca é professor, agitador cultural, amante do samba e da cultura afro-brasileira. Foi um dos membros do coletivo da Direção Regional da Grande São Paulo, na época da fundação da Escola de Samba Unidos da Lona Preta. João - e mais tantos outros companheiros de luta - impulsiona as atividades político-pedagógicas do setor de cultura, em diálogo com o setor de formação do MST, a partir dos debates sobre a música não só como expressão artística, mas como importante ferramenta de articulação para organizar grupos, principalmente a juventude do MST. Atualmente, João Campos não faz mais parte do MST, mas se

dispõe a contribuir em todo o processo de continuidade das atividades da batucada dos Sem Terra, por acreditar no ineditismo, na indissociabilidade da formação das comunidades e as Escolas de Samba como espaços de reafirmação da identidade cultural da classe trabalhadora brasileira. João Campos é frequentador assíduo das rodas de samba de São Paulo e foi na tradicional esquina da Rua 13 de maio, no bairro do Bexiga, que eu e João Campos conversamos sobre a Unidos da Lona Preta, em 23 de agosto de 2019.

Eu acho que tem uma dualidade aí na Unidos, que ao mesmo tempo que ela cumpria muito esse papel de ser algo intrínseco ao projeto, um projeto de Comunidade, um projeto de território, a própria escola de samba é um projeto. Compara um bairro que tem escola de samba com um que não tem [...]. Eu não sou Weberiano, você não vai do mundo das ideias pra realidade, é o contrário, mas com certeza foi uma construção que surgiu desse processo de formação estadual da juventude do MST. [...] um processo muito marcante, porque foi logo no primeiro ano do governo Lula. Ou seja, a Unidos é produto, ela não é só produto, ela é também impulsionadora de maior expansão, de maior consolidação política da Regional. Eu olhando os dias de hoje, quando eu paro pra pensar na experiência organizativa que foi a Regional Grande São Paulo, naquele momento de ápice, eu não tenho dúvidas de que é uma experiência organizativa pra ser pensada, repensada, levada adiante. A gente foi muito visionário, a gente “tava” lá na frente (João Campos, 2019).

Julia Saragoça, 39 anos**Figura 38 - Julia Zanella Saragoça**

Fonte: Arquivo pessoal de Julia Saragoça.

Arquiteta, atriz, agitadora cultural, membra da ala de compositores da Escola de Samba Camisa Verde e Branco, também é uma das fundadoras da Escola de Samba Unidos da Lona Preta. Júlia compôs o coletivo do setor regional de cultura do MST na Grande São Paulo desde o início das Comunas da Terra e, por acreditar que as batucadas possuem uma dinâmica que permite o improviso, se dedica a trabalhar as atividades político pedagógicas do MST através do samba.

Possui vivência com as artes cênicas, também nas escolas de samba de São Paulo, e por isso empreende ao papel da arte e da cultura

a formação humana e engajamento político. Nos encontramos em sua casa, no bairro da Lapa, numa tarde de 26 de setembro de 2019 para conversarmos sobre a Unidos, a militância, os projetos de vida e a esperança em dias melhores, apesar do governo de Jair Bolsonaro.

Eu dava aula de teatro nos acampamentos e comecei a vir, com o tempo o Movimento começou a entender qual era a minha pegada de não ter como objetivo formar grandes atores, mas fazer um estudo e discutir algumas questões por uma via não formal. Então a gente fez, inclusive o primeiro texto, que foi sobre a família Abdalla, que era a família que era dona do Dom Pedro. Lembro que tinha uns textinhos sobre questões que envolviam a vida daquelas comunidades e para isso eu usava muitas peças do Brecht. Inclusive que foi um dos primeiros textos que fizemos. Então, fui convidada pra fazer parte do setor de cultura, a ideia era de contribuir na mobilização dos acampados. Então fui convidada a fazer parte do setor de cultura. [...] eu enxerguei uma forma de fazer meu trabalho só que agora pela via musical, o próprio formato escola de samba permitia que as atividades fossem mais perenes, se alguém faltasse dava para substituir, não dependia se o outro vai... Essa dinâmica da escola ela é muito menos ortodoxa, permite que a atividade fosse mais perene não fosse tão dependente do grupo (Julia Saragoça, 2019).

Figura 39 - Kennedy Alexandrino



Fonte: Arquivo pessoal de Kennedy Alexandrino.

Kennedy Alexandrino, 32 anos

Kennedy é agricultor e militante do Movimento Sem Terra. Chegou à Unidos da Lona Preta aos 16 anos e de lá pra cá, não deixou de acompanhar os passos ritmados desta ferramenta da luta, que veio a ser uma escola de engajamento, convivência, participação e atuação política. Este jovem assumiu o setor de cultura ainda quando era acampado na Comuna da Terra Irmã Alberta, por isso teve como tarefa militante contribuir com a articulação, planejamento e participação em todas as atividades da Unidos da Lona Preta.

Encontrei Kennedy durante a Feira Nacional da Reforma Agrária em São Paulo, em maio de 2018 e não perdi a oportunidade de solicitar a ele que me

contasse sobre sua própria experiência na Batucada, desde o Bloco até a fundação da Escola de Samba Unidos da Lona Preta; finalizamos seu relato em dezembro de 2019.

[...] sou assentado no assentamento Dom Pedro Casaldáliga, mas minha luta começou no acampamento Irmã Alberta e no período não tinha muito o que a juventude fazer e tal aí a gente reunimos e começamos a fazer algumas atividades culturais daí quando apareceu um dos acampados do outro acampamento que “tava” nessa mesma área chamada Camilo Torres, o Geraldão, Ele tinha algum conhecimento com bateria então ele aproveitou esse conhecimento que ele tinha e começou a ensinar a juventude a tocar alguns instrumentos e daí a gente começou pegar essa pertença pela música. Começou aprender um pouco a tocar, o pessoal pegou a pertença da música e daí a gente começou aprender para fazer música se reunir para fazer música. A partir dessa questão da música, a gente começou também a perceber um olhar mais clínico e mais crítico de como funciona a sociedade e tal. Como a gente começou a comparar uma formação para nós ali no acampamento e o que acessávamos na escola (Kennedy Alexandrino, 2019).

Militantes Urbanos – Batuqueiros

Figura 40 - Mestre Tiaraju
Pablo D´Andrea



Fonte:

<https://batucadaunidos.wixsite.com/unidosdalonapreta/imagens-da-batucada>.

Tiaraju Pablo D´Andrea, 39 anos

Professor, sociólogo, músico, militante e mestre de baterias. Morador da Zona Leste da Cidade de São Paulo, Tiaraju aceita o desafio de coordenar a sinfônica rítmica e humana da Escola de Samba Unidos da Lona Preta na segunda fase de sua composição. Atualmente, o Mestre Tiara se dedica a aprofundar as pesquisas sobre o samba, o carnaval e a formação dos sujeitos periféricos.

Tiaraju me concedeu uma entrevista sobre a Unidos em seu apartamento, após nossa reunião de planejamento da formação “Feminino e Subjetividade: mulheres no Samba”, com as passistas da Escola de Samba Nenê de Vila Matilde, em 06 de julho de 2019.

No carnaval começo em um bloco carnavalesco próximo da minha casa, que é o Mocidade Amazonense [...], mas eu sempre tinha uma ideia de que a gente poderia pensar o carnaval de uma maneira mais politizada e respondendo aos anseios do povo brasileiro, né?

Preocupado com os anseios mais profundos do povo brasileiro, eu falava da importância de um carnaval politizado, mas também da importância da gente vê as escolas de samba como um lugar onde o povo organicamente se organizava. Porque a esquerda pequeno burguesa sempre teve muito preconceito com escola de samba, então eu achava que existia um desconfiança mútua de ambas as partes [...] sabendo de toda essa minha preocupação, João Campos chega em mim e fala: Olha a gente tá organizando uma escola de samba no MST, que chama Unidos da Lona Preta e a gente gostaria muito que você participasse.

“Olha que interessante, uma escola de samba dentro do Movimento Sem Terra” (Tiaraju P. D´Andrea, 2019).

Figura 41 - Sandro Barbosa**Sandro Barbosa de Oliveira, 41 anos**

Professor e militante social na Zona Leste da Cidade de São Paulo, ex-componente da bateria da Escola de Samba Gaviões da Fiel. Tocava agogô e atualmente dá aulas na área das Ciências Humanas. Doutor em economia política pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp é componente da coordenação da Unidos da Lona Preta, a partir de 2008.

Sandro Barbosa esteve sobrecarregado durante o ano de 2018, devido sua qualificação do doutorado, em 2019 foi até o México, impossibilitando nosso encontro e um tempo dedicado apenas à entrevista e coleta de dados, por isso trocamos mensagens e poucas vezes

Fonte:

<http://www.web2.vidanosul.com.br/?p=2151>

nos falamos por telefone. Por fim, Sandro Barbosa sistematizou todas as questões apontadas por mim, em um e-mail enviado em agosto de 2019.

Comecei a participar da Escola de Samba Unidos da Lona Preta em julho de 2008 a convite do amigo e parceiro Tiaraju D'Andrea, já que tínhamos uma vivência e experiência nas escolas de samba de São Paulo. Essa inserção ocorreu com o objetivo de retomar as atividades da Unidos, mas a partir de um novo processo de formação de batucada, política e cultural. Para minha trajetória foi muito enriquecedora a experiência, pois pude contribuir com a construção de uma escola de samba em um dos principais movimentos sociais da América Latina e do mundo – o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST [...] Minha participação na ULP foi desde batuqueiro de caixa e agogô, de membro da coordenação, de formador e educando também. Ajudamos a organizar a escola, a realizar a formação política e cultural, a viabilizar os desfiles e adereços, e a mobilizar os aliados e assentados para a participação nesse processo de “debatecombatucada” que ocorriam aos domingos antes dos carnavais (Sandro Barbosa, 2019).

Figura 42 - Patrícia Tavares**Fonte:**

<https://batucadaunidos.wixsite.com/unidosdalona Preta/imagens-da-batucada>.

Patrícia Tavares, 36 anos

A companheira Patrícia, ainda no período da pós-graduação na Unicamp, começa a participar dos encontros e ensaios da Unidos da Lona Preta, por aproximação e apadrinhamento da Batucada Pública de Campinas, militância no Movimento Nacional das Fábricas ocupadas. Em tantos momentos marcantes, Patrícia se recorda que em 2011, quando estava sendo escrito o samba enredo “Plantar o pão, colher a vida – Para o mundo se alimentar sem veneno”, participa das oficinas de escrita do samba enredo e depois da construção rítmica. Patrícia têm uma rotina com múltiplas tarefas, entre os cuidados e

acompanhamento da filha Nina, a edição do jornal do bairro e o atendimento do restaurante da família na Vila Anastácio em São Paulo, mas não deixou de contribuir com este trabalho, no sentido de me relatar pessoalmente durante uma viagem de trem (da estação Domingos de Moraes, até a Barra Funda), sua inserção na Unidos da Lona Preta, em 04 de outubro de 2019.

Iniciei tocando caixa, meu instrumento de formação, pouco tempo depois fiz parte do naipe de surdistas, tocando surdo de terceira. Já para o segundo ano, eu e o time de Campinas passamos a atuar mais próximo, contribuindo na organização da Unidos. Fui ritmista de uma batucada em Campinas que fez parte da fundação da ULP, a Bateria Pública. Nesse momento de fundação da ULP eu ainda não era ritmista da Bateria Pública. Além disso, fiz parte da assessoria técnica de formação da cooperativa de construção civil, que finalizou a obra das casas na Comuna Urbana Dom Helder Câmara. Os futuros moradores da Comuna estavam acampados e foi nesse acampamento, que aconteceram meus primeiros ensaios [...] eu e mais três ritmistas que haviam feito parte da bateria pública. Isso foi no final do ano de 2010. Comecei a participar dos encontros e ensaios no momento em que estava sendo escrito o samba enredo do carnaval de 2011. O Enredo para 2011 foi “Plantar o pão, colher a vida – Para o mundo se alimentar se veneno”. Participei das oficinas de escrita do samba enredo e depois da construção rítmica. Iniciei tocando caixa, meu instrumento de formação, pouco tempo depois fiz parte do naipe de surdistas, tocando surdo de terceira. Já para o segundo ano, eu e o time de Campinas passamos a atuar mais próximo, contribuindo na organização da Unidos (Patrícia Tavares, 2019).

Figura 43 - Suelen e seu filho Gabriel.



Fonte: Arquivo pessoal de Suelen Cristina Silva.

Suelen Cristina Silva, 32 anos

Acompanhando a dinâmica das Escolas de Samba de Campinas, Suelen Cristina chega até às formações da Unidos da Lona Preta através da Batucada Pública, quando um time de ritmistas e estudantes da Unicamp participam assiduamente de todos os processos de planejamento, ensaios e apresentações da Unidos da Lona Preta. Suelen sempre trazia aos ensaios e apresentações seu filho Gabriel, que também tocava repinique. Ela, mãe, mulher periférica, em diversos momentos assumiu o posto de mestra de baterias, enchendo de orgulho e esperança a ala feminina da batucada. Suelen

participa das entrevistas à distância, por mensagens e ligações telefônicas durante os meses de março, abril e maio de 2019.

Eu comecei na batucada, tinha uma escola de samba no meu bairro e eu queria tocar surdo e eu fui pedir para poder trocar e disseram que mulher não podia tocar surdo, Falaram pra mim e minha amiga, que mulher não podia tocar surdo, porque é muito pesado. Daí participamos como integrante [...]. Hoje em dia essa escola de Samba nem existe mais, que era Leões do Padre Anchieta. E aí teve um projeto do pessoal do da bateria pública, dos estudantes da Unicamp e nesse ano que eu quis tocar, eles vieram aqui para escola Leões e fizeram uma aula de tamborim e desfilaram, depois de algum tempo nos aproximamos da Unidos da Lona Preta e doamos alguns instrumentos. Penso que manter a organização de uma escola de samba contribui para os debates sobre política e os nossos direitos (Suelen Cristina Silva, 2019).

**Figura 44 - Glaucia
Mendonça**



Fonte: Arquivo de Glaucia Mendonça.

Glaucia Mendonça, 30 anos

Funcionária pública, educadora, moradora e militante social na cidade de Cajamar, chega à Unidos da Lona Preta através do vínculo de parceria e solidariedade com os moradores do acampamento Irmã Alberta. Durante o planejamento do Movimento de Juventude de Cajamar, movimento em que Glaucia atuava, ela participa de muitos momentos com o MST e entre ocupações e seminários, reconhece na Unidos da Lona Preta um espaço para pensar no “ser” como parte de um processo de resistência da luta por terra e moradia, respeito e igualdade social.

Glaucia Mendonça me concede uma entrevista durante a reunião da Unidos da Lona Preta em 11 de maio de 2019.

Estamos em um processo de aprendizagem, cada um tem um pouco para ensinar, e um pouco para aprender [...] significa pensar no ser como parte de um processo de resistência da luta por moradia, respeito e igualmente social. Aprendemos ritmo, tempo, organização, companheirismo e compromisso com o outro (Glaucia Mendonça, 2019).

Figura 45 - Janily Noronha

Fonte: Arquivo pessoal de Janily Noronha.

Janily Noronha, 38 anos

Batuqueira e puxadora de samba, Janily chega à Unidos através do Movimento de Juventude de Cajamar onde permanece tocando caixa até o fim das últimas apresentações. Atualmente se dedica no acompanhamento dos ensaios e apresentações da G. R. C. Locomotiva do Samba.

Janily Noronha respondeu ao questionário via mensagens no celular e em seguida sistematizou um relato sobre sua participação na Escola de Samba Unidos da Lona Preta via e-mail, em 12 de outubro de 2019.

[...] Sempre amei o MST e com a ideia de convidar alguns jovens da comuna da terra Irmã Alberta para participarem do movimento da Juventude de Cajamar onde era vice presidente ,fui até o assentamento que rolava um ensaio da ULP .Quando meus olhos brilharam e notada por um semblante emocionado fui convidada por um dos mestres da batucada para tentar tocar o instrumento caixa .Como quem havia nascido para isso abusada aceitei ,e dentro de erros e acertos desenvolvi ,e quando percebi lá estava eu integrante da mais importante escola de samba da minha vida .Eu que sempre amei o carnaval ,sendo passista de biquíni por todas as escolas por onde passei e ali, sem destaque ou rainhas, todos eram Reis eu logo me apaixonei e fiquei (Janily Noronha, 2019).

INSTRUMENTOS

Contamos com 8 surdos, sendo:

4 surdos de primeira

4 surdos de terceira

Caixas: 12

Tamborins: 06

Chocalhos: 04

Demais instrumentos de agitação e propaganda

1 estandarte

1 bandeirão

1 Cd gravado

Vídeos na internet

<https://www.youtube.com/watch?v=8G6Zredm3qk>

<https://batucadaunidos.wixsite.com/unidosdalonapreta>

<https://mst.org.br/2014/02/06/confira-novo-samba-enredo-da-unidos-da-lona-preta/>

<https://mst.org.br/2015/01/29/confira-samba-enredo-2015-da-unidos-da-lona-preta/>

<https://www.youtube.com/watch?v=kQT-fHyYd0g>

<https://mst.org.br/2015/02/20/unidos-da-lona-preta-mst-10-anos/>

https://www.youtube.com/watch?v=aTk_4rm7QD8

<https://www.youtube.com/watch?v=AQ-mRLTrGdw>

<https://www.youtube.com/watch?v=bcn4e9w0D1c>

<https://www.youtube.com/watch?v=mPO30XKs2f4>

https://www.youtube.com/watch?v=plg2M7-_1E

<https://mst.org.br/2014/03/06/unidos-da-lona-preta-agita-carnaval-de-sao-paulo/>

<https://vimeo.com/20569594>

2. Sistematização da práxis da Unidos da Lona Preta

Importante descrever o desenvolvimento desta experiência de Escola de Samba e de engajamento, primeiro como Bloco Unidos da Lona Preta, na tentativa de seguir a ordem cronológica dos acontecimentos, seguindo o percurso das atividades político-pedagógicas e culturais, que se resumem em rodas de

batucadas semanais, estudos sobre letras de sambas e encontros formativos, de planejamento e realizações das atividades.

Lanço mão dos depoimentos coletados durante a pesquisa e logo em seguida recorreremos às conexões sobre a intencionalidade de cada ação. O objetivo é evidenciar os resultados alcançados no decorrer dos dez anos de experiência desta Escola de Samba (entre os anos de 2005 a 2015).

Foram feitas muitas entrevistas e dentre elas selecionei 13 depoimentos obedecendo os critérios de aproximação, acompanhamento e participação com a experiência dos 10 anos da Escola de Samba Unidos da Lona Preta.

Esta sistematização está dividida em tópicos que iniciam com a origem das batucadas na Comuna da Terra Irmã Alberta, o diálogo entre os conteúdos formativos, o processo de composição dos sambas enredo e, por fim os sentidos e limites da formação militante-folião.

3. Arte politizada e Congraçamento militante

A metodologia experimentada na Escola de Samba aprofunda a construção de um processo intenso de compartilhamento de informações, organização e autogestão, concomitantemente às atualizações da pedagogia do MST; a Unidos da Lona Preta nasce nos primeiros meses de ocupação do Acampamento Comuna da Terra Irmã Alberta. Nesta área da antiga Fazenda Ithayê permanece a terceira área organizada pelo MST, na Regional da Grande São Paulo, a única área sem a ameaça de despejo naquele ano de 2002, por isso juntamos os acampamentos Irmã Alberta, Camilo Torres e Dom Pedro Casaldáliga em uma parte da área reservada para o “recuo” e acolhida das famílias despejadas dos outros acampamentos, até que as decisões judiciais sejam concluídas, possibilitando a legalização das terras reivindicadas pelos Sem Terra para a Reforma Agrária. Assim, as famílias retornam para seus acampamentos de origem e iniciam o processo de assentamento definitivo.

Mestre Geraldo é uma das pessoas que sofrem o despejo do acampamento Camilo Torres, na Fazenda São Luiz, em Cajamar e, portanto, ao chegar a uma área com muitas famílias acampadas e à espera das decisões políticas e judiciais sobre os rumos de suas vidas, resta a militância que coordena os acampamentos pensar atividades de socialização, confraternização, formação e

organização, ao passo que Mestre Geraldo se destaca por demonstrar seus conhecimentos com música, desenvolvendo para ensinar percussão e destreza como mestre de baterias.

Mas Geraldo também sofria com problemas de alcoolismo e em consequência de alguns episódios de desobediência às regras do acampamento, neste caso a entrada de bebidas e abuso de álcool, o que é proibido nos acampamentos, a militância responsável por coordenar, zelar pela disciplina, respeito às normas e regras do acampamento relata alguns casos recorrentes com o Mestre Geraldo, desta forma a coordenação e direção do acampamento decide por aplicar uma “pena” pedagógica para que Geraldo assumisse as oficinas de batucada com a juventude do acampamento. O objetivo era preencher o tempo ocioso dos jovens e adolescentes acampados, assim como incumbir à Geraldo a responsabilidade por organizar a principal atividade cultural do acampamento. De acordo com o relato de Kennedy Alexandrino, o mestre Geraldo repassava seus conhecimentos enquanto batuqueiro aos demais companheiros

[...] então ele aproveitou esse conhecimento que ele tinha e começou a ensinar a juventude a tocar alguns instrumentos e daí a gente começou pegar essa pertença pela música. Começou aprender um pouco a tocar, se reunir para fazer música [...]
(Kennedy Alexandrino, 2019).

Kennedy Alexandrino Rodrigues foi um dos acampados que participou de todo o processo de consolidação da Regional Grande São Paulo. Quando chegou ao acampamento Irmã Alberta com dezesseis anos de idade, logo se insere nas primeiras atividades da batucada, participa da fundação da Escola de Samba Unidos da Lona Preta e conta que entre uma atividade cultural e outra, as rodas de samba ganhavam maior destaque, porque a maioria dos acampados participavam.

Maria Alves faz parte do coletivo da Direção Regional – DR na Grande São Paulo, atua no MST desde o início das ocupações na região e, portanto, descreve a articulação para juntar a juventude, no sentido de inserir o maior número de acampados para a realização dos ensaios e oficinas da Escola de Samba no acampamento Irmã Alberta.

Figura 46 – Apresentação Unidos na Escola Nacional Florestan Fernandes



Fonte: Site da Escola de Samba, 2011. Disponível em: <https://batucadaunidos.wixsite.com/unidosdalonapreta/imagens-da-batucada>.

Sobre as convocações para a batucada, Maria Alves explica que não havia nenhuma formalidade, mas optavam por dinâmicas mais objetivas, no sentido de fomentar a convivência, o encontro, o espírito do coletivo:

Então a gente marcava o dia da oficina na reunião, depois os coordenadores repassavam de barraco em barraco para chamar o pessoal para participar. A organização dessas oficinas, aconteciam às tardes, já aconteceu a noite, mas sempre aos fins de semana fazíamos umas noites culturais, ao final de cada oficina, inserindo às atividades, uma espécie de cine-debate, que nada mais eram as exibições de filmes como Tapete Vermelho, Olga Benário, Narradores de Javé, entre outros [...] ao fim da exibição fazíamos rodas de conversa sobre o teor social e político do filme e pra fechar a noite, sempre rolava uma roda de samba com fogueira (Maria Alves, 2019)

De animadores do debate, para provocadores da “dialogocidade”, assim se desenvolve coletivamente um olhar mais atento e crítico sobre a dimensão ética e estética de um processo que mais tarde se tornaria uma das principais

ferramentas político-pedagógicas de agitação e propaganda do MST, através da Unidos da Lona Preta, como descreve Mauro Evangelista (2019):

Começou numa boca de noite, mais ou menos... O Mestre Geraldo estava sozinho no barraco dele, ele tinha um tam tam, daquele tam tam a gente encostou para perto e ficou ouvindo. Dali sei que foi rendendo, depois apareceu um tambor, uma bacia velha. Eu lembro que veio um rapaz e disse: eu tenho um triângulo... “vai buscar”. Não sei se foi no dia seguinte, ou dois ou três dias depois, a gente começou a se reunir lá em cima na entrada, que era o Barracão da Cultura... E aí começou um bate lá um bate cá, mais na parte da tarde tardezinha e eu lembro que aí, eu lembro bem que aí um dia a gente saiu na rua batendo tambor nessa estrada, batendo um tambor, o Mestre Geraldo na frente com repilique e toda hora olhava para trás pedindo para a gente entrar no ritmo era para fazer um samba só, não era dois, nem três sambas e a gente respondia, mas a gente não sabe, a gente tá batendo aqui que vem na cabeça e foi andando, andando e mais para frente Já começamos a reunir um pouco mais de gente que já começamos uma coisa um pouco mais... Como se fosse mais organizada, já com aquele compromisso da gente dia sim um dia não a gente tá naquilo e daí surgiu... (Mauro Evangelista, 2019)

Intrínseco ao processo de territorialização do MST na Grande São Paulo, as entrevistas revelam o caráter organizativo e formativo da Unidos da Lona Preta imbricado ao projeto das Comunas da Terra, como explica João Campos:

Escola porque a gente não pensava só. Eu lembro de uma frase do Donizete [...] quando eu fui acampar o Donizete era o coordenador do acampamento e eu nunca esqueci isso. No dia em que eu estava com medo, tava vendo assombração no barraco, foi passar a ronda [...], ele passou a madrugada inteira conversando comigo, falando: João Isso aqui é uma grande escola sem Professor. Eu nunca esqueci essa história, essa fala e aos poucos eu fui percebendo que não era uma escola, eram muitas escolas, eram muitas escolas ali: Escola de produzir, para quem era apaixonado pela terra, ou se “reapaixonava” pela terra. E também via quem trabalha na terra [...] a gente tinha uma proposta muito avançada para o nosso tempo, a gente poderia desenvolver, se o INCRA tivesse realmente uma política de Reforma Agrária, a gente podia desenvolver uma política de tecnologia e olha que as coisas sempre esteve ligado a questão das tecnologias: lotes pequenos, coletivizados, quebra um atravessador e consegue dialogar fazendo essa relação com centros urbanos. Isso é Mao Tse Tung, só que numa versão indiana²⁶ (risos) (João Campos, 2019).

²⁶ A versão indiana, a que João Campos se refere, é devido a contribuição militante de um dos antigos dirigentes do MST na Grande São Paulo, de nacionalidade indiana, que por durante anos

Neste depoimento, João Campos descreve a estratégia da Unidos da Lona Preta, totalmente vinculada à dinâmica do próprio Movimento e, portanto, compõe as pautas internas da militância da Regional Grande São Paulo e para além do MST, amplia o espaço de atuação da própria Escola de Samba, levando também nossos símbolos, cores, mensagens para o maior número de pessoas possível, abordando a temática e importância da luta pela terra e Reforma Agrária.

A gente passou 15 dias trancado, tendo oficina com a Cia do Latão, com tudo o que você possa imaginar com o que tem de melhor no teatro, do cinema, da música. Produzindo, primeiro a gente, no núcleo mais reduzido, depois pensando no processo estadual/nacional.

Aí, que a região foi falando: ôpa, perai, que tem um trabalho com a juventude. Era o início do governo Lula, hora da ofensiva, hora da gente colocar o time em campo e fazer... Essa batalha cultural, que os “olavistas” dizem que estão fazendo, a gente também falou: “vamos fazer ela”. A gente vai “bater de frente” contra tudo que é de direita. E mesmo com o que é meio de esquerda e não é de esquerda (João Campos, 2019).

O relato de João Campos evidencia a proposta de uma Escola de Samba que se propõe a romper com a lógica da produção artística que se volta ao mercado de entretenimento, aproximando os ideais socialistas, de revolução cultural a partir desta experiência de Escola de Samba engajada politicamente.

O primeiro samba-enredo da Unidos tem como mensagem a legitimidade da existência do Movimento Sem Terra e as marcas da criminalização, fomentadas pelo discurso midiático atacando diretamente a organização popular em luta pela conquista do direito à terra.

O Hino da Unidos da Lona Preta faz parte da mística de apresentação desta escola, pois guarda a referência histórica de sua fundação:

*Povo sem terra
povo de qualidade
lutando pela igualdade
que o capitalismo tirou*

*Sem essa de agronegócio
nós não gostamos do ócio
somos povo de valor*

*Reforma agrária é nosso direito
não tenha preconceito
somos povo trabalhador
Comunidade
construindo sociedade
lutando pela igualdade
essa Luta nos levantou...*

*Chegou pra dar a letra
somos Unidos da Lona Preta
não adianta fazer careta
somos Unidos da Lona Preta.*

(pelo menos dez anos) participou da gestão e planejamento do projeto das Comunas da Terra. Por falta de autorização, não divulgaremos seu nome aqui neste trabalho.

Hino da Unidos da Lona Preta. Composição coletiva. Carnaval 2004

Iniciamos os ensaios do Bloco Unidos da Lona Preta com os acampados da Comuna da Terra Irmã Alberta, onde chamávamos todos a participar sem qualquer distinção de idade, níveis de aprendizado ou prática percussiva, assim formávamos grandes rodas na área social e aprendíamos a batucar com Mestre Geraldão.

João Campos, um dos principais incentivadores para a fundação de uma Escola de Samba do MST, descreve alguns objetivos iniciais da organização das rodas de samba, como surgiu a ideia de transformar os momentos de encontro com a juventude no acampamento Irmã Alberta em ferramenta de formação e mobilização para as lutas do Movimento através da Unidos da Lona Preta:

A gente queria realizar isso, de misturar a transgressão, a subversão, pegar o que tem disso no folgado popular e trabalhar com isso. E fazer chegar com isso naquelas pessoas que não discutiam em tudo o que o Movimento oferecia, que não era pouca coisa. Mas a gente percebia essa demanda, que a gente tem que ter outra sacada, até porque veio também um movimento nacional (João Campos, 2019).

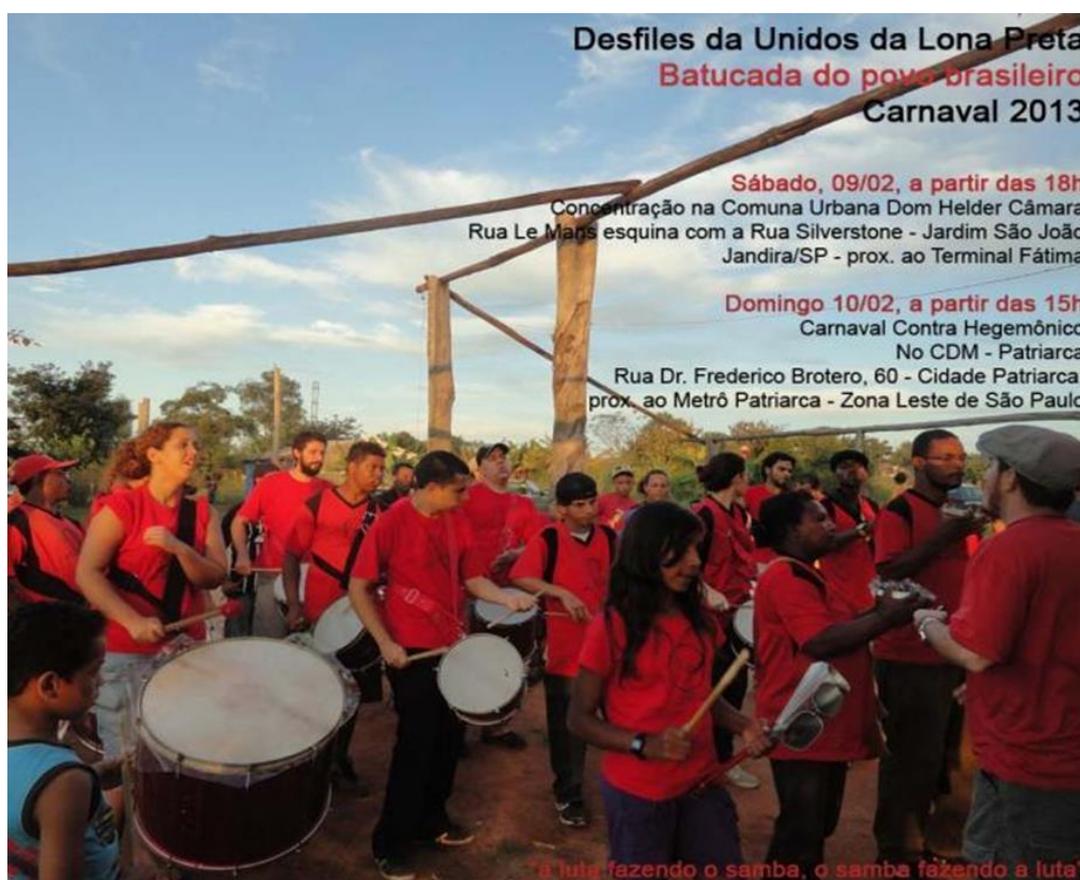
João recorda que, em diversos momentos, sentia que o espaço de formação da militância apresentava alguns limites na forma e conteúdo e a roda de samba superava esses limites, na questão da aderência, permanência e continuidade dos debates, até as aspirações de uma revolução cultural, quando dispensava métodos de estudos que se baseavam em aulas expositivas, sistematizações, avaliações, sem abertura para potencializar a criatividade.

Do contrário, a Unidos da Lona Preta é o espaço de proposição, contribuição e participação. São rodas de conversa que oportunizam trocas de informações sobre as pautas do Movimento, fazer o levantamento de como essas pautas se inserem às reuniões do acampamento, e por fim, pensar como construir um carnaval a partir do tema da pauta em questão.

Fizemos um primeiro desfile na estrada de acesso à Comuna da Terra Irmã Alberta em 2004. No ano de 2005, ainda como Bloco, a Unidos participa da Marcha Nacional do MST. João Campos conta que a preparação para a grande

Marcha é uma das mais importantes participações da Unidos da Lona Preta, em um evento nacional do MST: começa com uma “Formação de Formadores”, ou seja uma metodologia de formação que preparou a militância que atua diretamente nos acampamentos, para que as oficinas tenham continuidade e que possa inserir o maior número de pessoas possível, tratando de definir a forma e o conteúdo das apresentações durante a Marcha e realizando ensaios e oficinas nos espaços do MST da Grande São Paulo.

Figura 47 – Convite virtual para o Carnaval 2013



Fonte: MST, 2013. Disponível em: <https://mst.org.br/2013/02/08/unidos-da-lona-preta-faz-carnaval-contra-hegemonico-em-sao-paulo/>.

Após intensificarmos as apresentações, firmamos uma importante parceria entre os irmãos e músicos Renato e Ronaldo Gama, que começam a ensinar ritmo e percussão aos moradores das Comunas da Terra nos acampamentos da Grande São Paulo, lembra Wellison Soares.

Na época (meados de 2005), Wellison era um dos jovens que se inseria às atividades do setor de cultura, mais especificamente à batucada da Unidos da Lona Preta, assumindo o repinique e compondo a coordenação da Unidos. Wellison relembra os desdobramentos da Unidos, em pleno período de mudança dos acampamentos Camilo Torres e Dom Pedro Casaldáliga, quando aos fins de semana, recebíamos os irmãos Renato e Ronaldo em meados de 2008. A coordenação do bloco se reúne e decide promover espaços de oficinas de percussão para que mais pessoas participem deste espaço, pensando a Unidos para além da juventude, para além de um bloco carnavalesco e para além do MST, observando a necessidade de inserir ativistas políticos e militantes de outros movimentos e entidades da região (campo e cidade).

Sobre as atividades político-pedagógicas desta Escola de Samba, Glaucia Mendonça (2019) lembra que “aprendemos ritmo, tempo, organização, companheirismo e compromisso com o outro” e ainda continua seu depoimento detalhando o processo de organização dos espaços de formação:

O processo de organização se dá em encontros de formação, e reunião, com todos os componentes ou na sua maioria, para discutir melhorias e ações nas apresentações. Cada integrante tem um papel importante, desde aquele que puxa o apito, até o que fica de fora ajudando na organização do espaço (Glaucia Mendonça, 2019).

Neste depoimento, fica claro que para esta Escola de Samba, o mais importante é o processo de construção, que começa com a articulação, organização dos naipes de instrumentos, que facilita a formação de grupos de trabalho por afinidades, onde “existe os momentos de união, onde um ajuda o outro, que está com dificuldade em tocar algum instrumento. Tem os momentos que nos sentamos para comemorar as apresentações”, explica Glaucia.

As letras de sambas eram impressas e distribuídas aos componentes das oficinas, e ao perceber a potência da música, para articular pessoas, fomentar debates e a formação política, Júlia experimenta atividades alusivas aos “Círculos de Cultura”, a partir de temas geradores, que permeiam a vida e a dinâmica dos sujeitos periféricos, no contexto da ocupação de terra.

Ao descrever a forma e o conteúdo das oficinas e ensaios, Julia conta que em parceria com João Campos planejavam todas as atividades do setor de

cultura, principalmente as formações da Unidos da Lona Preta. Ela lembra que nas primeiras oficinas sobre música, Julia e João conseguiram trazer para o acampamento uns 20 Cds com os clássicos do samba, para que os jovens pudessem reconhecer algumas músicas e conhecer novas canções, e assim esse exercício de ampliação do repertório pudesse contribuir para despertar o interesse em compor novas letras, tanto quanto em participar sempre destes momentos de encontro com formação.

Todo mundo gosta de samba, conhece um samba aqui, outro lá... conheciam sambas de amor, mas a gente vinha com outra camada, sobre samba de trabalho, sobre trabalhador, enfim, outros temas. E a galera começou a se interessar e ouvir samba.

[...] tinha muita gente, que inclusive não participava, não fazia as atividades da Unidos, mas estavam ali só pra ouvir, que a gente achava interessante isso. E mostrava também que a gente não tava trabalhando só dentro do nosso setor, que tava atingindo outras camadas de pessoas, ali do Movimento, né?

As primeiras atividades eram essas, de ampliação do repertório, a gente vinha com as letras impressas pra galera ler, conhecer a letra, ouvir várias vezes e aí tentar acompanhar com a batucada e tal...

Era um samba punk muito louco, mas era o que... Né? Ninguém sabia tocar nada [...] era isso, se familiarizar com o instrumento, perder a vergonha de tocar em público, tocar mesmo, cantar, escrever uma letra. Fizemos uma oficina de composição do hino e como que ia ser e cada um deu um pitaco e colocou um verso (Julia Saragoça,2019).

Entre uma produção ou outra produção de letras, Julia Saragoça e João Campos ficavam responsáveis em organizar os materiais das formações culturais, assim como as oficinas de batucada, retomando a história de outras experiências de Escolas de Samba contra hegemônicas, como no caso da GRES Quilombo descrito por Júlia, Tiaraju, Sandro Barbosa e João Campos. Júlia Saragoça recorda que “a primeira atividade da Unidos ele leu o Manifesto do Grêmio Recreativo Escola de Samba Quilombo”.

Estou chegando...

Venho com fé. Respeito os mitos e tradições. Trago um canto negro. Busco liberdade. Não admito moldes.

As forças contrárias são muitas. Não faz mal... Meus pés estão no chão. Tenho certeza da vitória.

Minhas portas estão abertas. Entre com cuidado. Aqui, todos podem colaborar. Ninguém pode imperar.

Teorias, deixo de lado. Dou vazão à riqueza de um mundo ideal. A sabedoria é meu sustentáculo. O amor é meu princípio. A imaginação é minha bandeira.

Não sou radical. Pretendo, apenas, salvaguardar o que resta de uma cultura. Gritarei bem alto explicando um sistema que cala vozes importantes e permite que outras totalmente alheias falem quando bem entendem. Sou franco-atirador. Não almejo glórias. Faço questão de não virar academia. Tampouco palácio. Não atribua a meu nome ao desgastado sufixo ao. Nada de forjadas/malfeitas especulações literárias. Deixo os complexos temas à observação dos verdadeiros intelectuais. Eu sou povo. Basta de complicações. Extraio o belo das coisas simples que me seduzem.

Quero sair pelas ruas dos subúrbios com minhas baianas rendadas sambando sem parar. Com a minha comissão de frente digna de respeito. Intimamente ligada às minhas origens.

Artistas plásticos, figurinistas, coreógrafos, departamentos culturais, profissionais: não me incomodem, por favor.

Sintetizo um mundo mágico.

Estou chegando....

A Unidos da Lona Preta então, desde sua origem, reverencia uma das mais importantes experiências da história do samba. Júlia explica que “essa criação do Quilombo tem a ver com a contestação da forma como as escolas de samba estavam se transformando no carnaval com objetivos outros que não eram os originais”, ao se posicionar contra o processo de mercantilização das festas populares, em particular o carnaval.

Retomar o histórico do GRES Quilombo evidencia o caráter dialético da metodologia da Escola de Samba Unidos da Lona Preta, por compreender que independente das inovações propostas por esta formação político-pedagógica, há no percurso da cultura popular os vestígios do trabalho, o envolvimento comunitário, a resistência cultural e identitária, que dialoga diretamente com os sentidos objetivos e subjetivos da experiência da Unidos da Lona Preta.

Figura 48 – Oficina de batucada na Ciranda Infantil.

Comuna da Terra Irmã Alberta



Fonte: Prefeitura de São Paulo, out. 2009. Disponível em: <http://spcultura.prefeitura.sp.gov.br/projeto/1425/>.

Julia Saragoça, ao confirmar a relação íntima entre a fundação da Unidos da Lona Preta, como legado da GRES Quilombo, relembra uma importante atividade no início da Escola de Samba dos Sem Terra, quando coletivamente escrevem o samba em memória dos companheiros tombados no massacre de Eldorado dos Carajás.

Massacrados de Eldorado dos Carajás – Samba enredo 2006

*Reza a lenda
Que a fazenda macaxeira
Era produtiva
Mas... era mentira!
Na fazenda não tinha alma viva
E o Sem Terra resolveu ocupar*

*E na fazenda foram acampar (Planta aqui, planta ali, planta lá)
No dia 17 de abril
Entre Paraopeba e Marabá
Mil e quinhentos sem-terra
estavam em marcha no estado do Pará (Mas pediram pra parar)*

*Laiá lalalaia
Ninguém esquece
O massacre que aconteceu
Na curva do "S": Major Oliveira e 70 polícias*

*Resolveram esperar Coronel Pantoja chegar
com mais 85, para chapa esquentar*

*Em Eldorado dos Carajás
Em Eldorado dos Carajás
Foram mais de cem feridos
Os massacrados e mutilados feridos,
furados caídos,
pisados e amontoados
num caminhão*

Tiaraju explica a legitimidade da proposta do samba, como base das formações no MST da Grande São Paulo, por se tratar de um Movimento em uma determinada região, com o protagonismo dos sujeitos periféricos, sendo esta identidade coletiva no MST da Grande São Paulo, colada à identidade do samba, como bem descreve o mestre Tiarajú:

Eu não posso falar que o samba representa a zona rural, porque não é verdade. Eu acho que a gente tem multiplas expressões musicais no Brasil, todas elas com a sua importância, principalmente classe popular, então o caipira tem sua importância, o sertanejo tem sua importância. Em Pernambuco vai ser outra coisa, no Maranhão vai ser outra coisa, em Goiás vai ser outra coisa, mas populações urbanas, de grandes centros urbanos, do nordeste, notadamente São Paulo e Rio de Janeiro, o samba ele tem uma importância fundamental, na socialização, na identidade de classe, conscientização, no pertencimento. As pessoas ouvem samba desde a sua mais tenra infância, as pessoas se identificam com aquilo, as pessoas se sentem pertencentes a uma comunidade por meio do samba, as pessoas relembram sua africanidade, as pessoas percebem o caráter, o seu pertencimento a uma classe social a partir do samba [...] (Tiaraju P. D'Andrea, 2019).

Neste sentido e detalhando um pouco mais, Maria Alves conta que “não se tratava somente da questão agrária, mas não dá para falar da história do Brasil sem tratar da Reforma Agrária, assim como é impossível trabalhar os temas da luta pela terra, sem antes repassar a limpo a história do Brasil”. Quando ela faz a relação do método de estudos sobre letras de sambas, que geram debates e novas letras de sambas, conclui que é uma forma e um conteúdo muito potente, principalmente para trabalhar aprendizados úteis para a classe trabalhadora periférica. E como não relacionar Paulo Freire, os Círculos de Cultura, Palavras Geradoras e a Pedagogia do Oprimido, sem identificarmos tudo isso no cotidiano das formações, oficinas e apresentações da Unidos da Lona Preta?

Um “olhar de fora”, a partir dos relatos de Patrícia Tavares e Suellen Cristina, nos faz compreender a real dimensão dos esforços em aproximar trabalhadores do campo e da cidade, quebrando “barreiras e estigmas com uma linguagem que todos falam com fluência: o samba”, nas fortes palavras de Patrícia Tavares:

A grande diferença que pude perceber com a experiência da Unidos foi a capacidade de integrar as pessoas que vivem nos assentamentos/acampamentos em áreas urbanas ou muito próximas de grandes cidades. Tanto em Campinas, quanto em Jandira (Região da Grande São Paulo: Santana do Parnaíba, Franco da Rocha, Perus), os assentamentos enfrentam grandes dificuldades para atuar com uma proposta de produção agrária, já que essas regiões são ligadas à cidade que exerce grande poder atrator, principalmente para os mais jovens.

A criação de uma Escola de Samba criou então uma possibilidade de envolver-se com uma atividade militante fora da lógica de produção (seja na terra, seja na cidade), incorporando um elemento da cultura popular, que em São Paulo toma contornos rurais em sua formação, mas que no entanto está hoje massivamente presente nas grandes cidades. Era a ligação ideal para também aproximar esse debate bastante avançado no Campo, para a realidade no maior centro urbano da América Latina. Conseguir transitar do acúmulo do Movimento no campo para a cidade, precisava de uma mediação. A Unidos cumpriu esse papel. Tanto para os assentados, como ritmista, mas também a frente das atividades, apresentações, desfiles; como também para aproximar aqueles que vivem na cidade e não conhecem o movimento (Patrícia Tavares,2019).

As mediações citadas por Patrícia representam a capacidade da Unidos da Lona Preta em penetrar e se inserir em espaços até então alheios à luta do MST (ruas e praças públicas nos Centros de São Paulo e Jandira, noites culturais nas Universidades USP e PUC, alguns bairros da periferia de Cajamar, Festival de RAP da Fundação Casa, Final do Torneio de Futebol de Rua, entre tantos fora das Comunas), mas que “através de aspectos pedagógicos e formais e não formais que permite abordagens de temas caros aos movimentos sociais”, assim:

A Unidos assume então um espaço formativo, onde seus participantes partilham saberes e trocam suas experiências em narrativas que se transformam em poesia, em ritmo. Dito de outra forma permite que pessoas de origens diferentes, com formações diferentes, se juntem e tenham um resultado comum. Por fim, uma impressão que não pode ficar de fora, são os limites dessa experiência. Apesar de ser uma ferramenta de organização, formação política e de educação popular, não tinha recursos, o que limitou demais suas ações. A logística de transporte de

instrumentos, o deslocamento dos assentados, despesas com alimentação em dia de ensaio e apresentação, sempre foram realizados com recursos muito escassos. Com isso, sua potencialidade não pode ser amplamente explorada (Patrícia Tavares,2019).

O que evidencia o depoimento de Patrícia Tavares, que para a sociedade brasileira como um todo, a relação Unidos da Lona Preta é um movimento formativo dentro do próprio MST, que possui todas as características de educação informal por se tratar de atividades sequenciais, planejadas e realizadas por todos os participantes; que mesmo realizadas fora do sistema escolar, trabalha conteúdos organizados por temática, seja do ramo da história, das linguagens, ou mesmo da arte, que servem como base para as sistematizações, análises e produção de novos conteúdos, como os sambas enredo, por exemplo.

Figura 49 – Apresentação da Unidos da Lona Preta no Casa Rap Festival no Memorial da América Latina.



Fonte: Secretaria de Cultura da Prefeitura de São Paulo, jun. 2009. Disponível em: <http://spcultura.prefeitura.sp.gov.br/agente/2387/>. Acesso em: 05 ago. 2020.

Desde os primórdios da história humana, do lado ocidental do mundo, nos apropriamos, trocamos e compartilhamos informações por inúmeras ações comunicativas. A linguagem cumpre o papel mais importante entre todas as ações, a nossa língua portuguesa contribui no processamento cognitivo dos sentidos sobre a realidade, assim como é o meio mais eficiente pra nós, militância nos acampamentos, realizar assembleias, produzir e transmitir informações e conhecimento (tradição oral), devido nossas limitações estruturais – quando muito, temos disponíveis folhas de papel, lápis e alguns materiais impressos.

Paulo Freire, propõe em sua obra *Extensão ou Comunicação* (1993), o exercício político-pedagógico de fazer da comunicação uma ferramenta popular, para atualizar nosso povo, humanizar a sociedade a partir da ação consciente, pautar as questões importantes aos oprimidos e não aos opressores, trabalhar a questão da comunicação na Unidos da Lona Preta como troca dialógica, quando todos produzam conteúdos, assim como a recepção destes conteúdos possa fomentar debates e outros tantos conteúdos, que não apenas comunicados, como na grande mídia burguesa; mas que todos e todas assumam o protagonismo na dinâmica da transformação social é o maior ganho para um resultado positivo na formação humana para o MST.

No mesmo sentido das afirmações de Freire, o MST através da Unidos da Lona Preta, insere à educação os processos comunicativos, no sentido de fazer essa comunicação de dentro para dentro, quando alinhamos entre nós os debates e análises da conjuntura global, regional e local; de dentro para fora, quando levamos nossas mensagens, nossas convicções, defesas e decisões sobre as questões políticas e sociais que nos afetam para o conjunto da classe trabalhadora que se encontra fora dos espaços do MST. Fazemos nossa agitação e propaganda através dos nossos símbolos, acompanhados de músicas, gestos e juntos compomos nossos enredos de forma e conteúdo crítico, ao mesmo tempo participativo, horizontal e dialógico. Compomos frases, evidenciamos os sentidos para as palavras, que pra nós representa o compartilhamento de conhecimentos, reflete nossa realidade e, portanto, deve ser divulgada, combatendo preconceitos, ataques sem fundamento ao MST. Ao mesmo tempo que exercitamos a dimensão política da comunicação, pronunciamos a nossa voz, com a mística das cores, do movimento de corpos, que em tantos momentos estão dispostos à luta, ao trabalho

na terra, por outro aspecto mostramos nossa alegria tocando instrumentos e cantando entre ruas, vielas, acampamentos e tantos outros espaços.

4. Escola de Samba e de formação humana

Na sociedade brasileira, permeada pela cultura de um povo dinâmico, comunicativo, onde as informações sobre o mundo circulam, se transformam, se ressignificam, as linguagens deixam de ser apenas instrumentos, códigos de que lançamos mão para falar o mundo e passa a ser uma atividade social e cognitiva, sempre situada historicamente e construída interativamente. Maria Alves faz um detalhamento minucioso sobre as reflexões que compartilhadas no coletivo aproximam-se das disciplinas da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, respeitando as particularidades desta metodologia que une linguagens, história às artes na produção textual:

[...] então as pessoas dizem: Que tem a ver a letra com a minha luta? Determinadas letras têm a ver a Reforma Agrária, com a história do Brasil, com tudo que vem acontecendo no Brasil. A Mangueira nos mostrou isso! [...] a gente então começava a cantar os sambas e algumas canções que a gente conhecia de um período, de um tempo, que as vezes não lembrávamos a letra inteira, mas um lembrava uma parte, outro lembrava outra parte e assim ficava até divertido [...] um período que eu participei ativamente e dei maior incentivo, porque sentia que ali tinha também uma formação do todo, então quando você canta uma música, quando você toca uma música que ela vai falar da natureza, que ela vai falar de rios, a gente tá na verdade colocando os temas de acordo com disciplinas que são debatidos em escolas. Então muitos que não tiveram acesso às vezes a essas disciplinas, a esses conhecimentos, passa a ter, porque a Escola, ela tinha a função de também fazer um debate. Tem lá um enredo, em cima daquele enredo fazer o debate, tem uma música que a gente precisa cantar para deixar a companheirada não só um percussionista, um cantor, um sambista, mas para deixar um sujeito alerta! (Maria Alves, 2019).

O alerta que Maria Alves se refere é o desenvolvimento da consciência crítica, quando para ela “o sujeito tá sendo capacitado para debater, para enxergar a realidade da classe trabalhadora”; Maria enaltece os resultados observados por

ela, ao passo que a Unidos da Lona Preta se desenvolve, que promove o desenvolvimento da juventude Sem Terra:

Até hoje mantendo, insistindo para manter as suas culturas, são os indígenas e nós tivemos a todo um povo da África, que trouxe também muita coisa de arte de cultura e nós somos um país que temos uma riqueza de cultura musical, essa riqueza surgiu desse povo, esse povo que apesar do sofrimento, apesar de tudo, todas as coisas que aconteceram, as adversidades, mas eles não deixaram de manter sua cultura. Cultura de resistência! (Maria Alves,2019).

Maria ainda confirma que essa metodologia de formação e trabalho com a arte foi fundamental no acampamento Irmã Alberta, lembrando de uma das canções mais fortes que já ouviu e estudou nestas formações no acampamento, junto à Unidos da Lona Preta, “Se Esta Terra Fosse Minha”, cantada por Martinho da Vila.

Se Esta Terra, Se Esta Terra Fosse Minha. G.R.E.S Unidos de Vila Isabel. Samba Enredo 1990

*Vem de longo tempo
O mesmo cantar
Se esta terra fosse minha, se esta terra
Eu iria semear, semear...
Assim disse o português
Ao ver tanta riqueza neste chão
Quando os invasores aportaram
Com a sede louca da ambição
Cana-de-açúcar e pau-brasil
Uma delirante obsessão
Brilhou no ouro a cobiça*

Levando os bandeirantes ao sertão

Com o progresso e a colonização

Era o índio espancado sem perdão

E o herói Guarani

*Mas de nada adiantou
Aquele grito de guerra
Se minha fosse esta terra
Das pedras nasceriam flores
Com sangue, suor e lágrimas
Cantou o negro em suas cores
Vindo... lá das bandas do Agreste
- Terra seca do Nordeste
O homem em busca de aventuras
Quando a vontade mais pura do irmão
Era produzir no seu quinhão
Se esta terra fosse minha
É a Vila a cantar
Que felicidade é dividir
Com igualdade pra reforma reformar!*

Maria soube, na ocasião em que ouviu e aprendeu o Samba Enredo da Unidos de Vila Isabel, em meados de 2002, que para além do sambista, comunista, Martinho da Vila é um dos grandes baluartes da Escola de Samba Unidos de Vila Isabel, onde ensina e aprende através do samba, as inúmeras vertentes da “Festa da Raça”, da Kizomba, do Frevo à Bossa Nova, mesclando a história do povo negro

à discografia deste comprometido poeta. Fato este, que no ano 2000, Martinho da Vila foi capaz de reunir canções de todos os países de língua portuguesa, no álbum Lusofonia.

Maria explica como se dava a dinâmica dos primeiros encontros e ensaios da Unidos:

[...] a gente fazia os encontros e convidávamos a companheirada e as pessoas compareciam, homens, mulheres, crianças, pessoas de todas as idades [...] então isso é riquíssimo, porque eu vi saindo assim jovens que até então não sabia nem por onde começar, depois faziam apresentações maravilhosas. Em outros momentos, quando era necessário uma postura de enfrentamento, a Unidos também era a mística permanente, que tocava e cantava os sambas-enredo tirados dali, da base, com todo mundo dando uma contribuição, por isso todos se sentiam responsáveis, todos se sentiam dentro do samba, porque entendiam que a relação do índio e do negro na música, é o retrato do sofrimento do povo brasileiro, nós também fizemos os nossos, inclusive no lançamento da campanha permanente contra o uso dos agrotóxicos, do socialismo apresentado com todas essas artes, essa cultura que sai do chão, da realidade, nos remete aos sertões, dos vários territórios onde as pessoas criam músicas, poemas, de uma riqueza muito grande, então a gente não pode deixar que uma população viva sem o direito de fazer isso. A Unidos representa essa tentativa de alertar, provocar cidadãos para fazer valer seu direito de crescer, de melhorar suas condições de vida, de ficar alerta para uma série de coisas que acontece de ruim para ele. Dele não pode ser tirado esse direito, muito ao contrário. Devemos fomentar esses processos, tanto que a gente teria que ter alguma verba para projetos nessa linha (Maria Alves,2019).

Conclui Maria Alves, com uma reivindicação para a continuidade destas atividades, por considerar fundamental empreender aos debates na Unidos, o alerta necessário para a ação social, a ação revolucionária e a transformação social dos sujeitos em coletivo. O foco sempre foi organizar a juventude, mas a participação da militância mais experiente é imprescindível, no sentido de contribuir no planejamento e orientação para a militância que se forma e atua no Movimento a cada período.

Atualmente com 32 anos, Kennedy Alexandrino, morador da Comuna da Terra Dom Pedro Casaldáliga, avalia que a participação da juventude Sem Terra na Escola de Samba Unidos da Lona Preta representa um grande avanço na formação destes sujeitos no coletivo, para que se tornem “agentes de transformação”, reconhece a importância de sua própria militância no Movimento, quando diz que “

[...] começou a pegar essa pertença pela música [...], a gente começou a se reunir a partir desta questão dessas oficinas de músicas que aconteciam no espaço da Irmã Alberta”, e ainda explica:

A gente começou a perceber um olhar mais clínico e mais crítico de como funciona a sociedade. E a gente começou a comparar que aquilo ali também trazia uma formação pra nós ali no assentamento, que cumpria até um papel que seria do estado, mas que não era feito. Então a gente enquanto movimento conseguia fazer [...] a gente via essa atividade cultural feita no assentamento que a mente da juventude estava se abrindo, estava vindo bastante conhecimento a partir das oficinas de construções das letras de músicas (Kennedy Alexandrino,2019).

A compreensão ocorre de forma dialógica e coletiva, sobre o porquê e como funciona a sociedade. Qual é nosso papel como agente de transformação?

Assim, todos os envolvidos no processo de realização das oficinas, formações, debates, são igualmente sujeitos na produção do saber ao passo que opinam e discutem sobre os problemas e propõem soluções, mesmo sem que todas as questões sejam sanadas. O objetivo deste tipo de formação é levantar as questões fundamentais para interpretar a realidade, no sentido filosófico de uma pedagogia histórico-crítica, no movimento dialético de propor soluções aos problemas identificados nas comunidades do MST, principalmente em relação aos grupos de jovens, que evidenciam o desejo de migrar para os centros urbanos, em busca de melhores oportunidades de educação e trabalho, entendendo as Comunas como territórios com pouco acesso às infraestruturas ou condições de atender e ampliar o horizonte social que estes jovens almejam como parâmetro de inserção e ascensão social.

Figura 50 – Manifestação na Rodovia Anhanguera



Fonte: Site da Unidos da Lona Preta, abr. 2010. Disponível em: <https://batucadaunidos.wixsite.com/unidosdalonapreta/a-unidos-nas-ruas>.

Kennedy representa uma grande parcela do perfil dos jovens do MST na Grande São Paulo por ser negro, com pouco acesso aos níveis mais elevados de formação escolar ou acadêmica, nenhuma qualificação profissional, desempregado, que em muitos casos são pais e mães, sem qualquer planejamento. Mesmo contando com algumas oportunidades de trabalho e geração de renda nas áreas de Reforma Agrária, estas ainda se apresentam como insuficientes e sazonais.

Ao fim de 2006, a militância da Regional Grande São Paulo estava sobrecarregada com as demandas dos acampamentos Dom Pedro Casaldáliga e Dom Tomás Balduino, que estavam em vias de consolidar o assentamento das famílias e, portanto, exigiam-se muitas reuniões e encaminhamentos com o INCRA e ITESP sobre as burocracias para a seleção de famílias, projeto de assentamento alinhado ao projeto do MST para a efetivação das Comunas, como importantes processos judiciais para a regularização da área, do fornecimento de água e luz, demais estruturas e políticas públicas a serem garantidas nos assentamentos. Além destas demandas já em curso, a militância se desdobrava para coordenar o acampamento Che Guevara, que estava itinerante, já que sofria muitos despejos

entre as cidades de Cajamar e Franco da Rocha, assim como os homens e mulheres da militância da Regional Grande São Paulo aceitam o desafio de conquistar a primeira Comuna Urbana do estado de São Paulo, na cidade de Jandira.

Todos esses processos exigiam muito compromisso e dedicação da militância, mas foi a ocupação urbana, no município de Jandira, que exigiu maior atenção do Movimento, devido à novidade do projeto do MST para um assentamento urbano.

Muitos foram os conflitos de interesse para esse audacioso projeto de Comuna Urbana, pois a prefeitura da cidade de Jandira não queria negociar com o Movimento sobre uma solução definitiva para as famílias que foram despejadas das margens da linha férrea da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM, enquanto o governo do estado não se responsabilizava por estas 250 famílias, que permaneciam em uma área de várzea que passaram a chamar de Vila Esperança. Com muita esperança nas palavras e nas ações, a pastoral da moradia, que até então acompanhava essas famílias, se une ao MST para reivindicar uma definição para suas vidas.

O Movimento entende que a ocupação de terra é uma das possibilidades para a conquista de uma comunidade em que pudessem morar, estudar, acessar arte, cultura e lazer, assim como também gerar renda, mas as famílias expressam seus desejos em permanecer na cidade de Jandira em muitas assembleias. Por se tratar de um projeto inovador, muitos esforços levaram esses trabalhadores urbanos a negociar, com o Ministério das Cidades, a liberação do recurso necessário para a compra de um terreno, onde atualmente está solidificado o primeiro símbolo da unificação do campo/cidade²⁷.

²⁷ Disponível em: <https://mst.org.br/2015/06/03/primeiro-projeto-urbano-de-habitacao-popular-do-mst-completa-10-anos/>.

Figura 51 – Ensaio de batucada com as crianças da Comuna Urbana



Fonte: Fotos de Xandi Gonçalves, dez. 2009. Disponível em: <https://batucadaunidos.wordpress.com/>.

De longe, as experiências das Comunas na Grande São Paulo, trata - se de uma proposta de desenvolvimento para além do capital, partindo de uma estratégia de desenvolvimento local. Fato é, que rodeada por condomínios fechados e inserida num processo social de produção, a Comuna Urbana se apresenta como uma forma de repensar a cidade. Os moradores da Comuna estão desafiando o Estado e provocando a sociedade ao colocar em questão a vida coletiva, a geração de trabalho e renda no espaço de moradia. Nasce desta iniciativa, portanto, um novo conceito de produção social e produção do espaço urbano, por meio da execução e apropriação do ambiente habitado e do espaço social construído (MST, 2015).

A Comuna Urbana Dom Helder Câmara é oficialmente legalizada em 2008 e a Escola de Samba Unidos da Lona Preta passa a fazer suas atividades na escolinha provisória do acampamento desta Comuna, por entender que havia muitos jovens e crianças que desconheciam o MST e, portanto, era necessário iniciar um processo de formação e reconhecimento sobre o Movimento; Havia muitas crianças que passavam os fins de semana no acampamento, enquanto seus pais participavam do mutirão de construção das casas, o que facilitaria o acompanhamento e cuidado das educadoras infantis enquanto aconteciam as batucadas.

Era o momento de maior aproximação entre o MST e os moradores da Comuna Urbana, os vizinhos do acampamento e as novas possibilidades de multiplicação deste novo projeto do MST, o que nos parecia uma ótima estratégia de ampliação da base do Movimento, com a inserção de mais famílias interessadas em conquistar terra, casa e trabalho, seja no contexto urbano ou rural. Concomitante à consolidação da Comuna Urbana e esse momento de maior expansão da Regional Grande São Paulo, um novo ciclo da Escola de Samba Unidos da Lona Preta se inicia. Para retomar nossas atividades na Cidade de Jandira, na Comuna Urbana do MST, Tiaraju Pablo D'Andrea é convocado para uma tarefa militante de coordenar nossa batucada para a preparação do carnaval de 2009.

5. A retomada da Unidos com o mestre Tiaraju

Tiaraju lança novas formas ao método de formação da Unidos, ao assumir o apito de mestre da batucada dos Sem Terra ao final do ano de 2008. O mestre Tiaraju trouxe consigo uma postura de educador de jovens e adultos enraizado ao método de Paulo Freire, apresentando novas letras de sambas enredo que marcaram períodos importantes desde a abolição do samba na Praça Onze, nos memoráveis desfiles carnavalescos, até os dias atuais, como Mauro Evangelista, Maria Alves, Julia Saragoça e João Campos já citaram anteriormente, mas em síntese, Sandro Barbosa descreve:

As escolas de samba, no geral, nasceram para ensinar o samba, mas também a cultura afro-descendente e ancestral a seus participantes. Nasceram como resistência política, social e cultural ante ao racismo estrutural e o pensamento conservador existente na sociedade. A potência de uma escola de samba vai desde a reunião dos oprimidos, em geral pretos e periféricos, a coletivização do aprendizado e da apropriação da arte e da cultura, até a organização política e social de seus participantes. Por isso, ela é uma espécie de "Quilombo" como definiu bem o G.R.E.S. Paraíso do Tuiuti do Rio de Janeiro em 2018. As escolas de samba também são espaços de resistência, de união e organização popular no sentido que formam os quilombos, experiências fundamentais para a organização da população negra e trabalhadora que vivem nas periferias das cidades. No caso da ULP, sua experiência resgata esse histórico e se inspirou no Manifesto da Escola de Samba Quilombo, fundada por Antônio Candeia Filho no Rio de Janeiro, e se constrói a partir das experiências do MST, em seus assentamentos e espaços, em diálogo permanente com a sociedade. O samba, como expressão da cultura popular brasileira, é importante manifestação de nossas mais profundas raízes e de

aprendizados dessa nossa história ancestral de resistências e lutas. Por isso, a pedagogia da ULP no MST permitiu relacionar a formação política, cultural e musical como expressões da apropriação de um povo de sua identificação com a história, mas de sua consciência social ante as lutas e resistências que precisam ser enfrentadas com organização política, mas também cultural e musical. A batucada, nesse sentido, é a expressão de nossa brasilidade, e como tal, precisa estar presente no cotidiano vivido de seu povo em sua luta e resistência por outra sociedade. Por isso, ao construir a escola de samba e reunir assentados, aliados e parceiros, o MST possibilitou uma relação mais ampla com a cultura popular do país, que é rica e diversa e se manifesta de maneiras diferentes em cada região. A ULP, nesse sentido, permitiu uma organização musical e cultural, permeada pela organização política, e possibilita o aprendizado coletivo de um povo sofrido e carente de condições básicas de existência, ao permitir a apropriação da arte e cultura como manifestação da existência humana e social de seus participantes. São trabalhadores produzindo arte e cultura como maneira de virar do avesso essa realidade social desigual e contraditória (Sandro Barbosa,2019).

ULP é a sigla para Unidos da Lona Preta e sobre os objetivos principais da Unidos, Mauro Evangelista complementa a declaração de Sandro, esclarecendo que:

[...] a cultura no mundo ela sempre muda. Jovem não é obrigado a viver a nossa “Cultura”, mas a gente tem que passar para eles o que era nossa Cultura, como nos divertimos porque eu vejo sem querer criticar a cultura que temos no Brasil hoje, mas a cultura que tem no Brasil, para mim é uma cultura pornográfica [...] outro objetivo é aquele que a gente já conhece: organizar a juventude pra luta, fazer os protestos, juntar a companheirada para saber onde tá o movimento [...] um dos objetivos da Unidos, é segurar esses adolescentes dentro do movimento, dentro do acampamento, dentro do assentamento, envolver eles na cultura, no samba, na viola para que eles não vão para “boca do fumo” vender drogas ou se drogar, fortalecer a consciência deles, o caráter deles dentro do assentamento ou acampamento para quando chegar lá fora que oferecerem eles saberem dizer não! [...] outra coisa que a Unidos fez e ainda faz é provocar diálogos com as comunidades, pois facilita o diálogo, através de ouvir o surdo, o contra surdo ou outro instrumento, a pessoa vai ter curiosidade de saber quem somos nós e de onde nós viemos e por que que estamos ali [...] a receptividade disso, é ótima! No início ficaram olhando “quem são aqueles e o que querem, de onde vem?”, depois: “onde vocês são assentados?” “Onde vocês estão acampados?” “Podemos visitar e se a gente quiser entrar no grupo?” Então tinha várias pessoas que mesmo não sabendo tocar, que o ritmo era limitado dentro da Unidos, junto com outras pessoas que sabiam tocar, eu acabei me empolgando naquilo, querendo aprender para ensinar. Tudo isso, a Unidos proporciona, era tudo isso! Era o setor de formação do movimento, além de uma ferramenta de luta (Mauro Evangelista,2019).

Mauro identifica nesta experiência de Escola de Samba, os fundamentos do método freiriano, de ensinar, ao passo que se aprende, em diálogo entre o coletivo, pautando a realidade. Mauro acredita que há mais elementos da pedagogia de Paulo Freire que precisam ser inseridos ainda na Unidos da Lona Preta e nas atividades do MST, pelas aproximações e diferenças que percebe entre as atividades estaduais e regionais, propondo que o método da formação da Unidos se multiplique por todas as regionais do MST no Brasil a partir do setor de formação, ou seja, que a experiência da Unidos seja um método a ser aplicado em outras regiões, como parte da pedagogia do Movimento, já que “a Unidos é Paulo Freire, o setor de formação e gênero do movimento é Paulo Freire, não tem como tirar”. Continua Mauro:

A forma de educar eu não sei até onde o Tiaraju tem o Paulo Freire na cabeça, mas ele fez dentro da Unidos uma formação do Paulo Freire. Só em você continuar com uma pessoa que você tá vendo que aquela pessoa não vai ter condições de continuar, por conta das deficiências físicas e mentais, não vai ter condições de chegar ao nível de outros ou tocar perfeito, mesmo assim você manter naquele grupo... Gente, aquilo.... Nossa! Me leva à loucura aquilo, porque se é no capitalismo já era descartado, apresenta qualquer limitação já é descartado! [...] o mestre Tiaraju colocava isso de uma maneira, não só ele, mas colocava de uma maneira que as pessoas se sentiam gente, não sentia que era mais um. Igual com a pedagogia Paulo Freire em que nós temos que ser sujeitos e não ser sujeitoado!(Mauro Evangelista,2019).

A ressonância das palavras de Mauro, inspiradas pelas obras de Paulo Freire, principalmente pela referência da *Pedagogia do Oprimido*, representa o sentido afetivo em que tudo na Unidos era pensado e executado, justamente porque todos se sentem parte desta Escola de Samba, conseqüentemente responsáveis por ela, assim como assumem o papel de educadores; mesmo em situações de uma atenção maior com as limitações dos companheiros (sejam físicas, psicológicas, ou qualquer outra dificuldade), o coletivo assume o papel de educadores e educandos ao mesmo tempo em que se dispõem a aprender mais e ensinar também, como explica o mestre Tiaraju:

[...] a gente começou a ensaiar a molecada, distribuimos os instrumentos, só que no percurso, a gente começou um plano de comprar os instrumentos, tanto que a gente fazia a Comuna do Samba e todo dinheiro arrecadado da Comuna do Samba, a gente

comprava instrumento. Os instrumentos que a Unidos juntou, foi um pouco de roda de samba que a gente fez e um pouco de dinheiro que a Regional colocou, assim a batucada foi crescendo em número de instrumentos e em número de participantes e eu com aquela tarefa, também aprendendo, nunca tinha sido mestre de bateria na minha vida. Já tinha feito muita música, mas nunca tinha ensinado música... Eu acho que foi um aprendizado, um “aprender fazendo” (Tiaraju P. D’Andrea, 2019).

Tiaraju, atento à dinâmica do grupo, que extremamente produtiva, apresenta um alinhamento coeso, unidos por afinidade à luta, ao samba e ao coletivo, lança mão de uma estratégia formativa que nos foi muito revigorante, provocativa e qualitativa. Nossa primeira formação com Tiaraju foi sobre os temas de Escolas de Samba, que em vários momentos da história, se posicionaram contra as mazelas sociais em pleno desfile. Um dos exemplos é o desfile da Beija-Flor em 1989, com o tema: “Ratos e Urubus, larguem a minha fantasia” e o auge do desfile acontece quando um grande carro alegórico adentra a Sapucaí com uma réplica da estátua do Cristo Redentor, coberto com uma lona preta e um cartaz com a seguinte frase: Mesmo proibido, olhai por nós!

Figura 52 – Mestre Tiaraju coordenando desfile da ULP em Guaianazes, no carnaval de 2013



Fonte: MST. Disponível em: <https://mst.org.br/tag/unidos-da-lona-preta/>.

O carro com o Cristo Mendigo foi vetado pela Arquidiocese do Rio de Janeiro, mas o fato é que a imagem gigantesca, coberta com um plástico preto, tornou o evento ainda mais polêmico, pela simbologia que carrega o festejo carnavalesco em contraste com os ícones do cristianismo. Ultrapassando gerações e contextos históricos, a polêmica que envolve a relação do carnaval com símbolos religiosos, em diálogo com as pautas políticas, compreende que o papel da arte deve estar acima dos interesses da igreja ou do estado, assim como deve ser interlocutora dos anseios do povo, já que se trata de um espaço do público, para o público, sem distinção de raça, etnia, religião ou classe social em sua essência. Claro que, em muitos casos, as classes mais abastadas acessam lugares e estruturas que a classe empobrecida não consegue acessar, mas de forma geral, a ideia é promover espaços abertos para agregar e inserir todos os públicos.

Figura 53 – Cristo Redentor coberto por sacos pretos, no desfile da Beija-Flor



Fonte: Luiz Caversan / Folhapress (RJ, 1989).

Por fim e no sentido de entendermos a tática de trazer às formações outros conteúdos e formas de confraternizar, de evidenciar o caráter agregador e político dos festejos populares e carnavalescos, retomando a conjuntura histórica dos desfiles polêmicos, aproveitando eventos de maior visibilidade, concentração de pessoas em períodos repetidamente de maior foco midiático, é reconhecidamente o mote perfeito para expor algo polêmico, como metáfora, reflexo

e crítica às crises econômicas e políticas de um país, que ainda não conseguiu resolver os problemas causados pelas desigualdades sociais, raciais e de gênero.

As comunidades do samba, ao contrário do que se pensa, não estão alienadas e em tantos momentos se posicionam a favor do povo, lançam suas críticas através da arte. Embora os desfiles carnavalescos componham um cenário festivo, de fantasias, brilho, nudez, também se mostram como potência de visibilidade para as pautas sociais, independentemente das alegorias e quesitos outros, que podem ser associados apenas ao lazer e entretenimento.

Ao longo de 2008, planejamos as formações com o mestre Tiaraju. Ele, professor experiente, sempre carregava um projetor, muitas folhas de sulfite, letras de sambas-enredo impressas, canetas e lápis, de forma didática e dinâmica inseria ao processo de ensino e aprendizado o valor da coletividade, os pontos relevantes para ressignificarmos nossa atuação coletiva nas ruas, como destaca Tiaraju:

[...] esse aprendizado de fazer coletivo, eu acho que... A gente tem que, a todo o momento, principalmente em um mundo que nos induz ao individualismo, a gente tem que primar por experiências coletivas, isso foi um aprendizado muito grande, porque na Unidos a gente sempre lutava pra que as coisas fossem feitas em coletivo (Tiaraju P. D'Andrea, 2019).

Reflexões compartilhadas e inspirados pelo posicionamento político contra hegemônico também no carnaval: o MST através da Unidos da Lona Preta sai às ruas, vielas e manifestações, ocupações de terras, para expor seu projeto de sociedade justa e igualitária, com soberania popular, democratização dos meios de produção, com acesso à terra, moradia, trabalho, educação e alimentos saudáveis. Foram inúmeras formações, que potencializaram processos riquíssimos em produção de letras de sambas, compostas coletivamente, como descreve Sandro Barbosa:

As formações foram processos ricos em aprendizados e conhecimentos coletivos. Desde pensar os temas, como também convidar professores especialistas desses temas, e até organizar alguns temas-geradores para pensar o samba-enredo foram momentos dinâmicos e de trabalho coletivo fundamental. Todos participavam das formações e havia a proposta que todos pudessem participar das composições, mas nem sempre era possível esse segundo momento junto. Lembro que em uma das composições de 2010, a Nina Fidelis propôs o que ficou como início do Samba-Enredo de 2010 "Povo do campo e da cidade: tamo junto e misturado": "Alô comunidades // Tamo junto e misturado // Povo do campo e da cidade // A Lona Preta chega dando o seu recado".

Lembro que ela insistiu na ideia da “Lona Preta chega dando o seu recado”, e todo mundo gostou e ficou esse refrão. No Samba-Enredo de 2012 “E Faz-se a luta: uma homenagem a toda companheirada” foi um processo bonito de homenagear os/as lutadores/as anônimos/as. E nesse samba alguns nomes que são do MST e parte fundamental da ULP: Geraldo, como um dos fundadores; Vanessa, que infelizmente morreu em um incêndio em um dos espaços do movimento; Laércio, tocador de surdo e coordenador da Comuna Urbana Dom Helder Câmara e que havia sido preso injustamente; Tio Mauro, assentado e tocador de surdo da Comuna da Terra Dom Tomás Balduino; e Dona Almerinda, assentada e tocadora de chocalho da Comuna da Terra Dom Pedro Casaldáliga.

Nas apresentações e desfiles da ULP, havia algo de muito especial. Lembro que no primeiro desfile que participei em 2009 na Comuna Urbana Dom Hélder em Jandira, havia muita gente, pois o processo de ensaios e de rodas da Comuna do Samba permitiu o envolvimento de muitos aliados e apaixonados pelos sambas. Lembro que fizemos uma grande bandeira vermelha de bambu com o símbolo da ULP, um lindo estandarte que acompanha até hoje a escola de samba, organizamos os instrumentos com papel laminado vermelho para estar bonito no desfile, e a Comissão de Ciranda do MST organizou a criançada para uma ala das crianças com bandeiras do movimento e de Cuba, homenageados pelo Samba-Enredo de 2009: “Avante juventude, a luta é pra valer: 50 anos da Revolução Cubana, 25 de MST”. Um clima festivo e de luta presente nesse momento, porque a expectativa era o de fortalecer a primeira Comuna Urbana do MST nesse espaço.

Nas apresentações no Memorial da América Latina no show do Grupo A Família em 2009, nos atos de ruas e manifestações políticas, no Congresso Nacional do MST em 2014, nos Encontros Nacionais do Levante Popular da Juventude, entre outros, a ULP sempre chegou com organização, expressão musical e política para socializar a mensagem de outro Brasil que necessitávamos construir: com os de baixo e à esquerda (Sandro Barbosa, 2019).

A forma cronológica como Sandro alinha o aspecto organizativo das formações e as apresentações da Escola de Samba, com os aspectos da participação individual e coletiva, elucida como acontecem esses momentos de reunião para organização até os desfiles no carnaval; Sandro afirma sua própria postura enquanto partícipe deste processo e lembra:

Fazíamos uma batucada de aquecimento para que na hora da apresentação pudéssemos tocar com primor e potência. Nisso, exigia muita organização individual e coletiva de cada um de nós, sobretudo, os/as coordenadores/as da ULP, pois era necessário chegar com organização e responsabilidades. Então, dividíamos algumas tarefas na coordenação que era realizada mais por essas pessoas, como a de articular os contatos, ver que momento a ULP se apresenta e como, e ver os detalhes de transporte e estrutura

como lanche e outras condições para que os componentes pudessem se apresentar (Sandro Barbosa,2019).

Os desfiles ocorriam no período do Carnaval, normalmente nos assentamentos do movimento, nas ruas do Bexiga com o Bloco da Abolição, nas periferias da cidade de São Paulo ou Jandira em parceria com outros blocos formados por militantes da arte, da cultura, da educação, do Levante da Juventude, que se reuniam para brincar o carnaval, com temas de cunho político. Portanto, para acontecer esse carnaval – popular – militante, Sandro explica que:

[...] organizávamos o processo desde agosto ou setembro do ano anterior, com reuniões mensais até dezembro, e que passavam a ser semanais a partir de janeiro seguinte. Desses processos, aprendemos a organizar a agenda, mobilizar as pessoas, articular os espaços de ensaio e o transporte para os assentados para esses lugares. Em relação a formação, penso que as discussões dos “debatecombatucada” possibilitou o conjunto dos participantes tomarem conhecimentos de temas como questão urbana, passe livre, agroecologia versus agronegócio, reformas agrária e urbana, etc., que permitiu uma consciência social desses fenômenos complexos e muitas vezes fragmentados entre si, mas com muita relação. A experiência nos ensinou como construir uma escola de samba num movimento que luta pela reforma agrária, mas que também pautou a reforma urbana e outros temas relevantes para a sociedade (Sandro Barbosa,2019).

Em 2011, saímos às ruas de Jandira na sexta-feira do feriado de carnaval contra o uso dos agrotóxicos, no sábado participamos do desfile do Bloco da Abolição, no bairro do Bexiga, no Centro de São Paulo. Começamos um processo anterior de preparação e reafirmação ideológica em defesa da alimentação saudável e da produção limpa, a partir da agroecologia. Figura 54 – Pauta e anotações do Mestre Tiaraju na formação da Unidos da Lona Preta. Carnaval 2011. Comuna Urbana – Jandira

Ao fim do ano de 2010, dividimos 5 tardes de domingo entre os meses de setembro a Outubro, para participarmos do que chamamos de “debatecombatucada”, onde a cada 15 dias nos reunimos, a coordenação da Unidos, que era composta por mim, Tiaraju D’Andrea, Sandro Barbosa, Almerinda Marques, Mauro Silva, Wellison Soares, entre outras pessoas, que juntamente aos outros batuqueiros planejamos toda a temática e método de formação, sendo a primeira para compreendermos o que é agrotóxico, onde se aplica, quais as principais empresas que fabricam e vendem os insumos químicos, abordando os malefícios para o ser humano e meio ambiente.

Ao final de cada palestra, faríamos um ensaio de batucada, para afinar o ritmo e definir os naipes de instrumentos. No segundo encontro, recebemos a visita da dirigente nacional do MST Soraia Soriano, que por consequência dos debates à nível nacional e internacional do Movimento, com a Via Campesina, sobre a pauta dos agrotóxicos, delega ao conjunto da militância o estudo e multiplicação da formação sobre este assunto. Soraia veio até nosso coletivo de batuqueiros e batuqueiras para dar uma aula sobre os problemas que causam essas perigosas químicas, os níveis toxicológicos e a legislação brasileira que aprova este tipo de veneno em nossa terra, nossa água e nossa comida usada pelo agronegócio.

No terceiro encontro fizemos uma oficina sobre a alternativa de produção agroecológica, como contraponto ao agronegócio, relacionando as ações do Movimento nos assentamentos e acampamentos do Brasil, como bandeira de defesa da soberania alimentar, o direito à alimentação saudável e o protagonismo de cada produtor Sem Terra nesta luta importante.

O quarto encontro foi dedicado à sistematização dos encontros anteriores, onde começamos a esboçar o que seria nosso enredo para o carnaval. A partir do quinto encontro, nos desafiamos a escrever coletivamente a letra do nosso samba enredo “Plantar o Pão, colher a Vida, para o mundo se alimentar sem veneno” até o mês de dezembro, pois sabíamos que os meses de janeiro e fevereiro são cruciais para ajustar os pormenores antes do carnaval. O ineditismo deste método apresenta um resultado muito especial em que cada participante da batucada pôde contribuir na construção da letra do samba enredo, com maior clareza dos objetivos deste processo todo de reconhecer o tema, entender os dois lados de um sistema capitalista perverso para o campo e para a população urbana. Tiaraju explica que, para ele, se trata de uma formação a partir de sambas, que “são formações pra nós e são formações para o MST até hoje”, porque na síntese do mestre Tiaraju:

A gente aprendeu a compor Samba – enredo, a gente discutia e fazia e fazia interpretação de textos, com sambas – enredo, isso é Língua Portuguesa; A gente não criou, a gente incentivou as pessoas a fazerem poesia. Na ULP, a gente sempre discutia letras de samba – enredo mais politizadas, menos politizadas. [...] vamos fazer discussão sobre rima; Vamos fazer discussão sobre métrica; Vamos fazer uma discussão sobre sentido do verso; Vamos fazer uma discussão sobre se é rima Alexandrina, se é rima Camoniana, não sei o que ... Língua Portuguesa básica, História do Brasil, tanto de coisa que a gente estudou, tanto de samba que a gente botou na

roda pra ... E o tanto de samba que a gente aprendeu compondo os nossos sambas, porque a gente trazia gente de fora para fazer a formação e os nossos próprios sambas eram aprendizados (Tiaraju P. D'Andrea, 2019).

De um lado, entendemos que o pacote do agronegócio inclui o envenenamento dos recursos naturais para extrair cada vez mais lucro, enquanto afeta a saúde e a vida dos trabalhadores do campo e os consumidores das cidades, ao passo que nos debates e contribuições dos próprios ritmistas, as evidências sobre o enfrentamento ao agronegócio envolvem muito mais que uma disputa de mercado, mostra a inversão de valores do sistema capitalista, em relação à luta pela saúde e pela vida do povo brasileiro.

Outra potência revelada durante todos os encontros é que, após cada exposição dos palestrantes, com a ajuda de materiais de pesquisa, matérias de jornal e vídeos exibidos, conseguimos fomentar debates e sínteses riquíssimas de conteúdos. Tiaraju confirma que o processo de composição coletiva, como avanço histórico no rompimento da personificação dos sambas-enredo “as vezes, quando a gente está na contramão da história, ou a gente tá muito avançado, ou a gente faz papel de bobo. A gente aboliu a autoria”, como Tiaraju explica:

A batucada é a metáfora da vida, é a metáfora do andar coletivo. E não é que ela é metáfora, ela é isso mesmo. [...] a batucada em África, ela é pensada desse jeito, uma metáfora da sociedade, uma metáfora do cotidiano, não é à toa que as pessoas dançam em roda... A organização social. A música ela não tá dissociada da organização social, a música é a própria expressão social. A música em África ela não é um momento de fruição. A música em África, ela tá no trabalho, na religião, no acalanto das crianças, ela tá em todos os lugares, a música ela está na vida, porque ela é a própria vida [...] chamava as pessoas pra assumir, chamava as pessoas pra fazer e tentamos que as composições fossem coletivas. Algumas foram mais, outras foram menos. Em toda a gente nunca, pois o nome de compositores, a autoria é coletiva (Tiaraju P. D'Andrea, 2019).

A cultura é um dos elementos mais importantes de qualquer sociedade. No Brasil, identificamos inúmeros elementos semelhantes que em África representam a relação do ser humano com a natureza, a relação entre indivíduos em coletivos e os aspectos fundamentais, tanto na vida social, quanto em termos políticos das populações mais pobres, principalmente localizadas nas periferias das grandes cidades brasileiras. É justamente nestes cenários pouco dotados de infraestruturas, acessos e oportunidades, que se concentra a maior parte da

população de menor renda, que as potências criativas, de manifestação e rebeldia se revelam. A partir destas manifestações, para além de seus conteúdos estéticos e simbólicos, que também geram poderosas identidades sociais e políticas, com inegável caráter transformador, criativo e emancipador.

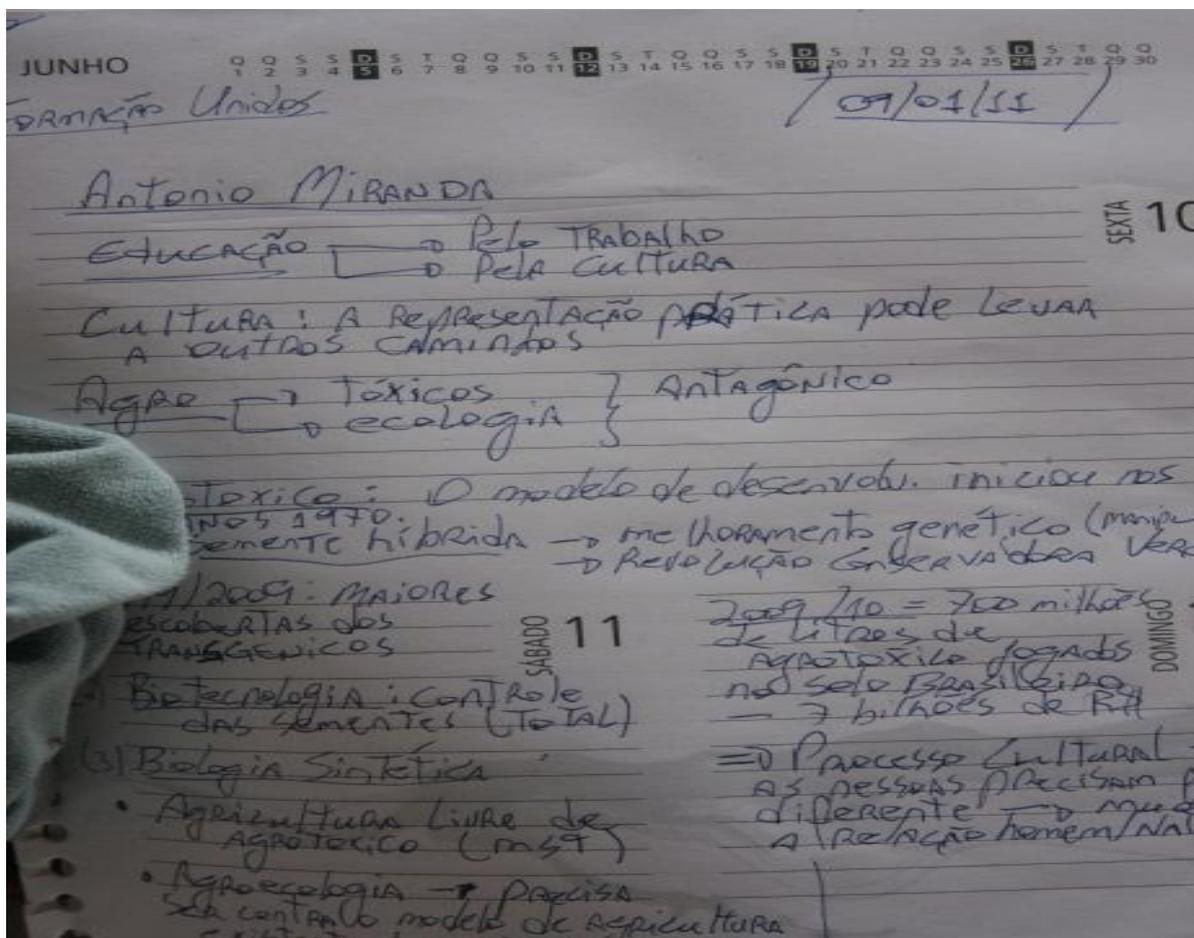
Samba enredo da Unidos da Lona Preta. Carnaval 2011: Plantar o pão, colher a vida: para o mundo se alimentar sem veneno

<i>Canta povo brasileiro</i>	<i>Comida ruim ninguém aguenta,</i>
<i>Batucada é de bamba</i>	<i>ninguém aguenta</i>
<i>Hoje a Lona Preta vem dizer, dizer</i>	<i>É veneno em todo canto, em todo canto</i>
<i>A luta é o tempero do meu samba</i>	<i>Mata gente e mata rio, e mata rio</i>
<i>Oh Mãe Natureza</i>	<i>Agronegócio a mentira do Brasil</i>
<i>Nós queremos a tua diversidade</i>	<i>Semente com patente é roubar a natureza</i>
<i>De cores, sabores</i>	<i>Monocultura na agricultura</i>
<i>Na mesa do campo e da cidade</i>	<i>Deserto verde: cadê a beleza?</i>
<i>Agroecologia</i>	<i>Lucrando e fazendo a guerra</i>
<i>Com soberania alimentar</i>	<i>Matando o ser humano e a mãe terra</i>
<i>Pra preservar o nosso chão</i>	<i>A luz... Do companheiro Keno</i>
<i>Um novo mundo pede uma nova relação</i>	<i>Tá na memória</i>
<i>Do jeito que tá, não dá pra ficar</i>	<i>De quem ocupa a avenida</i>
<i>A produção</i>	<i>Presente que aduba a sua história</i>
	<i>Colhe o pão da vida</i>

6. Pertencimento e compromisso

Assumir coletivamente as composições dos sambas – enredo, permitiu a todos os participantes da Unidos se apropriarem do processo inteiro das formações, seguido por ensaios, até o planejamento das apresentações durante o ano. Nos possibilita maior coesão, de forma que todos os componentes assumem cada vez mais o papel individual e coletivo do batuqueiro-militante, as pessoas se apropriam do tema como um todo, assim como se apropriaram também de seus instrumentos, reconhecendo a sequência das batidas, o tempo e o andamento rítmico.

Figura 54 – Pauta e anotações do Mestre Tiaraju na formação da Unidos da Lona Preta. Carnaval 2011. Comuna Urbana – Jandira



Fonte: Arquivo da batucada

Fazendo uma leitura sensível sobre os aspectos subjetivos da relação da batucada com a vida dos seus componentes, Patrícia Tavares mais uma vez contribui com esse olhar distanciado e muito atento sobre a relação de pertencimento sobre a Unidos:

Apesar de fazer parte da organização da Unidos, não tinha convívio diário com os componentes. Sei que sempre foi uma relação de pertencimento. Quando pensávamos a Unidos, éramos sempre guiados pelos assentados/ acampados. As decisões eram sempre tomadas tendo a sua realidade como ponto central (Patrícia Tavares, 2019).

Patrícia explica que “fazer parte da Unidos exigia dos assentados uma dedicação a mais”, e expõe que se tratava de uma tarefa militante encarada com todos e nossa apresentação começava com a apresentação da Unidos”.

A apresentação da Unidos que Patrícia se refere é sobre, em todos os espaços que a Unidos participava, um momento em que explicávamos o que é essa Escola de Samba, porque acreditamos nessa experiência e quais os sentidos na relação desta batucada com o evento que a convida, visto que temos como princípio uma política de atuação em parceria com nossos pares na luta, seja outros movimentos e grupos sociais de esquerda, seja eventos culturais de cunho popular progressista, inclusive, a partir das relações de apoio à Reforma Agrária, como descreve Patrícia Tavares :

Todas as apresentações eram pensadas e planejadas com um olhar sensível dos assentados / acampados, mas também por todos que compunham a Unidos. O protagonismo era do movimento e de seus militantes. O lugar onde íamos tocar, quem seriam nossos interlocutores, quais meios de transporte disporíamos, qual seria o itinerário... Enfim, todas as questões de organização precisavam ser percebidas e avaliadas (Patrícia Tavares, 2019).

Para Sandro Barbosa, é bem mais que uma ocupação dos espaços, é a reafirmação de nossa identidade negra, periférica e Sem Terra.

A batucada é a representação do samba, e o samba é a expressão de nossa cultura popular. A maioria dos componentes da ULP era de assentados do MST, mas também reunia aliados da cidade. Entre os assentados, uma maioria de população preta (negros e mestiços), e alguns destes desconheciam as origens do samba e da importância dessa cultura popular para nosso cotidiano. Muitos abandonaram a vida de desemprego e carências na cidade para apostar na possibilidade de luta e reforma agrária nos assentamentos e se tornarem trabalhadores rurais. Com as dificuldades de se avançar com a política de reforma agrária, mesmo nos governos petistas, essa gente passa por dificuldades e precariedades nesses assentamentos, o que mostra que a vida sofrida do povo preto, pobre e periférico se assemelha no campo e na cidade, por isso a ULP foi fundamental para unir todo esse povo. Ente os aliados, membros do grupo teatral Dolores Boca Aberta, militantes do Movimento Passe Livre, militantes do Movimento Estudantil, Sindical e outras organizações, como representantes da classe trabalhadora da cidade e que passam outras carências e dificuldades, viram na possibilidade de batucar e construir a escola de samba como uma expressão cultural e política potente dessa organização popular. A ULP representou o encontro de trabalhadoras e trabalhadores do campo e da cidade para construir uma unidade de luta a partir da cultura, e cada componente se viu representado nesse processo como uma forma de afirmação política e cultural através do samba (Sandro Barbosa, 2019).

Em consonância com os depoimentos anteriores, Tiaraju, enquanto sociólogo atento à dinâmica da Unidos da Lona Preta, músico e batuqueiro

experiente, contribui com uma breve síntese sobre o samba de luta, de resistência, também visto por ele como afirmação de um espetáculo artístico de altíssima criatividade, em que vez ou outra acessamos uma nova produção com crítica social inteligente “que poderiam servir de material de agitação e propaganda em qualquer organização política”. Tiaraju explica que uma batucada é um excelente instrumento para ações políticas como manifestações e ocupações, já que:

Desde sempre, cantar e fazer música coletivamente fez parte de rituais de guerra e preparou a alma e o coração para ações. É uma mística que levanta a moral da tropa, além de fazer o combate ideológico e propor novas formas estéticas. Organizar uma batucada por si só é organizar o povo, a batucada possui elementos internos e organizativos que se entrelaçam com a própria dinâmica organizativa do movimento social (Tiaraju P. D’Andrea, 2019).

Em síntese, o método de formação do mestre Tiaraju, se dividia em duas importantes partes:

O Estudo das letras de sambas que carregam as marcas da história do Brasil para mostrar que o samba é naturalmente um gênero musical de protesto. Embora seja estudado a partir de sua métrica, rimas, versos e contexto, ao ser assumido por muitas mãos e cabeças, rompe com a separação entre produção intelectual e trabalho manual, pois ao mesmo tempo em que nos debruçamos sobre a produção poética da música, inserimos os conteúdos estudados na vida prática, ampliando a formação à nossa práxis militante; inserimos os debates nacionais do MST, como base de estudo para composição dos sambas enredo para os carnavais de cada período. Sobre sua postura de mestre e propositor destes Círculos de Culturas adaptados à realidade da Unidos, Tiaraju explica que quando começou a assumir a batucada da Unidos enquanto mestre, pensou em duas coisas importantes:

Primeiro uma coisa de educação popular mesmo, que era transmitir o conhecimento, de uma maneira mais palatável [...] mestre de baterias tem que ter noção disso, da totalidade, da qualidade rítmica, mas também das relações: das pessoas estarem contentes, das pessoas estarem felizes, de você deixar as pessoas bem, a vontade, contentes (Tiaraju P. D’Andrea, 2019).

Um processo metodológico, dialético, dialógico, político-pedagógico que reverberou em discussões sobre o papel da arte e da cultura periférica dentro de um contexto novo de luta pela terra, em todos os territórios do Brasil, lembrando

que nosso povo acampado e assentado migra por regiões à procura de melhores condições de vida, assim como acontece na Grande São Paulo. O reconhecimento do MST revela o caráter inovador e subversivo a uma lógica ilusória de que estes camponeses, trabalhadores urbanos, estudantes, intelectuais estão apartados da luta por terra, pela moradia e pelo trabalho digno; pelo contrário, as pautas sobre alimentação saudável, por exemplo são um dos motes do debate mais amplo sobre as condições de vida da classe trabalhadora e a falta de acesso aos direitos básicos, que em muitos momentos aproximam o conjunto da classe trabalhadora organizada ou não, para debater pautas bem pontuais, que permitem o aprofundamento sobre a causa comum aos problemas que assolam o povo brasileiro, o sistema capitalista, inserido em todos os setores econômicos, que interfere diretamente na política e na sociedade. João Campos, ao resumir essa experiência metodológica, explica que para além da forma e conteúdo pensado e aplicado no coletivo da Unidos, essa experiência é marcante para a formação humana de todos os envolvidos, quando se emociona ao dizer que:

A gente tinha como Escola, a Unidos! A gente viveu aqueles Domingos! A gente viveu toda a história que a gente só imaginava ouvindo os outros. A gente foi protagonista e viu acontecer! A gente viu como o jovem brasileiro é capaz de enxergar a realidade através da música, através não só da música... O sujeito coletivo aquela época para mim era isso (João Campo, 2019).

Convicta deste papel formativo, organizativo e principalmente político, a Unidos da Lona Preta é uma das mais importantes expressões de nossa brasilidade nos territórios e como tal, precisa estar presente no cotidiano vivido de seu povo em sua luta e resistência por outra sociedade, como bem descreve João: “não tenho dúvida que é uma experiência organizativa, que é para ser pensada e repensada, levada adiante para que o futuro da esquerda possa perceber que a gente fez coisas fantásticas, que a gente foi muito além, a gente tava lá na frente” (JOÃO CAMPOS, 2019). Por isso, ao construir a escola de samba e reunir assentados, aliados e parceiros, o MST possibilita uma relação mais ampla com a cultura popular, que é rica e diversa e se manifesta de maneiras diferentes em cada região. Sobre um gênero musical identitário ao contexto das ocupações na Grande São Paulo, Sandro Barbosa mais uma vez explica as aproximações com a cultura fomentada no MST, a relação íntima entre a Pedagogia Sem Terra e Paulo Freire, com o samba, como expressão genuína da cultura popular, principalmente na região sudeste.

A música é inspiração para nossas consciências e sensibilidade para nossos corpos e relações sociais. A música a partir do samba nos permitiu “ser mais”, no sentido freiriano, e nos encontrarmos e reencontrarmos com as bases de nossa cultura popular em resistência. O samba como processo educativo é expressão de um tipo de sociabilidade que transforma mente, corpos e relações, e nos permitiu construir nossas potencialidades enquanto seres humanos através da música, da arte e da cultura. O samba é expressão da cultura, e como cantou Candeia “O sambista não precisa ser membro da academia // Ao ser natural em sua poesia // O povo lhe faz imortal”. Essa “natureza” da poesia pelo samba é a expressão humana oculta e reprimida em uma sociedade em que domina o modo de produção do capital e a forma mercadoria, que cria uma ideia de que alguns são iluminados artistas, enquanto que a maioria é pra ser peão e encarar o trabalhos pesado que sustenta tudo. Por isso, o samba ensina que qualquer pessoa pode tocar um instrumento, aprender a arte e a compor canções nas rodas de samba. Muitos sambistas se fizeram a partir dessa condição: o samba só é possível fazer coletivamente, então resgata um elemento oculto inclusive em muitas organizações de esquerda que é o elemento do comum. O samba é comum de origem por que expressa uma cultura ancestral que não nasceu nas determinações da sociedade do mercado, nasceu da comunidade negra que fazia samba para se afirmar na sociedade em rodas de samba como as que ocorriam na casa de Tia Ciata, no Rio de Janeiro (Sandro Barbosa, 2019).

De forma mais ampla, nossas escolas e rodas de samba presentes em diversos territórios centrais e periféricos, representa nossa raiz cultural, conclui Sandro, já que “o samba é expressão da cultura porque está presente em nosso cotidiano, em nossa vida, por isso existem esses espaços que se proliferam pelo povo, para o povo e com o povo”. Ele ainda reitera que prevalece a magia e o encanto dessa cultura popular, quando “as crianças já crescem num ambiente em que se faz samba porque ele é parte da cultura de um povo”:

Por isso, a experiência da ULP só fez ampliar o que já está presente na cultura popular: o fazer-se do samba como construção de identidades, consciências coletivas e luta popular em assentamentos e espaços de luta do MST e de movimento popular no Brasil. Como diz um dos lemas da ULP: “O samba fazendo a luta, a luta fazendo o samba” (Sandro Barbosa, 2019).

O que Sandro Barbosa traz como elemento principal é a origem do samba, que apresenta até hoje as características de uma festa popular, fazendo da música um potencial de formação; a Unidos reafirma seu compromisso com a luta da classe trabalhadora nas diversas frentes, fazendo samba de protesto, “a luta fazendo o samba, o samba fazendo a luta”, como insistimos em repetir a cada

encontro, enquanto militantes-batuqueiros, trabalhadores da terra e também da arte utilizam seus próprios corpos, revestidos de roupas vermelhas, como símbolos em movimento da luta do MST.

As representações sobre o projeto de vida para boa parte da classe trabalhadora, contidas nas letras das músicas cantadas durante toda a apresentação da Escola de Samba, pulsam às ruas, vielas e avenidas por onde passa a Unidos da Lona Preta. A Unidos não está isolada das Escolas de Samba que subvertem a ordem do mercado e retomam o compromisso com seu povo, explica Sandro:

Conscientes do papel que desempenham as ações cotidianas de resistência política, social e cultural ante ao pensamento conservador, o racismo estrutural e todas as formas de discriminação, existente na sociedade, a maioria das escolas de samba trabalham a coletividade para desenvolver aprendizados outros, que não somente a apropriação da arte, da cultura para a formação das identidades dos sujeitos, mas inserem á pauta cotidiana das atividades festivas ou não festivas, o reconhecimento do sujeito negro e periférico à sua plena cidadania (Sandro Barbosa, 2019).

Em interface com o processo de politização a partir do samba, a Unidos não se distancia das diretrizes do MST. Pelo contrário, a Unidos reúne muitos elementos da luta em um contexto urbano, empobrecido e como estratégia do próprio Movimento, ressignifica a Pedagogia Sem Terra, como experiência também em movimento, seguindo a dinâmica dos acampamentos, para primeiramente formar a militância, dar visibilidade à luta pela terra, promover a cultura regional, alinhada aos princípios de que as escolas de samba ensinam a tocar instrumentos, fomentam e abrem espaço à formação cultural de raiz afrodescendente, fortalecendo ancestralidade e todos os seus desdobramentos. Alcançamos então nestes dez anos de batucada-militante nossos principais objetivos, que entre aglutinar a juventude Sem Terra juntamente às parcerias com coletivos e atores urbanos; seguimos a batalha ideológica por meio da cultura popular, retomando a consciência de classe através do som dos tambores, da batida e da licença poética ritmada do samba.

Nos primeiros anos de batucada, saímos às ruas falando sobre nós: a temática do samba-enredo de 2005 foi o MST e esse “povo Sem Terra, povo de qualidade, lutamos pela igualdade que o capitalismo tirou...”. Em 2006 a Unidos fez

uma singela homenagem aos “Massacrados de Eldorado dos Carajás”. Não conseguimos nos organizar e compor os sambas enredo dos anos de 2007 e 2008, mas em 2009 a temática escolhida foi a juventude e a revolução cubana – compomos o samba enredo “Avante Juventude, a luta é pra valer!!! 50 anos de Revolução Cubana, 25 de MST”. Chegamos em 2010, cantando sobre a relação campo-cidade no samba “Povo do campo e da cidade: tamo junto e misturado” e em 2011 fizemos uma importante jornada de estudos sobre a campanha permanente do MST contra o uso dos agrotóxicos, que deu origem ao samba “Plantar o pão, colher a vida: para o mundo se alimentar sem veneno”.

Figura 55 – Apresentação da Unidos no Grito dos excluídos



Fonte: <http://spcultura.prefeitura.sp.gov.br/agente/2387/>

Em 2012 escolhemos uma temática que pudesse evidenciar a história da militância que batuca, trabalha e faz o enfrentamento nos acampamentos e assentamentos do MST com a canção “... E Fez-se A Luta: Uma Homenagem à toda companheirada”. Para 2013, a Unidos novamente retoma sua história como tema do samba-exaltação “Quem sou eu? Sou Unidos da Lona Preta, a escola de samba do Movimento Sem Terra”. Para 2014, o desafio foi contar a história dos 50 anos do golpe civil-militar e os resquícios deste tempo sombrio que insiste em permanecer com as criadas na ditadura, então cantamos “Lembrar é resistir: nos cinquenta anos do golpe, o povo brasileiro segue em luta e pergunta: o que resta da ditadura?”.

Por fim, chegamos em 2015 com o propósito de encerrar este ciclo de dez anos de história, com uma proposta de repensar a Unidos da Lona Preta, retomar o processo de avaliação e planejamento das nossas atividades. Saímos as ruas cantando o samba-exaltação do carnaval de 2013.

7. Limites e perspectivas da ULP na atualidade

*Avante juventude!!!
Mostra sua garra sua vontade de lutar
A juventude socialista é radical
E a nossa luta é internacional
Construindo
Os alicerces do poder Popular
Concretizando
A unidade que mais forte vai ficar
Avante trabalhador!!!
Avante revolucionário!!!
Pra botar medo em patrão e fazendeiro
E derrotar a ditadura do dinheiro
Como Cuba ensinou
Que primeiro Vêm o ser humano
Um abraço apertado
Do povo brasileiro pro cubano
Abram alas Lona Preta
Batucada eu quero é mais
Canta Sem-Terra Vinte e cinco carnavais*

Samba enredo Unidos da Lona Preta. Carnaval 2009: Avante Juventude, a luta é pra valer!!! 50 anos de Revolução Cubana, 25 de MST

Cada local apresenta uma expressão comunicativa e cultural. A Unidos da Lona Preta representa a identidade política e cultural dos Sem Terra na Grande São Paulo, evidenciando as marcas de sua composição étnica, majoritariamente negra, parda e periférica.

As influências socioculturais de cada contexto histórico, geográfico e político na Grande São Paulo reverberam nas experiências do trabalho educativo do MST da Grande São Paulo, um projeto popular para o Brasil, de cunho político e ideológico socialista experimentado desde o início na Casa do Pequeno Cidadão, pela equipe da Fraternidade Povo da Rua no bairro do Brás, que através da acolhida à população de rua, apresenta novas oportunidades de futuro através da adesão à luta por terra e por Reforma Agrária.

Durante a permanência no acampamento, montamos grandes barracos de lona para realizar as aulas de educação infantil em vários momentos do dia, pois as tardes ficavam reservadas para as aulas da EJA. Seguimos uma dinâmica comum no período de acampamento para desenvolver as atividades do setor de educação. Normalmente as reuniões da coordenação do acampamento são diárias e acontecem na parte da manhã, logo em seguida os setores se reúnem para encaminhar as demandas apontadas pela coordenação. Planejamento em execução, equipe de ciranda alinhada, as crianças são envolvidas nas atividades educativas enquanto seus responsáveis assumem as tarefas da coordenação ou dos setores.

A ciranda infantil é o espaço de formação dos Sem Terrinha, pois é onde as crianças se reconhecem enquanto sujeitos da luta também, aprendendo a conviver com as crianças do acampamento, pensado o espaço educativo também como espaço de troca, diálogo, contato com os símbolos do Movimento, e de forma lúdica e didática apreendem o sentido da luta e desenvolvem a pertença ao MST.

A organização das cirandas considera o número de crianças em cada acampamento e assentamento e a divisão dos grupos por faixas etárias para que as atividades sejam direcionadas para cada público. Os acampamentos contam com escassas estruturas para o trabalho pedagógico, por isso o próprio espaço do acampamento é pensado como espaço de formação e em muitos momentos os setores se unem para contribuir no setor de educação. O setor de cultura, por exemplo, tende a realizar o planejamento e as atividades em conjunto com o setor de educação, já que insere as crianças e adultos nas aulas de teatro, nos ensaios das místicas e na batucada. Em todas as ocasiões, a coordenação incentiva a participação de todos os acampados e todas as acampadas nos setores, pois esta é a forma mais fácil para iniciar a formação política de forma igualitária, trabalhar e fortalecer a consciência de classe, garantindo principalmente a participação das mulheres nos encontros, reuniões, toda e qualquer atividade de planejamento e divisão de tarefas para a continuidade da organização e das lutas.

As atividades educativas ocorrem em períodos esparsos, em eventos pontuais do MST ou dos grupos parceiros, para jovens e adultos, assim como estes eventos também são voltados à infância. As salas da EJA são montadas com estruturas provisórias, normalmente são barracos de lona, próximas à área social,

que serve como o espaço permanente de realização de aulas voltadas aos jovens e adultos, que moram nos acampamentos e assentamentos.

Atualmente as Comunas da Terra estão respectivamente localizadas no município de Cajamar, Franco da Rocha e São Paulo, onde abrigam os acampamentos Camilo Torres e Dom Pedro Casaldáliga no subdistrito de Ponunduva, na cidade de Cajamar; A Comuna da Terra Dom Tomás Balduino está localizada no município de Franco da Rocha; e na capital paulista, no bairro Chácara Maria Trindade encontra-se a Comuna da Terra Irmã Alberta. As famílias que moram nas Comunas da Terra recorrem às escolas formais próximas às Comunas para garantir o direito à educação e, portanto, as salas de EJA, assim como as cirandas encerram as atividades permanentes ao passo em que o próprio Movimento mantém as famílias nas áreas ocupadas.

Na Comuna da Terra Irmã Alberta, a pedagogia do Movimento acontece em todas as atividades, trabalhos internos, atividades coletivas dos setores, da coordenação, encontros e atividades festivas, em parcerias com aliados e comunidades do entorno. A práxis do trabalho coletivo fomenta as trocas de saberes, aliados a conhecimentos teóricos e práticos, como: O plantio e defesa da produção de alimentos limpos e saudáveis, aderência nas campanhas contra o uso de agrotóxicos e reflorestamento. Outros momentos de atuação em paralisações, marchas, manifestações, movimentos sindicais, ocupações e congressos, na defesa de direitos; Atividades práticas e pontuais como construção de cisternas para captação de águas pluviais, Farmácia Viva de Ervas Medicinais e outros projetos como: apicultura, plantação de outras culturas de uvas e frutíferas em geral. Com o passar dos anos, desde 2002, chegamos ao ano 2019 entendendo que a construção da Comuna Irmã Alberta, assim como a pedagogia do MST atualmente, é mais do que uma proposta, é a práxis em movimento, é a prática a qual vamos extraindo as lições para as propostas pedagógicas de nossas escolas, nossos cursos, e também para refletirmos sobre o que seria uma proposta ou um projeto popular de educação para o Brasil. Dentro de uma coletividade intersetorial, a educação no movimento da luta é que forma o sujeito e reforça os sentidos do próprio nome Sem Terra, que é uma identidade historicamente construída, onde o sujeito sai da condição de vida precária e passa a ser mais um sujeito social, um nome próprio a ser herdado e honrado. Esta identidade fica mais potente à medida que se materializa em um modo de vida, ou seja, que se constitui como cultura, e que projeta transformações

no jeito de ser das pessoas e da sociedade, cultivando valores (humanistas e socialistas) que se contrapõem aos valores (ou anti-valores) que sustentam a sociedade atual (DOSSIÊ MST ESCOLA 1990 – 2001, p. 235).

A matriz da Pedagogia do Movimento é a experiência do trabalho educativo do MST, desde a sua gênese, e no percurso de sua construção tende a formar sujeitos coletivos e, portanto, o próprio movimento é intencionalmente formativo, quando incentiva a organização de sua base social para planejar e executar coletivamente as reuniões, as ocupações, assembleias, os Congressos, as marchas, as aulas e cursos.

A dinâmica do cotidiano do MST é pedagógica quando reafirma que é o nosso tempo histórico a mola propulsora para a ruptura das concepções e práticas educativas já ultrapassadas. Insistimos que cada sujeito é protagonista no cotidiano da luta, na dinâmica do movimento, na atuação em coletivo, no planejar, debater e agir no sentido de protagonizar a transformação da realidade e do mundo. Essas mudanças, processos de transformação, representam o “inédito viável” para a revolução que o MST, inspirado em Paulo Freire, propõe. Atualmente na Grande São Paulo, o MST experimenta múltiplas formas, métodos e linguagens na educação e formação de sua base, trata de organizar as salas de educação desde os primeiros dias nos acampamentos e traz ao conteúdo escolar os sentidos da luta e resistência por terra, trabalho e moradia, mas ultimamente a Escola de Samba Unidos da Lona Preta não consegue realizar suas atividades. Trouxemos os instrumentos de volta ao seu local de fundação, que é a Comuna da Terra Irmã Alberta, mas desde 2016 não conseguimos reorganizar a batucada, retomar as formações e os debates do Movimento. É tempo de ressignificar e apresentar nossa batucada com mais força. Os limites são inúmeros, que somam à falta de estrutura para reunir os acampados e assentados das Comunas. Os jovens e adultos que participavam da batucada atualmente estão comprometidos com a produção agrícola e a organização de seus lotes, nossos instrumentos estão quebrados e precisando de manutenção. Nosso derradeiro mestre de bateria não pode nos acompanhar, devido seu trabalho intenso com a docência e pesquisa na Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP.

Conscientes de nosso compromisso militante e com o acúmulo de aprendizados da experiência dos dez anos de Lona Preta, nos esforçamos muito para realizar algumas atividades e preparar a retomada. Esta Escola não se limita

a ensinar samba, mas se organiza em torno do seu objetivo principal que é a formação. Para tanto, esta experiência se caracteriza por manter relações dialógicas entre as comunidades Sem Terra e demais grupos e atores urbanos através da arte. Esta é uma estratégia de interação e diálogo entre acampados da Grande São Paulo e sociedade paulistana, que pode ser multiplicada e ampliada às demais regionais do Movimento, dialogando com as políticas públicas já existentes, no sentido de quebrar o ciclo pernicioso das desigualdades sociais, raciais e políticas, que marcam profundamente a classe trabalhadora e toda a sociedade.

Desde 2005 a Unidos da Lona Preta experimenta a formação política e militante dentro e fora das Comunas da Grande São Paulo. Nos somamos ao Bloco da Abolição, no bairro do Bexiga, para preparar e apresentar uma batucada composta por militantes do campo e militantes urbanos, com o Levante Popular da Juventude e Consulta Popular. Nas periferias paulistanas, a Unidos da Lona Preta tem se somado às batucadas da Zona Leste: Unidos da Madrugada e Boca de Serebesqué, que aposta no carnaval popular de rua contra-hegemônico e politizado.

Após 2015 a Unidos da Lona Preta não conseguiu organizar seu próprio carnaval, mas soma-se às batucadas parceiras e outros eventos culturais que apoiam o Movimento até a retomada oficial das oficinas, ensaios e desfiles desta Escola de Samba Sem Terra. Em 2019 aceitei o desafio de participar como formadora do curso de extensão sobre Feminino e Subjetividade: mulheres no Samba, do Centro de Estudos Periféricos – CEP, da Universidade Federal de São Paulo – Unifesp, juntamente ao mestre e professor Tiaraju Pablo D’Andrea, a diretora de ala de assistas Luciana Couto e a pesquisadora Luzinete R. Borges. Esta formação foi pensada para as mulheres da Ala de Passistas do Grêmio Recreativo Escola de Samba Nenê de Vila Matilde para debater, identificar e enfrentar a apropriação cultural, a objetificação do corpo da mulher, a violência, o racismo, o machismo, a formação dos estereótipos e a invisibilidade das mulheres no samba – realizada no barracão da Escola Nenê de Vila Matilde, entre os meses de agosto a dezembro de 2019.

Tantos outros exemplos podem e devem ser experimentados, mas a essência destas formações é potencializar a relação dos sujeitos com seu coletivo, formando, preparando sujeitos críticos e politicamente atuantes, ao passo que preparamos a retomada da Unidos da Lona Preta nas ruas, no carnaval, nas

manifestações, nas marchas, nos encontros e onde mais for possível agregar o espaço/tempo/ritmo da formação e conagração militante.

No tocante de uma leitura minuciosa a respeito da polifonia e o uso do método denominado de materialismo histórico e dialético, é crucial para entender a dinâmica da Escola de Samba Unidos da Lona Preta, como parte de um projeto que insere pelo menos cinco comunidades, que reflete uma sociedade, que apesar de moderna, ainda está dividida por classes, portanto, apresenta inúmeras contradições: ao mesmo tempo em que revela diferentes potencialidades, tanto no aspecto artístico, quanto da intervenção social, como alternativa à segregação social das periferias, ao modo de vida individualista e aos processos de hegemonização artística e cultural, ao mesmo tempo em que lança estratégias e esquemas de enfrentamento aos preconceitos sociais, raciais e culturais e, por compreendermos que é urgente sair às ruas com a nossa batucada, enfrentando as investidas do atual governo federal e do Estado de São Paulo, quando estes sucateiam ainda mais a educação, a cultura, a saúde, retiram direitos da classe trabalhadora, desmatam nossas reservas ambientais, ignoram o uso indiscriminado de agrotóxicos, liberando ainda mais venenos que são jogados diariamente no solo, na água e ar, naturalizando o fato de que o lucro está ainda mais acima da vida, com alimentos cada vez mais caros e contaminados, deixando a classe trabalhadora cotidianamente a enfrentar situações limites, todas as formas de luta são imprescindíveis, desta forma batemos forte nossos tambores. Essa atual estrutura de poder, que tem trabalhado no sentido de piorar muito a vida do povo brasileiro, quando reprime violentamente a juventude negra nas periferias, toma as terras indígenas, persegue e mata os Sem Terra, Quilombolas e demais movimentos e grupos sociais.

As ações sociais, aliadas as manifestações culturais que ocorrem em algumas escolas de samba, são exemplos de organização popular, no sentido que formam antes quilombos. Hoje o ser social que através das experiências fundamentais para a organização da população negra e trabalhadora que vivem nas periferias das cidades, recorrem aos seus núcleos identitários para inserirem-se socialmente. Ora para gerar renda, ora para reafirmar sua própria raiz cultural, experimentam estratégias da organização dos territórios, que podem ser ampliadas às Comunas da Terra, a partir de uma Escola de Samba, de Luta e de organização comunitária, como a própria Unidos da Lona Preta, que através da organização

musical e cultural, permeada pela organização política, possibilita o aprendizado coletivo de um povo sofrido e carente de condições básicas de existência, ao permitir a apropriação da arte e cultura como manifestação da existência humana e social de seus participantes.

São trabalhadores produzindo arte e cultura como maneira de virar do avesso essa realidade social desigual e contraditória, como explica Sandro Oliveira. São essas as potencialidades para trabalhar as formações políticas com base na “dinâmica da nossa própria realidade”, basicamente os preceitos do método Paulo Freire na “Educação problematizadora” quando nos damos conta que é através dos debates, do trabalho, do fazer-se na luta, no samba, no planejamento e realização do carnaval, que propomos momentos de troca de ideias, formações políticas que tensionam os temas a respeito do racismo, desigualdade social, o samba como linguagem para debates afirmativos de reivindicação da classe trabalhadora, desde os terreiros até o contexto urbano.

O compromisso militante desta Escola de Samba Sem Terra é permanecer na Luta, é reafirmar a metáfora da batucada como organização da sociedade: grupos que se organizam em uma sinfônica de diferentes instrumentos percussivos fazendo da história do MST, o gatilho para fortalecer a união dos trabalhadores e movimentos populares. Somos a história em movimento, somos a canção de resistência que defende a vida acima de tudo.

Nos sentimos representados com as palavras do mestre Tiaraju, ao afirmar que a batucada é uma sinfonia, “onde você resguarda a sua singularidade quando você tá procurando seu instrumento, mas a tua singularidade só faz sentido quando você consegue conectar isso com o todo”, assim permanecemos em alerta. A Escola de Samba é a célula ancestral da periferia. A Unidos da Lona Preta é parte da constituição dos sujeitos acampados e assentados no MST da Grande São Paulo, por isso continuamos firmes no propósito de retomar nossa Escola de Samba, de Luta e de Vida, porém os limites materiais, estruturais, conjunturais e agora em 2020, com a pandemia causada pelo novo vírus Covid-19, só nos resta planejar virtualmente as próximas atividades. O coletivo de Comunicação, Cultura e Juventude – CCJ do MST, tem somado forças para articular a retomada da batucada assim que acabar o período de isolamento social necessário para o controle da pandemia. Não há ainda nenhuma perspectiva de data, mas estamos

preparados para voltar às oficinas, ensaios e tomar as ruas com nossa batucada-militante.

8. (In) Conclusões

*Me embala no teu colo...minha mãe
 O sangue no teu solo...não é vão
 Um grito forte, já se escuta: Verás que o MST não foge à luta
 Brasil, a luz se apagou
 Quando a águia pousou
 E espalhou no continente a escuridão
 Censura, exílio, clausura
 Pra aprofundar um sistema opressor
 Milagre econômico: que farsa!!!
 “Milágrima” caiu do pau- de- arara
 “Caminhando e cantando”
 A Lona Preta “Vai Passar”
 Gritando contra a ditadura
 ‘Cabou o nome, ficou a estrutura
 A mãe que perde o filho...resistiu
 A voz do oprimido...não calou
 Cadê o Amarildo?...que sumiu
 O povo perguntou
 Setenta neles outra vez Brasil?
 A história se repete como taça
 Na boca da massa, mordança e repressão
 Fumaça que arde nublando a visão
 Direito de classe: tortura e prisão
 No campo, na periferia
 Democracia sem justiça é mentira
 E segue solto o genocida, que ainda vai pagar
 Pelos desaparecidos, Pinheirinho e Carajás
 E então cantar feliz
 Passar a limpo a história
 Plantando o futuro do nosso país
 Verdade, justiça e memória*

Unidos da Lona Preta/Carnaval 2014: Lembrar é resistir: nos cinquenta anos do golpe, o povo brasileiro segue em luta e pergunta: o que resta da ditadura²⁸?

A experiência da Escola de Samba Unidos da Lona Preta se inspira no Manifesto da Escola de Samba Quilombo, fundada por Antônio Candeia Filho no

²⁸ <https://mst.org.br/2014/02/06/confira-novo-samba-enredo-da-unidos-da-lona-preta/>

Rio de Janeiro, reconstrói experiências do MST, em seus assentamentos e espaços, em diálogo permanente com a sociedade, como lembram João Campos, Julia Saragoça, Tiaraju e Sandro Oliveira, por entenderem que o samba, como expressão da cultura popular brasileira, representa as manifestações de nossas raízes culturais, de aprendizados dessa nossa história ancestral de resistências e lutas.

A pedagogia do MST em interface à Unidos da Lona Preta, permite relacionar a formação política, cultural e musical como expressões do povo brasileiro, de sua consciência social ante as lutas e resistências e sua identificação com a história, por isso o MST amplia a participação dos Sem Terra nestes espaços formativos, com forte teor festivo, popular e também de luta por uma nova postura perante a organização da sociedade, pois entende que estes espaços político-pedagógicos contribuem com a formação humana dos acampados, por mostrar que um modelo coletivo de escola de samba é possível, assim como toda e qualquer organização popular. No entanto, o cuidado é redobrado, quando tratamos de uma metodologia que não pode ultrapassar a linha tênue entre a formação militante e os perigos da alienação através do lúdico, da festa, do espetáculo, entre o conagraamento militante e carnavalesco, por isso existe um cuidado muito especial em insistir em um olhar mais atento para a relação do MST e sua Escola de Samba.

O fato é que em algumas escolas de samba, que atuam também como espaços de resistência ideológica e política, ao passo que revelam-se como potência para articular, organizar, reunir oprimidos, em geral pretos e periféricos, que se reconhecem através da arte e da cultura, empreendem ao seu papel social e político o compromisso com sua comunidade e com a classe trabalhadora. Os exemplos podem ser confirmados, a partir dos últimos desfiles (2019 e 2020), no Rio de Janeiro e em São Paulo, onde protestos políticos e sociais dão o tom do mais importante evento carnavalesco do Brasil. A G.R.E.S Paraíso do Tuiuti fez uma homenagem à história do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, retomando uma antiga lenda cearense sobre um “bode ioiô”. A figura do animal faz uma menção às contradições de um país que tende a menosprezar a cultura do povo, ao passo que rejeita e criminaliza uma figura política de origem pobre e nordestina, que odiada pela elite é amada pelo povo, como no caso de Luiz Inácio.

O Samba enredo 2019, da Paraíso do Tuiuti, descreve o “Salvador da Pátria” como o bode e desfilou no carnaval cantando:

“[...] Ora, meu patrão Vida de gado desse povo tão marcado Não precisa de dotô Quando clareou o resultado Tava o Bode ali sentado Aclamado o vencedor” (Samba enredo 2019: O Salvador da Pátria Composição: Anibal / Cláudio Russo / Jurandir / Moacyr Luz / Zezé).

A G.R.E.S Estação Primeira de Mangueira homenageou a vereadora carioca Marielle Franco, assassinada em março de 2018. A Mangueira provoca reflexões e ações sobre as narrativas de uma história do Brasil, que considerada “oficial”, invisibiliza o protagonismo do povo preto, a insurgência das “Marias, Mahins”, Revolta dos malês, entre tantos outros exemplos de luta popular. Com o samba enredo “História pra ninar gente grande”, que versou sobre a “história que a história não conta// o avesso do mesmo lugar// na luta é que a gente se encontra” sintetiza o ocultamento da verdadeira história do Brasil, feita de lutas e resistências desde a invasão portuguesa, até os dias atuais.

Em São Paulo, a GRECES Mancha Verde, garantiu o título de campeã com o enredo “Oxalá, salve a princesa! A saga de uma guerreira negra”, em que contou a história de Aqualtune, que é mãe de Ganga Zumba e avó de Zumbi dos Palmares, “tornando-se um dos maiores símbolos de resistência e luta pela liberdade negra, grande ícone de força e liderança”, “organização e liderança de guerra”, como descreve a página oficial da escola de samba²⁹.

Em 2020, quem levou o título de campeã do carnaval paulista, foi a G.R.E.S. Águia de Ouro, com o samba enredo “O poder do saber – Se saber é poder.... Quem sabe faz a hora, não espera acontecer”, em homenagem ao educador Paulo Freire e à valorização do conhecimento; a Mancha Verde questionou e fez o contraponto ao descaso do atual governo com a educação, o sucateamento e o desmonte das instituições de ensino capitaneado por Jair Bolsonaro.

Historicamente os folguedos carnavalescos refletem o contexto social e político de cada período da história, os últimos desfiles nos mostraram que as escolas de samba também são vetores de debates e ações em prol da democracia, da defesa dos direitos sociais e, portanto, contribuem para a formação política da classe trabalhadora.

²⁹ <http://manchaverde.com.br/carnaval-2019/>

O setor de formação do MST na Grande São Paulo é formado por militantes que se dispõem a compartilhar conhecimentos, fomentar debates, provocar reflexões e organizar espaços de estudos, para contribuir com a militância. Atualmente os esforços deste setor, em uma dinâmica intersetorial, agregam às demandas dos setores de educação, cultura e comunicação.

A continuidade da experiência da Escola de Samba Unidos da Lona Preta para realizar as formações, encontros e ações do Movimento, como ferramenta de ampliação do conhecimento sobre a educação, frente ao aprofundamento e alargamento das análises, debates e reflexões, até a identificação do contexto histórico de cada tema da atualidade é fundamental para a continuidade e fortalecimento do processo de formação militante do MST.

A Unidos da Lona Preta é um exemplo a ser seguido, porque mantém a unidade entre seus participantes e demais apoiadores, a partir de uma escola que une arte e formação, instrumentalização do canto, do ritmo, aproximando um gênero musical historicamente marcado pela resistência dos trabalhadores do campo e das cidades, para além dos espaços do MST.

Nós pretas, pretos, pardos, homens, mulheres, idosos, crianças que se reconhecem enquanto sujeitos Sem Terra, ou seja, sujeitos em estado de luta, portanto nos organizamos e nos inserimos em uma organização de trabalhadores que possuem uma cultura própria, respeitando as nuances e interferências regionais. O MST não ignora o fato da dinâmica de uma cultura dialética, que precisa dialogar com os hábitos, costumes e características de cada localidade, fomentando a criatividade, a produção intelectual, cultural e artística nos acampamentos e assentamentos da Reforma Agrária. As desigualdades perpassam pelos diversos segmentos sociais e da vida dos trabalhadores, que além de perpetuar a exclusão de pobres, negros, LGBTs, mulheres, jovens, periféricos, além de tornar invisíveis, menores, impróprias e sem legitimidade as ações de transformação e reivindicação por espaço de fala, de atuação e de decisão dos grupos de atores, até então taxados como “minorias”, mas que na verdade empunham as bandeiras de luta na defesa dos direitos fundamentais ao gozo da cidadania, liberdade e vida plena, que se multiplicam em todo o mundo, ampliam e incorporam, em sua maioria, o enfrentamento à hegemonia do capitalismo.

O conjunto de relações, de movimentação de capitais, ideias, informação, intercâmbio cultural e dinâmica de bens e de serviços que está cada vez mais

globalizado e liberal, ao mesmo tempo conservador, quando ainda naturaliza a diferença entre os ganhos reais, a divisão do trabalho entre homens e mulheres, negros e brancos, privatização dos direitos básicos e fundamentais, como a educação e saúde e implementa padrões de consumo direcionados à manutenção do poder de grandes conglomerados financeiros, com forte influência na cultura, tende também a segregar e tornar menor e sem legitimidade as tradições locais e a sedimentação do saber cultural existente nos territórios, principalmente as regiões de maior mobilização, organização da classe trabalhadora.

A dissonância cognitiva entre liberalismo e conservadorismo reflete a face pós-moderna do capitalismo, diluído em uma sociedade que não valoriza a memória, a história, a educação, os professores, estudantes, pesquisadores, o conhecimento e saberes populares, assim como segrega as manifestações culturais, consideradas “inferiores”, justamente por serem formas de expressão da cultura dos “de baixo”, relacionando o acesso aos bens culturais e artísticos conforme seu estrato social, determinado pela sua condição econômica, seu meio social, sua origem, entre outros fatores.

Os “de baixo”, nós – a classe trabalhadora –, que apartados dos meios de produção, também enfrentamos certas deficiências para criar e manter nossos próprios meios de comunicação e divulgação das nossas ações e manifestações artísticas, portanto criamos meios alternativos para propagar nossas atividades. A música, a batucada é uma das mais importantes formas de expressão da cultura popular, por ser mais acessível e por não exigir estruturas complexas.

A pesquisa mostra que o MST ao lutar pela terra, retoma valores e aprendizados riquíssimos da vida comunitária, dos espaços de diálogo, de partilha, de decisão coletiva, de planejamento e execução das atividades políticas, aliadas à luta econômica, como garantia de subsistência para as famílias sem a terra, sem emprego e sem as condições necessárias para uma vida digna. Este Movimento lança mão de estratégias diversas para inserir e possibilitar a participação de sua militância no conjunto da sociedade a partir de dinâmicas culturais e educacionais próprias, com o objetivo de solidificar valores, costumes em comum e sentidos. A pedagogia do Movimento prepara novos homens e novas mulheres para transformar a sociedade, no sentido de que os valores humanos e solidários sobressaiam aos individualismo, machismo e oportunismo.

Sobre a influência da música no processo de formação, a Unidos da Lona Preta passa a desenvolver um trabalho pedagógico que incorpora a realidade da Comunidade na base do ensino-aprendizagem, tendo o percurso de vida das pessoas como aporte da ação crítica e consciente, que muito se aproxima da metodologia freiriana da educação “problematizadora”, quando os próprios componentes da Unidos da Lona Preta identificam nas letras de samba, nos textos e debates sobre a desigualdade social, que gera cada vez mais a exploração do trabalho e do homem, que incide sobre a vida das famílias de trabalhadores a impossibilidade de viver e trabalhar dignamente, aumentando o número de miseráveis em busca do direito à terra para morar e gerar renda, como possibilidade real de subsistência e contraponto à segregação social e classista.

Na Grande São Paulo, a militância tem se apropriado de experiências educativas que dialoguem com os anseios das comunidades camponesas inseridas em um contexto urbano, reivindicando terra, trabalho, educação e visibilidade, frente ao processo de conformação mercadológica em que a educação tende a estar inserida.

A Pedagogia Sem Terra tem a luta por terra como a base da consolidação de uma cultura política dinâmica, viva, dialética, que enquanto questiona o direito à terra, luta pelo acesso à educação e a cultura. Os resultados desta ação cultural e formativa foram imediatos, pois todos os moradores, de alguma forma participam das atividades do MST dentro e fora da Comuna, inspirados pela alegria de tocar um instrumento, de lutar e manifestar a indignação, reivindicar o direito à terra, ao mesmo tempo em que se divertem e amenizam a angústia da espera pela Reforma Agrária. A arte, como materialidade representativa que compõe as diversas culturas, mesmo com tantas mudanças, influências e transformações, ainda sofre interferência no modus operandi (no modo de produção, gestão e oferta), devido aos resquícios de um pensamento hegemônico europeu em que as manifestações culturais de maior prestígio são oferecidas em grandes casas de espetáculos localizadas em bairros centrais ou nobres da capital paulista.

O MST, na Grande São Paulo, rompe com essa lógica separatista entre quem tem condições financeiras e mobilidade para acessar arte, cultura, lazer e inaugura outras formas de sociabilidade e fruição artística, assim como rompe com a alienação entre quem produz e quem consome arte. Para Sandro Oliveira:

[...] foi um momento de produzir criativamente numa escola de samba popular e de luta”, pois nas escolas de samba “tradicionais” eu só participava como batuqueiro, uma função da cultura reduzida muitas vezes a execução “técnica” de um instrumento, já que não nos envolvemos em outras partes de produção das escolas. Na ULP, pude aprender a compor, a tocar outros instrumentos, a organizar a batucada e a representar politicamente esse movimento construído coletivamente. Então na ULP havia uma preocupação com a totalidade da escola, e ela foi construída por todos que participavam (Sandro Barbosa, 2019).

Complementando a declaração do companheiro Sandro, observo a Unidos da Lona Preta como experiência, que amplia não só o repertório musical, mas inaugura um novo olhar para a cultura, o conceito e a interpretação da dinâmica social através da arte. Colocando no centro desta experiência a própria vivência coletiva, os conteúdos apresentados e a ação/reação sobre eles, no sentido de compreender sua aplicabilidade, construindo conhecimentos, fortalecendo as potencialidades criativas. A música como base de estudos se apresenta como uma linguagem de fácil assimilação, compreensão, memorização, cronologia da história, formação de opinião e de reflexão sobre diversas realidades. Abre a possibilidade de pensar os processos educativos formais e não formais, traçando um paralelo com as trivialidades, vivências, experiências estéticas individuais, que se reflete nos grupos pelo compartilhamento destas experiências.

A Escola de Samba Unidos da Lona Preta, não tem por objetivo substituir o processo de ensino escolar, do contrário, propõe espaços interativos-dialógicos educativos em interface aos conteúdos programáticos do ensino formal, compreendendo que o processo de ensino e aprendizado é mais que simplesmente assimilar, é reagir diante de uma exposição, uma apresentação sobre um conteúdo a partir da prática. E porque não empreender o termo comunicação para a troca de saberes e construção de novos conteúdos?

Por fim, a Unidos da Lona Preta segue os passos de resistência e luta pelo samba originado com Candeia na G.R.A.N. Quilombo. Legado seguido por tantas outras agremiações carnavalescas, uma vez que estas Escolas de Samba confirmam seu compromisso com seu povo, sua comunidade. São estes, os espaços de resistência, de compartilhamento, de referência comunitária que brotam novas possibilidades. Assim este “ser coletivo”, em constante movimento de participação e protagonismo, tende a ser educando e educador, pois compartilha mutuamente conhecimentos entre os membros de seu coletivo e,

consequentemente, para sua comunidade propondo mudanças, construindo novas formas de luta, resistência e educação.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. 3. ed. Lisboa: Presença, 1980. ANDRADE, M. M. Introdução à metodologia do trabalho científico. São Paulo, SP: Atlas, 2003.

ARENHART, Deise. **A educação infantil em movimento**: a experiência das cirandas infantis no MST. Revista Pro-Posições, v. 15, n. 1 (43), jan./abr. 2004.

ARROYO, M. **Pedagogias em movimento**: o que temos a aprender dos movimentos sociais? Currículo sem Fronteiras, [S. l.], v. 3, n. 1, 2003, p. 28-49.

ARROYO, M.; CALDART, R.; MOLINA, M (org.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BAUER, Carlos. **Educação, terra e liberdade**: princípios educacionais do MST em perspectiva histórica. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

BOGO, A. **MST e a cultura**. Cadernos de Formação, Brasília, DF, n. 4, 2000. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/caderno-deestudo/caderno-de-forma%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-04-mst-e-cultura>. Acesso em: 25 fev. 2020.

BRANDÃO, C. R. **Paulo Freire: a educação, a cultura e a universidade**. Memória de uma história de cinquenta anos atrás. Eja em Debate, Florianópolis, SC, ano 3, n. 4, 2014.

BRANDÃO, C. R. **Pesquisa participante**. 3. ed. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1983.

BRANDÃO, C. R.; FAGUNDES, M. C. V. **Cultura popular e educação popular**: expressões da proposta freireana para um sistema de educação. Educar em Revista, Curitiba, PR, n. 61, p. 89-106, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n61/1984-0411-er-61-00089.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2020.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 9.394/96**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. **Educação do Campo: marcos normativos**. Brasília, DF: SECADI, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008**. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010**. Define diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação básica. Brasília, DF, 2010.

BRASIL, Ministério da Educação. **Programa Nacional de Educação do Campo – PRONACAMPO**: documento orientador. Brasília, DF, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13214-documento-orientador-dopronacampo-pdf&Itemid=30192.pdf. Acesso em: 24 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília: MEC/SECAD, 2002.

BRASIL. Presidência da República. Casa. **Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993**. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Brasília, DF, 1993.

BRINGEL, B.; VARELLA, R. **A pesquisa militante na América Latina hoje**: reflexões sobre as desigualdades e as possibilidades de produção de conhecimentos. Revista Digital de Direito Administrativo, Ribeirão Preto, SP, v. 3, n. 3, p. 474-489, 2016.

CALDART, R. S. et al. (org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, RJ: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo, SP: Expressão Popular, 2012.

CALDART, R.S. **O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo**. Rio de Janeiro, RJ: Primeiro Seminário Internacional do GT CLACSO Educação, Trabalho e Exclusão Social na América Latina, 1999.

CALDART, R. S. **Educação do campo: notas para uma análise de percurso**. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, RJ, v. 7, n. 1, p. 35-64, 2009.

CALDART, R. S. et al.; SANTOS, C. A (org.). **Educação do campo: campo – políticas públicas – educação**. Brasília, DF: Incra; MDA, 2008.

CALDART, R. S. **Elementos para a construção do projeto político pedagógico da Educação do Campo**. Curitiba, PR: SEED/PR, 2005. (Cadernos Temáticos – Educação do Campo).

CNE. **Diretrizes Curriculares Nacionais Educação Básica**. Brasília, DF, 2001. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002630.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2020.

CONTI, L. N. **A memória do samba na capital do trabalho: os sambistas paulistanos e a construção de uma singularidade para o samba de São Paulo (1968/1991)**. 2015. 228f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2015.

D'ANDREA, T. **A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo**. 2013. 309f. Tese (Doutorado) – Departamento de Sociologia, FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2013.

D'ANDREA, T. **Carnaval nas quebradas**. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

D'ANDREA, T. **O real panorama da polis: conflitos na produção do espaço em favelas localizadas em bairro da elite de São Paulo**. PÓS – Revista do Programa de

Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, São Paulo, SP, v. 19, n. 31, p. 44-65, 2012.

DÁNDREA, T. **O samba fazendo a luta: a experiência das batucadas populares** – The samba making the resistance: the experience of popular batucadas. Anais do SEFiM – Interdisciplinar de Música, Filosofia e Educação, Porto Alegre, RS, v. 2, n. 2, p. 413-414, 2016.

D´ANDREA, T. **Segregação socioespacial e escolas de samba na cidade de São Paulo**. Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo, SP, n. 40, 2010.

ESQUERDA DIÁRIO. MST ocupa fazenda de 300 hectares às margens da Dutra em Taubaté. Esquerda diário, 2017. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/MST-ocupa-fazenda-de-300-hectares-asmargens-da-Dutra-em-Taubate>. Acesso em: 22 jul. 2020.

FÁVERO, O. (org.) **Cultura popular, educação popular: memória dos anos 60**. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1983.

FÁVERO, O. **Uma pedagogia da participação popular: análise da prática educativa do MEB (1961/1966)**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

FERNANDES, B. M. **Brasil: 500 anos de luta pela terra. 2000**. Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/servicos/publicacoes/outraspublicacoes/brasil_500_anos_de_luta_pela_terra_.pdf. Acesso em: 22 jul. 2020.

FERNANDES, B. M. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**. In: CALDART, R. S. et al. Dicionário da educação do campo. Rio de Janeiro, RJ: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo, SP: Expressão Popular, 2012.

FERNANDES, B. M. **O MST e as reformas agrárias do Brasil**. Santiago de Chile, Chile: CLACSO, 2008.

FIRMIANO, F. D. **A formação cultural dos jovens do MST: a experiência do assentamento Mário Lago, em Ribeirão Preto (SP)**. São Paulo, SP: Editora da 210

UNESP; São Paulo, SP: **Cultura Acadêmica**, 2009. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/49yt7/pdf/firmiano-9788579830433-01.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2020.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade: e outros escritos**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, P. **Cartas a Cristina**: reflexões sobre minha vida e minha práxis. 2. ed. São Paulo, SP: Editora da UNESP, 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, P. **Política e educação**: ensaios. 6. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2001.

FREIRE, P. **Paulo Freire e MST**: somente pela luta teremos a Libertação. 1997. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=qQUtkvjNhSQ>. Acesso em: 21 ago. 2018.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1967.

FREITAS, L. C.; CALDART, R. S.; SAPELLI, M. L. S. (org.) **Plano de Estudos da Escola Itinerante**. Cascavel, PR: Edunioste, 2013.

FREITAS, Fábio A. **Educação Infantil Popular**: possibilidades a partir da Ciranda Infantil do MST. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas – Faculdade de Educação, Campinas, 2015

GOHN, M. G. **Educação não-formal e cultura política**. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

GOHN, M. G. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo, SP: Loyola, 2006.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais: espaços de educação não-formal da sociedade civil.** Brasil: Universia, 2004. Disponível em: [https://noticias.universia.com.br/ destaque/noticia/2004/04/02/519734/movimentos-sociais-espacos-educao-no-formalda-sociedade-civil.html](https://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2004/04/02/519734/movimentos-sociais-espacos-educao-no-formalda-sociedade-civil.html). Acesso em: 22 jul. 2020.

GOHN, M. G. **Os sem-terra, ONGs e cidadania:** a sociedade civil brasileira na era da globalização. 3. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2003.

GOLDFARB, Y. **A luta pela terra entre o campo e a Cidade:** as comunas da terra do MST, sua gestação, principais atores e desafios. 2007. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2007.

HÖFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, Ano XXI, n. 55, p. 30-41, 2001.

ITERRA – INSTITUTO TÉCNICO DE CAPACITAÇÃO E PESQUISA DA REFORMA AGRÁRIA. **Dossiê, MST Escola:** documentos e estudos 1990-2001. VeranópolisRS, 2005. (Caderno de Educação, n. 13).

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. 5. ed. Goiânia, GO: MF Livros, 2008.

LIBÂNEO, J. C.; PIMENTA, S. G. **Formação dos profissionais de educação:** visão crítica e perspectivas de mudança. IN: PIMENTA, S. G. (org.) *Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas.* São Paulo, SP: Cortez, 2002.

MATHEUS, D. **Comunas da Terra:** um novo modelo de assentamento rural do Movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra. 2003. 55f. Trabalho de Conclusão do Curso Realidade Brasileira a partir dos Grandes Pensadores Brasileiros, Escola Nacional Florestan Fernandes, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2003.

MOLINA, M. C.; JESUS, M. S. A. **Contribuições do PRONERA à educação do campo no Brasil:** reflexões a partir da tríade: Campo – Política Pública – Educação. In: SANTOS, C. A.; MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. A. (org.) **Memória e história**

do Pronera: contribuições para a educação do campo no Brasil. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010. p. 29-63.

MORISSAWA, M. **A história da luta pela terra e o MST.** São Paulo, SP: Expressão Popular, 2001.

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Coletivo Nacional de Educação do MST. **Cadernos da Educação**, São Paulo, SP, n. 8, 1996.

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Como fazemos a escola de educação fundamental. Caderno da Educação, São Paulo, SP, n. 9, 1999.

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Dossiê – MST escola. São Paulo, SP, 1997.

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Educação. 2011. (site). Disponível em: <https://mst.org.br/educacao/>.

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **O Plano Nacional de Reforma Agrária e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.** Cadernos de Formação, São Paulo, SP, n. 4, 1985.

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Primeiro projeto urbano de habitação popular do MST completa 10 anos.** 2015. (site). Disponível em: <https://mst.org.br/2015/06/03/primeiro-projeto-urbano-de-habitacaopopular-do-mst-completa-10-anos/>. Acesso em: 28 abr. 2020.

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Surge o MST.** 1986. (site). Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/84-86/>.

PISTRAK, M. M. **A Escola-Comuna.** São Paulo, SP: Expressão Popular, 2009.

PISTRAK, M. M. **Fundamentos da escola do Trabalho.** São Paulo, SP: Expressão Popular, 2003.

RAGGI, R. **O outro lado da metrópole: as Comunas da Terra na Região Metropolitana de São Paulo**. 2014. 237f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, SP, 2014.

RIBEIRO, M. Educação para a cidadania: questão colocada pelos movimentos sociais. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, SP, v. 28, n. 2, p. 113-128, 2002.

RIBEIRO, M. **Educação popular**: um projeto coletivo dos movimentos sociais populares. *Perspectiva – Revista do Centro de Ciências da Educação*, Florianópolis, SC, v. 26, n. 1, p. 41-67, 2008.

SANFILIPPO, L. B. **Aguéré**: caminhos de transbordamento na afro-diáspora. 2016. 117f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Rio de Janeiro: Faculdade de Educação, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2016.

SILVA, S. B. **A Comunicação do MST na Grande São Paulo e o Site da Escola de Samba Unidos da Lona Preta**. Trabalho de Conclusão de Curso - TCC. *Jornalismo da Terra*, Universidade Federal do Ceará, 2013.

SPIGOLON, N. I. **Círculos de cultura**: teorias, prática e práxis. Curitiba, PR: CRV, 2016.

SPIGOLON, N. I. **As noites da ditadura e os dias de utopia**: o exílio, a educação e os percursos de Elza Freire nos anos de 1964 a 1979. 2014. 505f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2014.

SPIGOLON, N. I. **Pedagogia da convivência**: Elza Freire – uma vida que faz Educação. 2009. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2009.

VARELLA, R. V. S.; JAUMONT, J. A pesquisa militante na América Latina: trajetória, caminhos e possibilidades / The militant research in Latin America: trajectory, paths and possibilities. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, RJ, v. 7, n. 13, p. 414464, 2016.

VON SIMSON, O. R. M. **Carnaval em branco e negro, carnaval popular paulistano: 1914-1988**. Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.